

Az 2003440 15277

ANTONIO CARLOS ROBERT MORAES
WANDERLEY MESSIAS DA COSTA

GEOGRAFIA CRÍTICA
A VALORIZAÇÃO
DO ESPAÇO

P M S P
PATRIMÔNIO MUNICIPAL
BIBLIOTECA CASSIANO RICARDO

BP01-01040641

Segunda edição

49193



EDITORA HUCITEC

São Paulo, 1987

COMPRA

© Direitos autorais 1984 de Antonio Carlos Robert Moraes e Wanderley Messias da Costa. Direitos de publicação reservados pela Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia "Hucitec" Ltda., Rua Comendador Eduardo Saccab, 344 - 04602 - São Paulo, Brasil. Telefone: (011) 61-6319.

Capa: Estúdio Hucitec, reproduzindo detalhe de "A Persistência da Memória", de Salvador Dali.

SUMÁRIO

Introdução	9
1. A renovação crítica da Geografia	15
2. O ponto de partida: o método	26
3. Uma teoria marxista da Geografia	35
4. O marxismo e a tese da "unidade da Geografia"	48
5. Uma geografia da sociedade	60
6. Sociedade e espaço	74
7. Valor e espaço	93
8. A valorização do espaço	121
9. A valorização capitalista do espaço	149
Bibliografia comentada	187

C
910.02
M8278
2.ed.

ISBN 85-271-0011-8
Foi feito o depósito legal

INTRODUÇÃO

A chamada "crise da Geografia" já se arrasta por mais de duas décadas. Ao longo desse movimento multiplicaram-se as críticas às teorias "tradicionais", quer a seus pressupostos e resultados, quer a seus fundamentos sociais. Hoje podemos dizer que a Geografia tradicional — aquela embasada no positivismo clássico — está arquivada. Sua sobrevivência manifesta-se apenas nos currículos de arcaicas instituições de ensino ou, sob forma renovada, na continuidade que estabelece com as propostas geográficas contemporâneas orientados pelo neopositivismo. Mesmo as críticas a estas últimas já se avolumam na atualidade, o que constitui, em última instância, um fogo cerrado ao movimento de *renovação conservadora* da Geografia.

Entretanto, se há avanço no que tange à crítica e à luta ideológica, a avaliação do volume e resultado das novas propostas desenvolvidas no campo do pensamento crítico não é alentadora. Os esforços despendidos não resultaram ainda na constituição de uma ampla, sólida e difundida linha de investigação. As propostas emergentes do movimento de *renovação crítica* ainda padecem de insuficiências

de ordem variada: ora por um excessivo teorismo de tipo esterilizante que enturva ou limita a proposta, ora pela fragilidade de seus pressupostos teórico-metodológicos ou, ainda, devido ao simplismo e ao espírito dogmático. Enfim, apesar de algumas distinções de monta — não estamos negando que alguns autores isoladamente já forneceram contribuições de real significado — o quadro geral da Geografia crítica, no que cabe à formulação de novas propostas, não apresenta ainda o dinamismo que o momento requer. A própria história da Geografia mostra que uma volta aos estudos empíricos não seria uma boa solução para superar a situação presente. O caminho para a elucidação da teoria é, podemos dizer, teórico. Sem pressupostos e instrumentos bem precisados, caminharemos às cegas no trato do mundo empírico. Reproduziremos, assim, os equívocos do passado. A eventual “boa intencionalidade” de nossos objetivos sociais não nos salvaria de enveredar novamente pela senda do empirismo.

O presente trabalho pretende estimular e contribuir para o desenvolvimento das preocupações teóricas dos geógrafos, orientando-as no sentido daquela elaboração que possibilita apreender o movimento da realidade. Nossos objetivos finais — extremamente pretensiosos — são os de tentar chegar à construção de uma teoria marxista da Geografia. A meta imediata no presente volume é bem mais modesta. Tentaremos apenas delinear o trajeto de desenvolvimento do objeto geográfico à luz de um método específico: o materialismo histórico e dialético. Assim, estaremos examinando o tema geográfico em relação aos posicionamentos normativos gerais desse método. Trabalharemos, dessa forma, num nível bastante

elevado de abstração no decorrer de todo o volume. O percurso será, então, essencialmente teórico, discutindo questões bastante gerais, logo, abstratas. O desenvolvimento do trabalho move-se, então, pela elucidação metodológica de pressupostos, categorias e encaminhamentos gerais; bases para investigações futuras.

No nosso plano de investigação, a esse volume seguirá um outro (já em elaboração) dedicado a algumas concreções da proposta aqui apresentada. O trabalho foi pensado, tendo em vista os dois volumes. Cada um possui, entretanto, uma unidade interna. O primeiro discute (construindo) a idéia da valorização do espaço, como objeto próprio da investigação geográfica. O segundo examinará o processo de formação territorial em diferentes sociedades contemporâneas. Ao final desse livro, apresentaremos o índice dos temas que serão tratados no seguinte. Aqui, como foi dito, estaremos discutindo questões bastante abstratas (posturas, fundamentos). Contudo, nossa intenção é didática, razão pela qual tentaremos desenvolver as argumentações numa linguagem acessível. Por isso, a exposição será quase coloquial, sem o recurso a citações ou a notas ao pé da página (a bibliografia que nos fundamenta será detalhada no fim do texto). Nossa intenção é agregar o maior número possível de pessoas a essa discussão, para, através da polêmica e do debate, chegarmos à realização do ambicioso objetivo que nos anima.

A proposta que apresentaremos constitui o resultado de um trabalho (de estudo, reflexão e debate) que data de cerca de sete anos. Resultados parciais dessa pesquisa foram expostos em dois artigos que publicamos em co-autoria: “Valor, Espaço e a Questão do Método”.

escrito em 1978 e publicado na revista *Temas de Ciências Humanas* n.º 5 (1979) e "A Geografia e o Processo de Valorização do Espaço", escrito em 1980 e publicado na coletânea *Novos Rumos da Geografia Brasileira* (1982). O presente volume detalha e desenvolve as preocupações centrais externalizadas nesses artigos. Muitas das idéias nele contidas foram reformuladas, enriquecidas ou mesmo refutadas. Por exemplo, a concepção de "Geografia marxista" ou mesmo a da possibilidade de uma "ontologia do espaço". Muitas críticas que recebemos foram, assim, incorporadas. Outras não nos convenceram e tentaremos com elas polemizar no presente volume. Cabe ainda mencionar que, entre o artigo escrito em 1980 e o presente livro, medeiam nossas dissertações de mestrado (tangenciais à problemática tratada) e uma série de reflexões e estudos, expostas em artigos individuais. Nesse sentido, o trabalho é uma lapidação de nossa perspectiva.

Visamos, na redação desse trabalho, delinear um encaminhamento marxista na discussão geográfica. No atual período, marcado pela busca intensa de novas orientações, nossas formulações apontam um caminho possível, explicitamente fundamentado e fruto de opções conscientes. Temos claro não ser este o único caminho, nem o objetivo almejado o único capaz de se constituir numa Geografia crítica. A pluralidade de concepções é, ao nosso ver, um valor universal e uma condição para o livre desenvolvimento do trabalho científico em qualquer campo. Convidamos o leitor a percorrer conosco o trajeto da construção de *uma* proposta para a pesquisa geográfica em sua vertente crítica. Pedimos apenas que se arme do espírito crítico e que não perca de vista a

assertiva de Estrabão: "Nós acreditamos que a Geografia, mais que qualquer outra ciência, é um trabalho de filósofo".

São Paulo, 1984.

A RENOVAÇÃO CRÍTICA DA GEOGRAFIA

O conhecimento científico é um produto histórico, um resultado do desenvolvimento da relação entre as sociedades e a realidade em que estão inseridas. Essa forma de conhecimento expressa um estágio superior de apreensão, representação e sistematização da realidade. As ciências — suas definições, classificações etc. — são construções humanas sujeitas, portanto, às determinações da época e da sociedade que as produziu. Discutir a produção científica é, assim, discutir o contexto em que ela é engendrada. Isto não implica um determinismo histórico ou uma redução sociológica, na medida em que se concebe o campo de determinações como múltiplo e complexo. Não se pode negar as condições endógenas do progresso científico, mas mesmo essas são, na verdade, formas mais mediatizadas de determinações sociais. Por isso, o conhecimento científico como um todo, e cada ciência em particular, refletem as transformações por que passa o movimento das sociedades. Nesse sentido as ciências são sempre expressões de sua época.

Sendo um segmento da realidade social, a

prática científica também vai manifestar a contraditoriedade que rege o movimento das sociedades. O cientista é um ser social e sua atividade uma prática definida pela divisão social do trabalho. Assim é errado pensar que o progresso científico trafegue por um leito absolutamente autônomo, independente das relações econômicas e políticas vigentes. Mesmo que apoiado em critérios de objetividade, o debate científico manifestará sempre as concepções de mundo divergentes que existam numa dada sociedade. A relação entre o posicionamento social do cientista e sua produção manifesta-se numa escala crescente, das ciências da natureza para as ciências humanas. No domínio das ciências sociais (estrito senso) tal relação é quase que integral, o que não impede a existência de critérios de objetividade também nessa vertente do conhecimento científico. Tais critérios advêm do caráter normatizado do trabalho científico, que se apóia em preceitos e códigos universalmente estabelecidos. As teorias das ciências sociais se movem, todavia, num intervalo tenso, sem poder lançar mão do recurso à experimentação e podendo utilizar de forma restrita a quantificação. A relação entre ciência e ideologia é, notadamente nestes campos, bastante tensa e não cristalina — como propõem os adeptos do criticismo vulgar.

Os postulados científicos são, dessa maneira, essencialmente dinâmicos. Tanto em função de seu progresso interno — novas descobertas, novas técnicas e instrumentos de pesquisa etc. — quanto em função de sua adequação ao movimento social, a mutabilidade constante é uma característica da atividade científica. A mudança é, mesmo, condição de seu progresso. É o questionamento

e não a tradição o elemento de avanço das ciências. A verdade científica expressa sempre um saber que será ultrapassado. Apesar de posta como absoluta no momento de sua formulação, essa verdade é, na essência, relativa, pois superável por um conhecimento posterior mais elevado (do qual ela, dialeticamente, já é parte da construção) e pelo próprio movimento do real (que a data como um conhecimento do passado, este sim absoluto). Uma ciência repetitiva é uma ciência estagnada. O desconhecido, o novo, o ainda por descobrir, é a meta de todo o trabalho científico.

É à luz das considerações acima enunciadas que a situação atual da Geografia deve ser equacionada. A ciência geográfica é muito antiga e conheceu diferentes conteúdos e definições ao longo da história. A concepção de Geografia na Antiguidade ou na Idade Média não é a mesma da época moderna. O sentido que hoje ainda se atribui a essa ciência não data de mais de duzentos anos. A idéia de uma Geografia Humana, especificamente, não possui nem um século. Se tomamos a *Síntese Geográfica*, obra máxima de Ptolomeu, traduzida ao árabe com o título de *Almagesto*, seu conteúdo parecerá aos olhos de hoje bem pouco “geográfico”. O mesmo poderia ser dito de várias outras obras da Geografia pré-moderna. Por outro lado, muitos estudos de um passado mais remoto executados sem o recurso ao rótulo “Geografia” poderiam ser postos, frente a visão contemporânea, como precipuamente “geográficos”. Do que foi colocado, é possível deduzir que, a par das geografias explicitamente produzidas em cada época, existe um corpo de conhecimentos que poderia ser tido como geo-

gráfico a partir da concepção que se tem no presente quanto a essa ciência. A esse conjunto dá-se o nome de “pensamento geográfico”, e ele varia sempre consoante com a definição vigente.

É nessa perspectiva de “pensamento geográfico”, que obras de Aristóteles, Montequieu e muitos outros autores, que nunca se colocaram como geógrafos, foram entendidas como inspiradoras da Geografia moderna. O “pensamento geográfico” anterior é definido sempre, volte-se a dizer, pela ótica do presente. Destarte, não há nada de estranho que a Geografia hoje, vivendo o limiar de uma nova concepção, vá buscar inspiração em escritos extrageográficos. A fidelidade a uma tradição não pode ser o critério para o avanço, pois inibe a criatividade, logo, a possibilidade de pensar o novo momento. Ao se redefinir o conteúdo da Geografia, se redefine, por consequência, as obras que o influenciaram — delimitando um novo campo do pensamento geográfico. Deve-se observar que este campo tem mais a ver com a concepção em voga do que, na maioria dos casos, as Geografias anteriores.

A Geografia moderna, que se inicia com as obras de Humboldt e Ritter e sedimenta-se com as de Ratzel e Vidal de LaBlache, — e que na perspectiva de sua superação já é denominada de “tradicional” — desenvolveu-se basicamente dentro de paradigmas positivistas. Mesmo não tendo essa orientação metodológica por berço, e apesar dos reiterados apelos intuicionistas que aparecem em sua história, é o positivismo que domina a evolução da pesquisa geográfica no século XX. O ponto de inflexão dessa Geografia é, assim, a crítica do positivismo. Nesse sentido, essa

ciência acompanha o movimento geral da realidade e do conhecimento que vem abalar a dominância desse método no trabalho científico. Deve-se mencionar que a Geografia é retardatária nesse processo já vivenciado por outras ciências como a Física e a Sociologia. A renovação da ciência geográfica aparece hoje como um rompimento com o positivismo clássico ou empírico. A crise da Geografia tradicional é um capítulo tardio do ocaso do pensamento positivista.

O movimento de renovação da ciência geográfica não pode, todavia, viver só da crítica às formulações tradicionais. Nenhuma ciência substantiva-se apenas pela negação. A Geografia positivista, na verdade, conheceu contestações vindas do próprio campo dos geógrafos no decorrer de sua história. Eram porém críticas esporádicas, emitidas por figuras discrepantes como Elisée Reclus ou Jean Dresch. Tais críticas, contudo, não tiveram força para criar um caminho alternativo nessa ciência. As grandes polêmicas geográficas restringiram-se a embates internos ao positivismo (situação, por exemplo, do debate entre “possibilistas” e “deterministas”). É somente a partir da década de cinquenta que começa a surgir uma crítica mais cerrada às postulações tradicionais, num processo gradativo de contestação que tem o seu ápice nos anos setenta com a chamada “crise da Geografia” — aceita pelos autores das mais diferentes orientações. Nesse processo realizou-se uma dissecação minuciosa das posturas tradicionais, tanto ao nível especificamente epistemológico quanto no plano de seus fundamentos sociais. O saldo mais imediato de tal trabalho foi a retomada da dúvida, e a derrubada dos pressupostos sob os

quais a pesquisa geográfica repousava. Viveu-se um longo período de crítica, de crise e de dúvida. De desmontagem de propostas cristalizadas pela tradição.

Se a década de setenta foi marcada pelo fogo cerrado à Geografia tradicional, os anos oitenta demandam novas propostas substantivas. O perigo atual é ter a crítica de um saber em ultrapassagem por meta — uma autofagia da crise. Urge pesquisar novos caminhos, com audácia e seriedade teórica. É necessário formular novas vias para o trabalho do geógrafo, incorporando, além da crítica teórica, uma moderna tecnologia de pesquisa e novos objetivos sociais. Enfim, cabe ao presente construir a nova Geografia. Essa não aparecerá pronta na cabeça de algum teórico iluminado; sua construção será o fruto de um lento trabalho de pesquisa, formulação, refutação, discussão, que já se encontra em curso. O avanço da ciência é resultante da atividade social, assim, uma obra de muitos e de paciência, cujo produto também se destina à superação futura. No momento vivenciado pelo movimento de renovação da Geografia, deve-se temer as “soluções” fáceis e o simplismo que não dão conta da realidade complexa em que vivemos.

Frente a argumentação aqui desenvolvida, alguém poderia perguntar: é só de ruptura o momento atual da Geografia? Não existe qualquer tipo de laço com as formulações tradicionais? Por que falar, então, em Geografia? São dúvidas bastante pertinentes, e aqui tentaremos esboçar algumas respostas, explicitando o jogo entre continuidade e descontinuidade no processo renovador da Geografia.

Em primeiro lugar, deve-se lembrar a exis-

tência de uma grande inércia nos sistemas e aparatos institucionais de produção e difusão da ciência. O espaço existente para a formulação de novas propostas é o herdado do passado, isto é, organizado em função das concepções então dominantes. A velocidade de alteração das instituições científicas é bem menor que a observada no plano do conhecimento. Isso leva, realmente, a defasagens entre rótulos e conteúdos. Os rótulos, com destaque para os de formulação mais antiga, expressam os espaços institucionais existentes para a realização da pesquisa e discussão a respeito de conjuntos de temas delimitados. Mesmo que com alguma abertura, mais recente, para o trabalho interdisciplinar, o sistema institucional da produção científica no Brasil é ainda bastante rígido. Daí que sucessivos avanços em variados campos se acumulam em divisões do sistema de ensino e pesquisa que não correspondem mais a situação presente da labuta científica, gerando um distanciamento exponencial entre a realidade do trabalho e sua alocação institucional.

Entendemos aqui que a questão dos rótulos é secundária, se bem que não desprezível. O critério para se avaliar um estudo não pode ser o de sua fidelidade a uma rotulação, em si mesma passível de controvérsias (vide a polêmica em torno do objeto, no âmbito estrito da Geografia tradicional). Um critério mais adequado é o da relevância social daqueles estudos ou o do seu valor intrínseco para o desenvolvimento da ciência. A alocação de uma dada pesquisa sob este ou aquele rótulo não é o essencial, este reside em sua qualidade em apreender o real. A questão da divisão das ciências e da classificação de seus campos é, entretanto, importante para o con-

trole lógico do trabalho científico, numa era de intensa especialização das pesquisas. Não discuti-la implica trafegar na indeterminação. É necessário compreender e definir claramente o segmento do real que se enfoca. Uma vaga idéia de totalidade não propicia um fundamento seguro para a pesquisa em qualquer campo. É necessário precisar bem o objeto de que se fala. Só sua efetiva delimitação permite localizá-lo num universo maior. Vê-se que a ênfase no tratamento desse problema — da delimitação dos campos do conhecimento científico — não pode repousar no domínio escolástico dos rótulos, e sim na fidelidade aos cortes e segmentos do próprio real (esta questão será retomada noutra capítulo).

Feita a ressalva acima, chega-se ao problema da continuidade no desenvolvimento da pesquisa geográfica. A revisão crítica da Geografia tradicional, e seu confronto com as concepções anteriores desta ciência, permitem observar que, em meio à diversidade de propostas, é visível um fio condutor que unifica relativamente as várias formulações. Tal elemento agregativo, na verdade, aparece como uma definição negativa, isto é, delimita o que não é geográfico, sem identificar com clareza o que é. Tem-se, como geográfica, uma visão telúrica dos fenômenos. Limita-se à análise ao que se manifesta na superfície da Terra. O enfoque espacial, colado à dimensão terrestre dos eventos estudados, é a característica recorrente nas distintas Geografias, que delimita um universo temático genérico para tal ciência. É esse universo que vem sendo trabalhado historicamente pelos geógrafos, tanto ao nível dos estudos empíricos quanto no plano teórico-abstrato da formula-

ção do objeto geográfico.

As diferentes propostas de definição do objeto da Geografia, formuladas ao longo de sua história, são tentativas de dar conta — com os recursos teóricos disponíveis — do universo temático aludido. Deve-se dizer que tal empresa não logrou, em nenhuma das tentativas, um êxito integral. A abrangência do horizonte de pesquisa e sua sobreposição com outros campos do conhecimento científico foram, sem dúvida, os principais elementos responsáveis pelas dificuldades encontradas. A definição de Geografia, quando abarcava todo o espectro de temas almejados, restava vaga e imprecisa. A formulação de definições mais rigorosas, sempre implicou empobrecimento dos objetivos iniciais. É em função do exposto que essa ciência convive com o fantasma da indefinição do objeto, num processo em que o desenvolvimento da ciência como um todo só veio a agravar (culminando na já mencionada “crise da Geografia”). Uma série de graves problemas epistemológicos decorre dessa fragilidade de base. A dualidade entre Geografia Física e Geografia Humana seria um bom exemplo de tais problemas, como também o é a dualidade entre a escala global e a local, ou entre a descrição e a explicação, ou ainda entre a perspectiva sintética e as inevitáveis especializações. Tais questões serão retomadas adiante.

Aqui, cabe reforçar que a idéia de um temário comum da Geografia não se confunde com uma definição do objeto. Esta é fruto de uma lapidação teórica de tal temário, que passa a lhe fornecer uma identidade articulada. A definição do objeto é, assim, o resultado de um trabalho de reflexão efetuado sobre o temário. Trabalho este que explicita os

traços apenas esboçados inicialmente, revelando suas relações internas e precisando sua localização num universo maior (logo, desnudando também suas relações externas). O objeto é o temário trabalhado já à luz de um determinado método, isto é, filtrado por uma dada concepção de mundo. Podemos dizer que o objeto é o ponto de chegada de uma empresa teórica, de elucidação das características próprias da pesquisa geográfica, e que o temário é o ponto de partida de tal processo.

A existência de um conjunto de temas, de certa forma correlatos, recorrentes em toda a história da Geografia, é uma constatação que não encontra muitos contraditores. Alguns destes temas foram bastante trabalhados ao longo do tempo e, por isso, não se pode dizer que o temário geográfico encontra-se em estado bruto ou mesmo embrionário (como procura formular a já desgastada tese de que a Geografia "é uma ciência em formação"). Muitas soluções já foram tentadas, muitos questionamentos já foram levantados, muitas propostas enunciadas. É esse material a herança dos geógrafos, cuja destinação, acredita-se, não deve ser a lata de lixo da história. Ao contrário, a perfeita compreensão desse saber passado é um pressuposto para um avanço futuro. A dissecação do material acumulado permite o resgate das formulações mais avançadas, dos questionamentos mais conseqüentes, das soluções mais desenvolvidas e o descarte dos equívocos do passado. Desse trabalho deve brotar aquele conjunto — já lapidado em parte — de temas que merecem ser retomados como os mais profícuos caminhos e os de maior relevância social.

O movimento de renovação da Geografia

deverá, então, ser a rediscussão do temário delimitado à luz de novos parâmetros metodológicos. Como foi colocado, a Geografia tradicional foi quase que totalmente dominada pelo positivismo. Sua discussão passou ao largo de várias outras vertentes metodológicas da ciência moderna. Há, desse modo, caminhos quanto ao método não trilhados pelos geógrafos, que deverão ser agora relevados no processo de construção da Geografia do devir.

O PONTO DE PARTIDA: O MÉTODO

A opção de método aparece como o primeiro pressuposto no processo de construção de uma nova concepção de Geografia, pois fornece uma série de balizamentos iniciais para tal empresa. Em primeiro lugar, são as referências oriundas da posição metodológica assumida que permitem a revisão crítica do conhecimento geográfico tradicional; são elas também que propiciam um parâmetro para o resgate das questões aí encontradas, consideradas relevantes e consistentes. Assim, num certo sentido, o método orienta de início a delimitação do que seria o "temário" da Geografia. É ele também que dirige o posicionamento dos problemas próprios de tal temário, pautando a ordenação de sua discussão. Além disso, é a opção metodológica que delineia aquilo que será o "pensamento geográfico" vinculado à concepção em construção, dando também os elementos para sua leitura. O método estabelece, enfim, os instrumentos que manipularemos ao longo de todo esse processo.

Antes de avançar na argumentação, cabe explicitar a compreensão que se tem sobre o

significado atribuído aos termos "método" e "metodologia". Inicialmente, aponta-se a diferença entre *método de interpretação* e *método de pesquisa*, cuja não distinção é fonte de graves equívocos. O primeiro diz respeito à concepção de mundo do pesquisador, sua visão da realidade, da ciência, do movimento etc. É a sistematização das formas de ver o real, a representação lógica e racional do entendimento que se tem do mundo e da vida. O método de interpretação refere-se, assim, a posturas filosóficas, ao posicionamento quanto as questões da lógica e, por que não dizer, à ideologia e à posição política do cientista. O método é, nesse sentido, o elemento de relação entre os vários campos da ciência e de cada um com a Filosofia. Pode-se dizer que ele é o arcabouço estrutural sobre o qual repousa qualquer conhecimento científico. Mesmo a postura de negação ao método é a exteriorização de uma posição metodológica. Concluindo, método de interpretação é uma concepção de mundo normatizada e orientada para a condução da pesquisa científica; é a aplicação de um sistema filosófico ao trabalho da ciência.

Já o método de pesquisa refere-se ao conjunto de técnicas utilizadas em determinado estudo. Relaciona-se, assim, mais aos problemas operacionais da pesquisa que a seus fundamentos filosóficos. Pode-se dizer que a utilização de um método de pesquisa não implica diretamente posicionamentos políticos ou concepções existenciais do pesquisador, resultando muito mais das demandas do objeto tratado e dos recursos técnicos de que dispõe. Lênin, por exemplo, em seu livro *Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, faz um uso intenso dos métodos quantitativos, apesar de

o marxismo (seu método de interpretação) priorizar a via qualitativa para o entendimento da realidade social. O que ocorre é que determinadas posturas interpretativas impõem ao trabalho científico o uso exclusivo de certas técnicas de análise (é o caso da "New Geography" com as técnicas estatísticas e as oriundas da teoria dos sistemas). De todo modo, a opção por uma metodologia de pesquisa, não define, *a priori*, os resultados interpretativos do trabalho executado. Estudos orientados por diferentes métodos de interpretação podem fazer uso da mesma metodologia de pesquisa.

A distinção acima efetuada é muito importante, pois a confusão entre as duas definições mencionadas, pode gerar graves equívocos. O principal deles seria o de mascarar a existência da diversidade de métodos interpretativos. Algumas abordagens ligadas à orientação neopositivista, insistem em se proclamar como as únicas "científicas", pois afirmam encaminhar seus estudos apoiadas em técnicas consagradas e "objetivas", colocando todas as outras perspectivas de interpretação existentes como "subjetivistas", "metafísicas" ou "ideológicas". Tal posição não acata, em primeiro lugar, a diversidade dos fenômenos do real e, logo, das formas de abordá-los. Preconiza um encaminhamento único das análises, tendo por modelo os procedimentos próprios das ciências naturais. Na verdade, para os autores que professam esta visão, haveria apenas um método — o "científico" — comum a todos os campos da ciência (juízo herdado do positivismo clássico). Frente a essa posição, os estudos referentes ao homem e à vida social — possuidores de qualidades próprias — seriam praticamente impossíveis

fora dos parâmetros positivistas. Para a concepção neopositivista — na verdade um dos métodos de interpretação entre outros existentes — este método "científico" justifica-se pelas técnicas de pesquisa utilizadas.

Outro equívoco, decorrente da não distinção aludida, seria o de rotular um dado trabalho, baseando-se apenas na metodologia de pesquisa ali empregada. Essa postura é bastante comum ao marxismo vulgar que, em função disso, passa ao largo do avanço das técnicas modernas do trabalho científico. O exemplo citado de Lênin bastaria para mostrar o erro dessa visão, para não falar das equações matemáticas desenvolvidas por Marx em *O Capital*. As técnicas de análise são um patrimônio comum da ciência e estão em constante aprimoramento. O uso de uma determinada técnica não define as diretrizes interpretativas de uma pesquisa e muito menos o perfil ideológico do pesquisador. Seria como dizer que o tipo de panela ou a forma da colher definem as qualidades gastronômicas de um prato. Urge, então, frisar bem a diferença entre método de interpretação e método de pesquisa. Aqui, utilizaremos método e metodologia no primeiro sentido, aquele mais elevado e essencial que diz respeito à concepção de mundo do pesquisador.

Uma opção clara quanto ao método é fundamental para qualquer um que deseje avançar no processo de construção de uma Geografia nova. É essa opção que define os caminhos que tal empresa deverá trilhar, seus pressupostos, suas metas e seus limites. A explicitação da posição assumida representa a garantia de coerência no percurso, pois revela o controle lógico e a consciência que o pesquisador tem dos instrumentos de seu tra-

balho. Não optar significa deixar vagos os pressupostos fundamentais e as posturas basilares da proposta a ser construída. A definição explícita quanto à metodologia empregada não implica, contudo, uma visão doutrinária a seu respeito. O método não deve ser visto como algo estático e cristalizado; não deve ser uma camisa-de-força para o pesquisador. Ele possui um dinamismo interno de aprimoramento e renovação dado por sua utilização no trato de diferentes fenômenos. São as pesquisas nos vários campos da ciência que alimentam o desenvolvimento de todas as posições metodológicas, pois colocam suas proposições à prova na explicação de novos problemas. O método, que dirige o trabalho das ciências, se retroalimenta desses, num processo de aprimoramento constante. O compromisso do cientista só pode ser com o real. Quando a realidade observada não encontra correspondência nos pressupostos metodológicos, são esses que devem ser revisados. Tal revisão não pode ser escamoteada, sob o risco de enveredar o trabalho no doutrinarismo estéril (que nega o real) ou no ecletismo descaracterizador (que introduz a pesquisa na "noite escura do relativismo, onde todos os gatos são pardos").

A questão acima levantada é essencial. A única postura cientificamente aceitável quanto ao método é a da revisão constante de suas proposições. A metodologia assumida, qual quer que seja a opção feita, deve ser entendida em sua ininterrupta renovação, que tem na prática da ciência a sua razão de existência. Logo, a alavanca de sua revisão. Frente aos problemas metodológicos encontrados numa dada pesquisa, o ecletismo — o uso de proposições de variados métodos, sem levar

em conta seus pressupostos antagônicos aparece como saída fácil, porém equivocada. Tal postura, a menos que explicitada ao início do trabalho (o que a coloca como uma opção metodológica existente hoje na ciência), dá guarida a uma grande indeterminação. Fecha-se os olhos aos problemas encontrados, prosseguindo a pesquisa sobre bases frágeis. Na situação que se encontra hoje a Geografia — de construção de novos objetivos e perspectivas — a postura eclética é sobremaneira danosa, pois empurra o esforço renovador para encaminhamentos pouco sólidos em termos teórico-metodológicos. A postura fértil seria aquela de rever as proposições do método, quando necessário, sem abrir mão da coerência interna de seus enunciados.

Do que foi colocado, concluímos que o primeiro passo para o geógrafo envolvido com o processo de renovação é o estudo profundo do próprio método assumido. As obras clássicas, geradoras da perspectiva em pauta, deverão ser necessariamente examinadas, não podendo ser substituídas por livros de divulgação sintética de seus conteúdos. No caso do marxismo, por exemplo, a leitura do manual de Martha Hanecker não substitui o trabalho junto aos textos de Marx. Na verdade, não sendo as leituras de um dado autor isentas ou destituídas de controvérsias interpretativas, as obras "didáticas" ou "introdutórias" de vulgarização de suas idéias passam juízos e perspectivas dos comentaristas. O estudo do método não pode, entretanto, ficar restrito ao acesso aos clássicos — o que pode levar a muitos equívocos de cunho doutrinário. Cabe, então, estudar também os desdobramentos das formulações clássicas, as polémicas ensejadas no âmbito da vertente me-

todológica escolhida e, principalmente, a produção contemporânea. Ainda tomando o exemplo do marxismo, não basta ler Marx, há que se passar também pela obra de Lênin, Kautsky, Rosa Luxemburgo, Trótski, Gramsci, Lukács, entre outros, até chegar ao debate atual com Althusser, Poulantzas, Lefebvre etc. Vê-se que a tarefa é árdua, e a preocupação deve ser constante.

O método, sendo expressão de sistemas filosóficos, possui uma abrangência maior que cada campo da ciência, isoladamente. Por isso, traz para a discussão específica, orientações genéricas, experiências acumuladas, conceitos e categorias já lapidados que atuam como balizamentos gerais para a reflexão em curso. A opção metodológica fornece ao pesquisador a adesão a uma lógica (formal, dialética, matemática etc.). Fornece também respostas para as questões gnosiológicas: postura frente ao real, frente ao próprio conhecimento, concepção de movimento etc. Fornece ainda uma visão da história (harmônica, linear, cumulativa, contraditória etc.). A opção de método pode trazer uma teoria da sociedade ou da natureza, que se sobrepõe às abordagens particulares de cada ciência. O método introduz significados para categorias gerais (por exemplo, um entendimento próprio de espaço e tempo) e conceitos que lhe são específicos (por exemplo, o de "pares-de-oposição" para o estruturalismo ou o de "ethos" para a abordagem compreensiva de Max Weber). Enfim, o método faz a ponte entre a reflexão de uma ciência particular e a produção historicamente acumulada, deixando claro o caráter social da atividade científica.

É com os instrumentos fornecidos pelo mé-

todo que a questão do objeto geográfico deve ser trabalhada. O objeto é o temário criticamente recuperado por uma perspectiva metodológica. Sendo os métodos variados, os resultados desse trabalho também serão diferentes. Desse modo, não é possível chegar-se a uma definição consensual do objeto, pois esta variará em função dos métodos assumidos. A crença na possibilidade de uma definição de consenso — não levando em conta a diversidade metodológica existente — foi um dos equívocos da Geografia tradicional. Existirão, assim, tantas definições do objeto geográfico, quantas forem as perspectivas metodológicas capazes de abordar o temário dessa disciplina. No presente volume, tentaremos delimitar um dos caminhos possíveis.

Finalizando, cabe apenas reforçar a idéia de que a opção por um determinado método e seu estudo, representam apenas o ponto de partida na construção de uma Geografia nova. Alguns autores, incluídos na vertente crítica do movimento renovador, parecem acreditar que a adesão a uma perspectiva metodológica resolve, de imediato, os problemas com que se defronta a pesquisa geográfica atual. *Tomam a opção de método por ponto de chegada, e não de partida.* Isto os leva a substituir formulações substantivas (mesmo que errôneas) da Geografia tradicional por formulações de princípios do método que assumiram. Ao discurso tradicional, que pelo menos tentava dar conta da realidade, contrapõem abstrações metodológicas de alto grau ou, pior, jargões diretamente políticos. Ideologizam o debate científico e prestam um desserviço à efetiva renovação da pesquisa geográfica. As questões da ciência não se resolvem por apelos *diretos* às palavras de ordem da prática

política nem com a repetição (na maioria das vezes descontextualizada) de máximas metodológicas. Dizer, por exemplo, que a contradição capital-trabalho explica a organização do espaço no mundo capitalista não é dizer muito, pois tal "explicação" englobaria realidades profundamente ímpares, como a ilha de Manhattan e o agreste nordestino. Uma fórmula de conteúdo tão vago leva à perda de algo essencial da herança dos geógrafos: a tematização das diferenças entre os lugares e o estudo das realidades singulares.

Há um longo caminho pela frente no processo de renovação da Geografia. A explícita adoção de uma perspectiva metodológica revela apenas os primeiros passos dessa caminhada.

UMA TEORIA MARXISTA DA GEOGRAFIA

A opção metodológica aqui assumida é clara e inequívoca: trabalharemos o temário geográfico à luz do materialismo histórico e dialético. Esse método de interpretação da realidade desenvolveu-se a partir das formulações originais de Karl Marx e Friedrich Engels, sendo também denominado — à revelia do desejo de Marx — de "marxismo". O seu campo de abrangência restringe-se, apesar das tentativas ainda infrutíferas de estendê-lo, ao domínio das ciências humanas. A obra de seus pioneiros pode ser descrita como a elaboração de uma teoria geral da história das sociedades. Nessa elaboração, expressou-se uma nova abordagem de apreensão do real, cuja explicitação deu origem à metodologia marxista. Esta, ancora-se, como não poderia deixar de ser, num sistema filosófico próprio que tem na relação entre teoria e prática sua pedra angular. Para o marxismo, só a perspectiva de transformar o mundo fornece a possibilidade de compreendê-lo, só a visão crítica permite apreender a essência dos processos sociais, só a inserção no movimento propicia seu entendimento. Por

isso a ele se associa uma prática política — a proposta do socialismo científico.

Já se passaram mais de cem anos desde a morte de Marx. Nesse tempo suas formulações foram retrabalhadas por um número significativo de autores. Alguns, no sentido de criticá-las ou revisá-las, outros tentaram aprimorá-las enveredando pela análise de temas mais específicos, outros ainda, se dedicaram a seu esmiuçamento conceitual ou lógico. Um número mais restrito de pensadores buscou manter a contemporaneidade das formulações marxianas, discutindo-as sob um ponto de vista global. O materialismo histórico e dialético foi aplicado na análise de realidades extremamente diversificadas, de sociedades bastante distintas, de problemas os mais variados. A ação política, em diferentes momentos e países, apresentou conjunturas e levantou questões que enriqueceram o patrimônio teórico marxista ao longo do último século. Todo este processo desenrolou-se por caminhos também diversificados, muitas vezes antagônicos entre si. Geraram-se polêmicas, delinearam-se posições exclusivas e conflitantes. O desenvolvimento do legado teórico de Marx avançou por diferentes vias, que coexistem hoje num diversificado campo de debate marxista.

O marxismo contemporâneo apresenta uma grande pluralidade de orientações. Ao contrário do que proclama a sua vertente vulgar, não existe um monolitismo de concepções, nem um conjunto homogêneo de preocupações. Reina, pelo contrário, um debate interno bastante acirrado. As discordâncias profundas (teóricas e práticas) entre Lênin e Rosa Luxemburgo, o embate dos dois (e de Engels) com Kautsky, que também polemiza

com Plekânov; a disputa entre Trótski, Bukárin e Stálin pela sucessão de Lênin à frente do Estado soviético, eivada de concepções teóricas díspares; a oposição entre as formulações de Lukács e as de Althusser, em termos mais recentes. Os exemplos poderiam se multiplicar, todos atestando a multiplicidade do marxismo atual. Alguns autores chegam a defender a idéia da impossibilidade de agrupar, no presente, estas diferentes orientações, numa designação unitária. Não basta, portanto, nos dias de hoje se autodenominar marxista. Há que aprofundar mais a localização da orientação assumida, explicitando a vertente do materialismo histórico e dialético pela qual se optou. Isto não quer dizer, contudo, que inexista uma identidade comum na adesão a tal método. Existe uma série de fundamentos, ainda plenamente aceitos que diferenciam o campo marxista das demais posições metodológicas existentes. Estes princípios comuns serão discutidos nos capítulos seguintes.

Uma discordância profunda entre posturas, revelando diferentes vias de discussão dentro do campo marxista, pode ser bem ilustrada pelo problema específico que enfocamos: a construção de uma Geografia nova, embasada no materialismo histórico e dialético, deverá encaminhar-se para a constituição de uma *Geografia marxista* ou para a elaboração de uma *teoria marxista da Geografia*? Tal oposição de encaminhamentos, aparentemente banal, possui contudo implicações muito significativas. Propor uma Geografia marxista, implica confundir o temário dessa disciplina com o método, isto é, partir para a construção da nova proposta, tendo sua resolução dada *a priori*. Buscar uma teoria marxista da

Geografia implica, por outro lado, priorizar o temário, centrar nele o esforço teórico. O método aparece aqui como instrumental. Não se rejeita, assim a existência dos temas próprios da Geografia. Vê-se que os encaminhamentos são meridianamente opostos. Seus resultados futuros sofrem assim uma clivagem de base. Neste trabalho, assumimos claramente a segunda perspectiva: a da formulação de uma teoria marxista que dê conta das questões colocadas pelo temário geográfico.

A oposição acima apresentada expressar-se-á nas leituras da produção marxista, e da obra de Marx, em particular. Na nossa opção, toma-se dos clássicos inicialmente a orientação metodológica, o instrumental teórico necessário para chegar às respostas às questões em foco. Na outra proposta, buscar-se-á diretamente as respostas, como se houvesse uma Geografia explícita ou enrustida na obra marxiana. Emerge aí o equívoco, já mencionado, de se tomar a opção filosófico-metodológica por ponto de chegada. É óbvio que Marx, um crítico da fragmentação das ciências humanas, não produziria uma Geografia, nem se preocuparia com a existência de tal disciplina. Há trechos em seus escritos que se aproximam da problemática geográfica — e o resgate dessas teorizações é sumamente importante — porém, eles não constituem um corpo ordenado de conhecimentos, capaz de normatizar um campo de pesquisa. Da obra de Marx, e da produção marxista posterior, devemos tomar fundamentalmente o método de interpretação do real, com todas as decorências já descritas. Tomaremos também aquelas passagens e teorias que abordem temas de interesse da Geografia.

Antes de prosseguir na argumentação, cabe

mencionar as relações no passado, entre a reflexão geográfica e o marxismo. A Geografia tradicional praticamente ignorou o materialismo histórico e dialético. Os sistematizados da Geografia moderna não discutiram as formulações de Marx, apesar de citarem eventualmente os seus interlocutores da Economia Política clássica. Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus, entre outros, aparecem algumas vezes nas páginas de Ratzel, Vidal de LaBlache ou Jean Brunhes, por exemplo. As raras alusões à obra de Marx, no âmbito da Geografia tradicional, são sempre refutativas e revelam leituras superficiais. São colocações muito rápidas — em notas ao pé da página ou soltas no meio de uma argumentação — que não expõem uma avaliação rigorosa. Basta lembrar os comentários de Levasseur, Bertoquy e Febvre. Este último, por exemplo, fala de um “espiritualismo econômico” contido na proposta de Marx que seria, segundo ele, semelhante ao “espiritualismo geográfico” dos autores deterministas, pois enquanto este visava tecer a explicação da realidade a partir de “causas naturais”, aquele apelaria para uma unicausalidade do “econômico”. Febvre toma a idéia marxista da “determinação econômica” (que discutiremos no Capítulo 5) como se fosse uma visão causal rígida e mecanicista — no estilo do positivismo —, esquecendo-se que este método trabalha com a dialética — frontalmente contrária ao raciocínio de causa e efeito. Outros exemplos poderiam ser apresentados, todos mantendo o teor de críticas semelhantes.

A Geografia tradicional não gerou nenhuma avaliação séria do marxismo, o que revela um alheamento deliberado. Os geógrafos omitiram-se quanto às formulações do materia-

lismo histórico e dialético, pois até mesmo a refutação desse método foi escamoteada. É somente no limiar da crise do pensamento tradicional que as idéias de Marx virão à tona, no debate dessa disciplina. Tal processo se inicia no pós-guerra, e adquire alguma intensidade nos anos cinqüenta, já no bojo de uma perspectiva de renovação da Geografia. São autores como Dresch, Pierre George, B. Kayser, R. Guglielmo, A. Prenat, Wolkowitsch, Tricard, entre outros, que inauguraram esta vertente de discussão. Um marco dessa aproximação poderia ser estabelecido — segundo depoimento de J. Suret-Canale, um de seus participantes, à revista *Espaces-Temps* — nas “Jornadas dos Intelectuais Comunistas”, realizadas em Ivry durante 1953. Ali se reuniu um grupo de geógrafos preocupados em rever os métodos da “Geografia burguesa”. Na ocasião, Kayser apresentou um ensaio abordando “a luta de classes e a realidade geográfica”, Guglielmo propôs “um estudo marxista das cidades”, Dresch investiu contra a noção de “gênero de vida”, George contra a “Geografia aplicada” e Gourou contra a “Geografia do colonialismo”. Na Geografia Física, Cailleux e Tricard propõem a Geomorfologia climática como a “visão proletária” dos processos naturais. Trata-se, seguramente, da primeira tentativa relevante de pensar as questões geográficas à luz do marxismo.

Este movimento pioneiro, contudo, apresentava sérios problemas. O depoimento citado de Suret-Canale aponta os fatores responsáveis por seus limites e por sua desagregação precoce: entre os primeiros destaca a postura doutrinária, entre os segundos a crítica ao stalinismo no final dos anos cinqüenta. Uma análise mais profunda do conteúdo des-

sas propostas, notadamente a de produção de P. George, ainda se encontra por fazer. De todo modo, é possível apontar algumas críticas gerais. Uma postura metodológica conciliatória em relação às formulações tradicionais; uma acentuação dos elementos de continuidade com a perspectiva possibilista; um apego ao conceito de região e a influência ainda marcada de uma formação positivista são críticas já levantadas por vários comentaristas. Temos de considerar — frente ao posicionamento que assumimos — que a vertente do marxismo à qual se ligavam estes autores não contribuía para distanciá-los da Geografia tradicional. Ao contrário, a sua adesão ao “marxismo oficial” (orientado por Stálin e pela Academia de Ciências da URSS) aproximava-os de certas concepções do positivismo, por exemplo, na postura “cientificista”, ou no apego ao “empirismo”, característica dessa vertente do materialismo histórico e dialético.

Não se pode negar, todavia, que os esforços desse grupo de geógrafos franceses legou-nos alguns resultados. Propostas específicas aí desenvolvidas geraram férteis vertentes de pesquisa. Reforçou-se o componente social da análise geográfica substanciada, por exemplo, na proposta da “Geografia Ativa”, que levantava a questão da ação política do geógrafo, e apontava em direção a uma prática de denúncia. Alguns trabalhos desenvolvidos nessa orientação possuem inegável densidade de crítica social. Essa corrente alimentou dúvidas e demarcou um posicionamento progressista para o trabalho geográfico, podendo ser considerada a inspiradora do movimento crítico posterior, que acaba por superá-la. A trajetória de Yves Lacoste — da *Geografia do Sub-*

desenvolvimento ao A Geografia Serve, antes de mais Nada, para Fazer a Guerra — um autor formado nessa escola, mostra bem a vitalidade dessa orientação. De qualquer modo, este é o movimento pioneiro na tentativa de pensar a Geografia sob a ótica do marxismo. Antes de sua eclosão, mesmo os geógrafos de inegável combatividade social — como Elisée Reclus ou Camille Vallaux — posicionados com o marxismo ao nível da ação política não implementaram a conexão entre a reflexão geográfica e o materialismo histórico e dialético. Pensavam o marxismo como uma prática, mantendo posturas positivistas nas suas teorizações. Assim, é somente a partir do núcleo de geógrafos agrupados no partido comunista francês no pós-guerra que começa a busca da construção de uma Geografia embasada na metodologia marxista, pelo menos no âmbito do mundo ocidental*.

A partir dos anos cinquenta, como já foi dito, a crise da Geografia tradicional se aprofunda. Na vertente crítica do movimento renovador que surge, emergem propostas variadas que partem de uma opção pelo marxismo. Estas vão se aproximar de estudos extrageográficos que tangenciam o temário dessa disciplina — notadamente da Sociologia, da Economia e do Urbanismo — utilizando a mesma perspectiva metodológica. Começa a se delinear um novo campo de “pensamento geográfico” e, pela primeira vez, um campo marxista. Na França, os estudos urbanos co-

* A pesquisa efetuada para o presente volume não abarcou a produção geográfica dos países do chamado “socialismo real”. A análise dessa produção exigiria um trabalho profundo e específico que extrapola, evidentemente, as possibilidades do presente estudo.

nhecem um grande desenvolvimento, com a perspectiva interdisciplinar de autores como M. Castels, J. Lojkin e A. Lipietz, entre outros. Yves Lacoste comanda uma discussão no âmbito mais específico da Geografia, que acaba por fundar a revista *Herodote*. Ainda nesse país aparece a revista *Espaces-Temps*. Na Itália surgem os importantes estudos de Massimo Quaini e também dos autores ligados ao Centro de Estudos Urbanos e Regionais da Universidade de Veneza, como F. Indovina e D. Calabi. Os estudos urbanos também são publicados na revista *Critica Marxista*. O Instituto Gramsci promove congressos sobre a questão ambiental. Nos E.U.A. aparecem os trabalhos de D. Harvey e de E. Soja, entre outros, buscando caminhos marxistas para a Geografia. Surge a revista *Antípoda*. No Canadá, no México, na Venezuela, no Brasil e em alguns países da África, são realizados trabalhos de “Geografia” também orientados nessa perspectiva. Como já foi observado no primeiro capítulo, hoje a somatória desses esforços permite que as questões já comecem a ser equacionadas no sentido de sistematizações. É nesse sentido que pretendemos conduzir o presente trabalho.

Foi bastante enfatizada, até aqui, a crítica à postura expressa na visão doutrinária do legado teórico de Marx, na rotulação apenas pela metodologia de análise empregada, na apreensão do método como resposta e não como ponto de partida, na leitura dogmática dos clássicos do marxismo e na diluição do problema do objeto geográfico. Tal crítica incisiva é necessária, pois os caminhos já trilhados pelo movimento de renovação da Geografia conhecem propostas que enveredam por tais equívocos. A essas, Lacoste denominou —

com propriedade — de “liquidacionistas”. Tal posição consiste em se negar *in totum* a própria discussão do objeto geográfico. Renega-se a Geografia, afirmando ser este campo de pesquisa e reflexão “indissolivelmente ligado ao positivismo e à classe burguesa”, reproduzindo — no pólo oposto — a escamoteação impetrada pela Geografia tradicional que fazia de conta que o marxismo não existia. Os liquidacionistas, por seu turno, vão apregoar a inexistência da Geografia. Tomam toda a produção acumulada por essa disciplina como “mera ideologia”, concebida na visão estreita e simplista como “construção maldosa da burguesia”. Os geógrafos passam a ser vistos como “demiurgos” da exploração de classe.

Geralmente os argumentos liquidacionistas vão se amparar na famosa afirmação de Marx, contida na *Ideologia Alemã*: “só reconhecemos a existência de uma ciência, a ciência da história (...)”, para deslegitimar a construção de *outra* Geografia. Tomam a afirmação ao “pé da letra” e de uma forma descontextualizada, deduzindo a conclusão pueril de que, para Marx, não existe possibilidade de um conhecimento geográfico, pois “só existe a História”. Este raciocínio revela uma apreciação realmente limitada e formal do problema posto. Em primeiro lugar, por tomar a Geografia apenas como um rótulo ou como um corte absoluto e arbitrário no real e não como um conjunto de questões, um temário específico entre os inúmeros temas da realidade. Revela, assim, a incapacidade de pensar a investigação geográfica fora dos parâmetros passados em que ela foi concebida. Em segundo lugar, e isto é realmente grave, não se entende o significado da frase citada de Marx. O que ela afirma é que não existe ne-

nhum conhecimento efetivo do real que não seja “histórico”, isto é, ele está discutindo o movimento do conhecimento e não o do real. Trata-se de uma afirmação metodológica e não ontológica. Marx explica nesse trecho que qualquer fenômeno só pode ser entendido quando se aborda sua gênese e desenvolvimento, isto é, com o concurso da perspectiva histórica. Desta forma, é óbvio que Marx não está defendendo a História como única disciplina acadêmica.

Os erros cometidos pela visão liquidacionista são inúmeros, e vão fornecer munição para a crítica conservadora que, espertamente, vai apresentar os seus autores como os protótipos do geógrafo marxista. Isto pode ser ilustrado com as coletâneas sobre “tendências recentes” da pesquisa geográfica, onde o lugar destinado aos representantes do pensamento crítico é ocupado por propostas de baixa densidade de elaboração teórica. Tomar o anarquista R. Peet como exemplo típico da renovação crítica da Geografia é uma evidente distorção. Assim, os liquidacionistas fornecem uma brecha nas hostes progressistas, enfraquecem o efetivo embate político que se trava entre os antagônicos posicionamentos sociais no plano da discussão geográfica. Frente ao reducionismo de suas colocações, a defesa do rigor e da qualidade da pesquisa tornam-se argumentos do adversário. De posse de tal argumento, a vertente conservadora passa a se proclamar a guardiã da objetividade científica, a que realmente se preocupa com a compreensão da realidade “tal como ela é”. Reforçam aí a tese da neutralidade, do empirismo e da ida ao campo sem “preensões”.

Os autores liquidacionistas revelam má compreensão da relação entre a ação política

e a atividade científica. Tomam o embate ideológico pela tarefa única do cientista politizado, esquecendo-se da necessidade de explicar o real. Não percebem que, para derrubar as teses do pensamento tradicional e da renovação conservadora, é fundamental demonstrar seus limites, seus erros e inadequações e gerar um conhecimento mais sólido, que as supere em seu maior poder explicativo. A crítica puramente ética conduz ao debate trágico e à polêmica principista, pois a luta ideológica no plano das ciências é travada, fundamentalmente, ao nível da eficácia explicativa dos diferentes métodos de interpretação do real. Assim, se a “guerrilha epistemológica” é importante, nossa empreitada não pode limitar-se apenas a ela. A crítica do pensamento geográfico tradicional (e sua renovação conservadora) é preciso adicionar a construção de um discurso marxista sobre o geográfico. Tomar a guerrilha epistemológica como objetivo em si leva, inevitavelmente, a uma postura niilista, com o trabalho alimentando-se da própria crise — aquilo que no primeiro capítulo foi chamado de “autofagia da crise”. Nesse sentido, cabe dizer: importa para o geógrafo crítico a explicação *concreta* dos “aspectos geográficos” do real e não uma luta intestina da Geografia.

4

O MARXISMO E A TESE DA “UNIDADE DA GEOGRAFIA”

Inicialmente, devemos esclarecer uma questão essencial contida na argumentação até aqui apresentada. Em toda a exposição desenvolvida, manifesta-se a aceitação da possibilidade de se definir um objeto geográfico. Entendemos que o marxismo não apregoa a existência de um único campo de pesquisa, seja no estudo da natureza, seja no estudo da sociedade. Entendemos também que esse *método* de interpretação do real não propõe que se aborde todo o existente de uma única vez, numa caótica visão de totalidade. O materialismo histórico e dialético trabalha, isto sim, com sucessivos e interpenetrantes procedimentos de abstração e concreção. Isto é, caminha da experiência para o abstrato (identificando e isolando problemas), e deste ascende para o concreto (pela inserção dos problemas tratados em processos mais amplos). A este segundo momento do processo cognitivo denomina-se *totalização*, que se constitui na elaboração do conjunto de mediações explicativas do problema tratado, incidindo aí as determinações apreendidas e exaurindo-o

em suas manifestações históricas. O concreto é assim um resultado da reflexão: a realidade compreendida, e não a diretamente vivenciada (como supõe o positivismo). A compreensão dessa realidade deve, contudo, ser relativizada tanto historicamente (no sentido já exposto do conhecimento ser sempre aproximativo), quanto em função dos limites da pesquisa realizada. Abordamos a realidade a partir de um de seus segmentos, chegando assim à totalidade, por uma visão angular. A explicação global flui não da exaustão da análise e do esgotamento dos dados do real (como supõe o positivismo), mas pela relevância do processo investigado, isto é, sua qualidade hierarquizada no movimento. Para o marxismo, os processos reais são múltiplos e para se chegar à essência de seu movimento, temos de, inicialmente, isolá-los. Na famosa expressão de Marx, "O concreto é a síntese de múltiplas determinações, é a unidade do diverso".

Do parágrafo anterior se conclui que não são estranhos ao marxismo os estudos de segmentos específicos da realidade social. Trabalhos sobre o imperialismo ou o capitalismo monopolista de Estado (como os de Lênin, Rosa Luxemburgo, Hilferding, Rubin, Boccara, entre outros) não se confundem diretamente com as discussões sobre estética e arte (como as de Lukács, Benjamin, Della Volpe, Brecht, entre outros). O debate em torno da teoria do partido político (Lênin, Gramsci, Togliatti, Cerroni etc.) não se confunde diretamente com a polêmica sobre o modo de produção asiático (levada por Godelier, Terray, Hobsbawm, entre outros) ou mesmo com a efetuada a respeito da transição do feudalismo ao capitalismo (de Dobb, Kula, Sweezy etc.). O que dizer das teorizações de W. Reich sobre

a psicologia de massas ou de A. Heller sobre a afetividade? Os exemplos poderiam ser multiplicados na justificativa da afirmação. O marxismo, como método, já enveredou por pesquisas em diferentes campos no estudo da sociedade. Sua utilização nos domínios da Matemática e das ciências da natureza apresenta-se ainda incipiente e problemática (a tentativa mais intensa de expandi-la, com as teses de Lisenko, revelou-se desastrosa). Assim, não há grande novidade em se afirmar a possibilidade de um estudo marxista do temário geográfico. Seria a busca da totalidade pela via de discussão dos temas classicamente abordados pela Geografia.

É óbvio que a opção de método comanda tal discussão, fazendo com que a própria formulação do problema do objeto seja diversa da impetrada pelos autores positivistas. A Geografia tradicional buscava definir seu objeto operando um corte absoluto no real, visando chegar à identificação de um fenômeno específico *completa e unicamente* explicável pela Geografia. O positivismo preconizava uma compartimentação rígida das ciências, concebendo domínios autonomizados no conhecimento científico (a ligação entre eles sendo dada pela "Filosofia Positiva" — os fundamentos do "método científico"). Tal visão se opõe a alguns dos princípios mais elementares do materialismo histórico e dialético. Vamos a estes antes de retomar a questão do objeto.

O marxismo trabalha com a lógica dialética, a qual concebe a realidade enquanto movimento e a contradição como a forma de ser dos fenômenos. Segundo esta lógica, tudo se relaciona no real, sendo que as relações diferem entre si pela intensidade e qualidade. Daí, a visão de causalidade dialética operar

através das idéias de “determinação” e “mediação”. A primeira diz respeito aos elementos explicativos mais universais (e mais essenciais) para a compreensão dos fenômenos; a segunda, aos menos intensos, mas não menos importantes, pois fundamentais na definição da singularidade de um evento. Assim, é totalmente antagônica à dialética a idéia de uma compartimentação rígida do conhecimento. Trabalhando com a universalidade e a particularidade enquanto qualidades da realidade movente, a reflexão dialética vê possibilidade de explicar o real através de um jogo de mediações e determinações que a opõe radicalmente à idéia de domínios de conhecimentos autonomizados sob forma absoluta. Daí, ser também estranha à dialética, a busca de um objeto específico, explicável em si mesmo, como propunha a Geografia tradicional.

O marxismo também assume a postura materialista quanto à questão do primado gnosiológico, isto é, aceita a anterioridade da existência em relação à consciência (acatando esta como um epifenômeno do existente) e a exterioridade do mundo em relação ao sujeito do conhecimento. Isto significa que o pensamento marxista avança colado à observação dos elementos da realidade, sem abrir mão da análise substantiva. Tal postura não representa um retorno ao empirismo — de tomar o concreto como o visível — pois à postura materialista se associa a lógica dialética que distingue a aparência e a essência dos fenômenos. O ser não se restringe à sua forma. A abordagem superficial de sua existência tangível não dá conta de seu conteúdo e do seu movimento. Marx já dizia que a ciência seria supérflua se a aparência dos fenômenos revelasse diretamente sua essência, ironizando o

sensualismo ingênuo. A postura materialista traz direcionamentos importantes para o tratamento da questão que nos interessa. Em primeiro lugar, fica claro que não se pode “construir idealmente” um objeto, impondo um corte arbitrário ao real. O objeto não pode ser um constructo mental, uma pura ilação do sujeito. Ao contrário, ele deve ser uma existência concreta, uma identidade no real. A definição do objeto geográfico deve, portanto, sair de um domínio escolástico e passar a ser vista como a explicitação dessa identidade. O sujeito identifica na realidade que lhe é exterior, o segmento em que vai centrar sua análise, desnudando-o numa teia de determinações e mediações múltiplas.

O materialismo histórico e dialético propõe, assim, de forma clara, que os estudos sobre segmentos específicos da realidade devem operar um corte *ontológico*. Isto é, serão possíveis estudos específicos de objetos que possuam uma identidade própria (o que não implica autonomização absoluta) e que se manifestem no real como específicos. Lukács argumenta que são passíveis de serem feitos todos os cortes que não mutilam a realidade, isto é, que delimitem objetos que sejam um “todo” (mesmo que insercíveis, como tudo o mais, numa totalidade maior). Nesse sentido, podemos dizer, numa metáfora, que é possível estudar-se uma laranja, uma laranjeira e um laranjal, e nunca meia laranja ou um galho da laranjeira. O critério para a definição do objeto será a identificação de sua existência unitária. Observa-se a distância entre este encaminhamento e as propostas de Ratzel, LaBlache, Hartshorne, Schaefer ou mesmo Pierre George. A primazia na construção do novo saber geográfico deve estar claramente

referendada no real, naquele sentido de que “as teorias devem fluir da realidade para os livros”, ou ainda, na feliz expressão de Milton Santos: “o novo não se inventa, descobre-se”.

Além da lógica dialética e da postura materialista, o marxismo trabalha com a análise histórica, isto é, para ele qualquer fenômeno só pode ser explicado quando é apreendido em sua gênese e em seu desenvolvimento. Toda pesquisa deve ser, assim, genética, buscando as origens do objeto tratado. É nesse sentido que Marx diz conceber apenas a “ciência da história”. Este ponto é de fundamental importância frente ao problema da definição do objeto geográfico. Em primeiro lugar torna superflua a interminável discussão a respeito da relação entre Geografia e História. Para o marxismo a Geografia — seja física ou humana, geral ou regional — é posta de imediato como um conhecimento histórico. Em segundo lugar, seu objeto não poderá mais ser visto como uma “coisa” ou um “fato”. O materialismo histórico e dialético estuda *processos*, isto é, sua ótica é sempre a da *formação* do fenômeno ou evento. A Geografia deverá estudar, então, algum processo real, seu objeto não poderá mais ser definido como a paisagem ou o lugar, e somente como a formação dessas realidades. Isto traz elementos novos para tal debate. Se tomamos, por exemplo, a definição empirista do objeto geográfico como a superfície da Terra, o estudo deverá, segundo os pressupostos marxistas, iniciar por uma teoria da formação do planeta, pois tal processo seria genético da realidade abordada. Se tomamos a definição racionalista do objeto como o espaço, deveremos identificá-lo como um ente real e também dar conta de sua gênese. Ademais, a reafirmação da necessidade

da análise histórica põe por terra as definições simplistas como, por exemplo, a de ver a Geografia como a história do presente.

Os princípios do método até aqui apresentados já fornecem balizamentos importantes para discutir a questão com que nos defrontamos. Sintetizando a argumentação desenvolvida, temos que o objeto geográfico deverá ser um processo concreto que possua uma relativa autonomia de manifestação na própria realidade, sendo esta identidade específica vista como um segmento de uma totalidade maior. Observa-se que esse encaminhamento já nos distancia bastante das tentativas tradicionais de delimitação do objeto da Geografia. Ali, buscava-se, ora construir idealmente o objeto, ora estabelecê-lo como um domínio absoluto.

A especificidade da Geografia para o pensamento tradicional sempre se apoiou, em grande medida, na propalada tese da unidade de conhecimento geográfico que propunha a idéia de ser essa disciplina uma ciência de síntese que trabalha indiferenciadamente com fenômenos naturais e humanos. Muitas vezes ela foi posta, mesmo, como a “ponte” entre o domínio das ciências naturais e o das ciências sociais, no conhecido enunciado de “ciência de contato”. As críticas ao naturalismo contido nessa visão já se avolumam na atualidade. Contudo, frente à importância desta tese para as formulações geográficas tradicionais, cabe confrontá-la com as colocações metodológicas genéricas do marxismo.

O materialismo histórico e dialético diferencia, de modo explícito, o estudo da sociedade do estudo da natureza. Marx, na famosa passagem já mencionada acerca da ciência da história, conclui dividindo-a em história da

natureza e história da sociedade. Estabelece assim dois domínios bem distintos da investigação científica, e trafega quase que exclusivamente por um deles: o da pesquisa social. Um famoso comentarista da obra marxiana, Alfred Schmidt, argumenta a respeito da inexistência ali de uma ontologia da natureza. Engels, em seu ensaio *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, discute uma das principais razões de tal diferenciação: no domínio das ciências naturais haveria uma exterioridade total do objeto em relação ao sujeito do conhecimento, impossível de ser obtida na pesquisa sobre a sociedade. Aqui o sujeito aparece inexoravelmente como parte do objeto. Argumenta Engels que, dentro do laboratório, todo pesquisador dos fenômenos naturais é materialista (ninguém procura deus no microscópio), o que não impede que, ao sair dali, este cientista seja profundamente religioso, indo rezar numa igreja. No estudo da sociedade, por outro lado, as concepções íntimas do pesquisador (seus juízos morais, religiosos, políticos etc.) direcionam o sentido da análise. A ótica do cientista conservador será profundamente diferente da de um revolucionário, ou mesmo de um liberal, no estudo do mesmo fenômeno social. Eis aí uma diferenciação fundamental — o estudo da natureza distingue-se do da sociedade já na própria relação sujeito-objeto.

Engels, apesar da argumentação acima exposta, foi o único autor clássico do marxismo a tentar desenvolver uma reflexão sistemática no domínio das ciências naturais. Particularmente nos últimos anos de sua vida, dedica-se à transposição dos fundamentos do materialismo histórico e dialético para a interpretação dos fenômenos da natureza. Che-

gou mesmo a escrever uma obra a respeito, *Dilética da Natureza*, a qual, segundo a avaliação de Albert Einstein, possui o grande mérito de sintetizar os principais equívocos das ciências naturais do século XIX. Estas formulações de Engels não conheceram grandes desdobramentos, sua repercussão praticamente se limitou a alguns autores (como Plekânov e Kautsky) da geração seguinte. Severas críticas já foram levantadas, por eminentes pensadores marxistas, a tais formulações e seus desdobramentos. Elas apontam as concessões ao positivismo e ao darwinismo aí contidas. As tentativas de Lisenko no período stalinista mostraram-se, por sua vez, ainda mais prejudiciais à pesquisa científica. Hoje, reina intensa polêmica, no debate marxista, quanto à possibilidade ou não de se estabelecer uma dialética da natureza. Os autores que negam tal possibilidade argumentam que o movimento dialético supõe a existência do sujeito consciente, da ação teleológica, da opção, enfim, da liberdade. A natureza apresentaria formas de causalidade distintas dos processos sociais. A dialética deve ser concebida, então, como o modo específico de captar o movimento do ser social. Essa argumentação distancia ainda mais o domínio das ciências naturais do das ciências sociais. Outro elemento de diferenciação aparece: os fenômenos sociais apresentariam qualidades distintas das manifestas nos fenômenos naturais.

O marxismo concebe, segundo a formulação de Lukács, três formas de materialidade, cada uma dotada de qualidades próprias. A materialidade *inorgânica* seria o domínio da repetibilidade, isto é, os fenômenos do reino mineral apresentariam uma regularidade e uma constância de manifestação que tornam

seu movimento passível de ser expresso em leis absolutas. A repetição aparece, assim, como qualidade própria desse domínio do real, sendo seu conhecimento traduzível numa causalidade rígida. A materialidade *orgânica* já apresentaria as qualidades da adaptação e da mutação, porém o “novo” ainda se manifesta aqui enquanto movimento reativo. A mutabilidade do reino vegetal e animal — à exceção do homem — é reflexiva, respondendo aos estímulos ambientais. Para apreender tais processos, uma visão causal rígida já não basta. Introduz-se, em grande parte, o raciocínio probabilístico e as projeções (com uma densa carga de dedução) na análise da natureza viva. A materialidade *social* apresenta qualidades ímpares, advindas do poder transformador e da capacidade decisória dos homens. As sociedades criam e transformam as condições em que vivem. Em função da liberdade possível na ação humana, as projeções e previsões na interpretação dos fenômenos sociais expressam-se apenas enquanto utopias (de maior ou menor consistência lógica e histórica). A questão do caráter teleológico das ações humanas e da qualidade própria do ser social serão retomadas ao se discutir a relação homem-natureza no capítulo sexto. Aqui visamos apenas apontar que o marxismo concebe qualidades distintas nos diferentes domínios do real. Por isso, enquanto o positivismo proclama o uso do mesmo arsenal metodológico para tratar qualquer fenômeno da realidade, o marxismo vai propor encaminhamentos mais compatíveis com as qualidades intrínsecas do objeto abordado.

Outros pontos poderiam ser enfocados, em reforço à argumentação que estamos desenvolvendo, no sentido de ilustrar a impossibi-

lidade — para o materialismo histórico e dialético — de integrar num mesmo corpo teórico unitário a análise de fenômenos sociais e naturais. As formas de temporalidade, com a diferenciação entre o “tempo histórico” e o “tempo geológico”, poderiam ser outro exemplo. Acreditamos, contudo, que as questões discutidas bastam, por ora. Aceitamos, assim, a existência de um antagonismo entre os pressupostos filosóficos do materialismo histórico e dialético e a tese tradicional da “unidade de conhecimento geográfico”. Os geógrafos que fizeram a opção por este método devem estar alertados quanto a este ponto. Assumir uma orientação marxista implica ter de escolher o domínio no qual desenvolverá suas investigações: o dos fenômenos naturais ou o dos sociais.

A Geografia tradicional sempre conviveu com o dualismo entre Geografia Humana e Geografia Física. Várias soluções formais para essa questão foram tentadas, nenhuma conseguindo resolver os problemas oriundos do próprio desenvolvimento das pesquisas. No quadro do pensamento tradicional a proposta “determinista”, aparece como a mais coerente “solução” (no sentido de unificar numa mesma explicação o físico e o humano); a proposta regional como a mais difundida. Esta, por ver a região como uma síntese de aspectos naturais e sociais — restringe, entretanto, a análise geográfica à realidade considerada, acentuando assim as dicotomias entre a explicação e a descrição em Geografia e entre a escala adotada e a visão global. Ambas as “soluções” apoiavam-se em pressupostos positivistas. A luz do marxismo, como visto, o próprio encaminhamento desta discussão será bastante distinto. O equacionamento da te-

mática clássica da relação homem-natureza se coloca de outra forma. Tal tema, como mencionado, será tratado em um capítulo específico. Aqui cabe apenas enfatizar que as velhas analogias da Geografia tradicional caem por terra. O marxismo força a opção dos geógrafos: ou a Geografia é uma ciência da sociedade ou uma ciência da natureza. Não há subterfúgios lógicos para a escamoteação do problema.

Frente aos fundamentos arrolados, se tomamos a Geografia como ciência da sociedade, seu objeto deverá ser um segmento específico da realidade social. Ela discutirá processos sociais, e os fenômenos da natureza interessar-lhe-ão apenas enquanto recursos para a vida humana. Ela não discutirá os processos naturais em si, e somente a *natureza para o homem*. Sua ótica estará bem centrada no movimento da sociedade, e seus instrumentos de pesquisa serão parecidos com os das demais ciências humanas. Por outro lado, se tomamos a Geografia como ciência da natureza, seu limite na apreensão dos fenômenos humanos estaria no estudo da ecologia do homem, isto é, na análise da *natureza do homem*, visto enquanto animal que também sofre mecanismos de adaptação ao ambiente. A dinâmica própria dos fenômenos sociais seria, então, inapreensível para essa Geografia natural. Quando muito poderia ser discutido o resultado (apenas o resultado) da ação humana na realidade ambiental do planeta. O movimento em si dos processos sociais lhe seria estranho. Vê-se dois caminhos para a construção do novo saber geográfico, ambos passíveis de gerar pesquisas de alta relevância social e de elevado interesse científico. Porém, caminhos distintos, é bom frisar.

O marxismo, pelas razões já aludidas, está melhor credenciado a orientar os esforços no sentido do estabelecimento de uma Geografia da sociedade. É esta a empreitada a que nos propomos, aceitando plenamente a possibilidade de existência de uma outra Geografia dedicada à análise da natureza. Essa opção simplifica sensivelmente o horizonte de preocupações em foco. A questão do objeto passa a se limitar ao universo da materialidade social e da história humana. Ele não poderá mais ser posto como a "superfície terrestre", pois esta é fundamentalmente uma realidade natural (a história humana é secundária na discussão sobre a gênese da Terra) mas dirá respeito, claramente, a algum processo social referido a esta, à ação humana sobre a Terra. O objeto não poderá também ser definido como o "espaço", e sim sua produção e uso pela sociedade.

Quando se assume a Geografia como ciência social, o materialismo histórico e dialético passa a nos fornecer um número muito maior de subsídios para prosseguir o trabalho. Como foi dito, este método substantiva-se numa teoria social, e esta, enquanto tal, passa a interessar diretamente à construção do objeto geográfico. As formulações ainda genéricas da teoria social de Marx em sua relação com o temário da Geografia constituem o conteúdo do próximo capítulo.

UMA GEOGRAFIA DA SOCIEDADE

A obra de Marx, como foi mencionado, constitui uma teoria geral da história da sociedade. Ela visa dar conta do movimento social em diferentes períodos da história da humanidade, apesar de sua ênfase estar centrada na sociedade vivenciada por esse autor, isto é, a sociedade capitalista. Ao tomarmos a Geografia como uma ciência da sociedade, tal teorização passa a nos interessar diretamente, pois nosso estudo abordará um segmento específico da realidade social. Como foi dito, nosso objeto deverá ser um processo social referido ao espaço terrestre, logo, nossa teorização deverá se inscrever dentro de uma teoria geral da sociedade. É necessário conhecer os traços essenciais do movimento da totalidade social para apreender um dos seus aspectos particulares. Visualizar a totalidade, para captar a parte.

A categoria de maior amplitude desenvolvida por Marx para periodizar a história humana é a de modo de produção que expressa, em nível mais geral, as formas como se dá o desenvolvimento das sociedades ao longo do

processo histórico. Ao contrário dos filósofos idealistas que enfatizam o papel das idéias como motor do processo histórico, Marx vai privilegiar a ação concreta dos indivíduos reais, as condições materiais de vida e as condições gerais de sua existência. Segundo ele, a evidência, tanto da ação dos indivíduos, quanto das condições em que se dá esta ação, não carece do recurso de idéias preconcebidas ou de dogmas, podendo ser captada pela via puramente empírica. A existência de indivíduos reais e o *modo* como eles produzem os seus *meios de vida* são o pressuposto de toda história humana. Nesse sentido, afirma Marx, os homens não se diferenciam dos animais apenas pela consciência que possuem, mas fundamentalmente pelo fato de que eles se *organizam para produzir* os seus meios de existência. Não se trata, também, da reprodução simples da existência física dos indivíduos, mas pelas suas próprias palavras: “de um determinado modo de atividades destes indivíduos, um determinado modo de manifestar sua vida, um determinado *modo de vida* dos mesmos”.

A ação produtiva dos homens, porém, não se dá pela somatória dos trabalhos individuais ou pela reunião arbitrária desses indivíduos. A categoria modo de produção deve expressar também um outro caráter geral do processo histórico: dentro de um dado período histórico, toda produção é sempre *social*, isto é, em função do grau de desenvolvimento das *forças produtivas* de uma sociedade — recursos naturais, técnica e instrumentos de trabalho, além da própria força de trabalho —, tem-se uma dada *divisão do trabalho*, ou seja, uma organização da atividade produtiva que repousa em ordenamentos sociais preestabeleci-

dos. Toda produção, portanto, envolve determinadas relações sociais, entre indivíduos (o proprietário de terras e o servo, ou o patrão industrial e o operário) e entre grupos mais ou menos numerosos deles, chegando até ao nível das relações entre nações. É por isso que o modo de produção está intimamente relacionado às *relações sociais de produção*. Quanto mais avançado o desenvolvimento material de uma sociedade, mais complexas serão estas relações. Isto significa que numa comunidade tribal primitiva em que predomine a produção de subsistência, por exemplo, estão presentes relações simples entre os seus membros e entre o grupo e os recursos naturais que manipula. Bem diversa é a realidade de uma fábrica capitalista, cujo nível de complexidade em suas relações internas e externas é bem maior: divisão do trabalho entre os operários com alto nível de especialização e a manipulação de instrumentos e técnicas de trabalho bastante sofisticados, além do fato de que esta fábrica estabelece, forçosamente, relações bastante diversas com os outros segmentos da estrutura produtiva em geral.

Não se deve, entretanto, confundir os estágios das forças produtivas com os modos de produção. A incorrer nesse equívoco, obteríamos tantos modos de produção quantos forem os diferentes estágios materiais da humanidade, não sendo difícil, por esta via, classificarmos inúmeros deles, até mesmo dentro de uma região ou país. Todo modo de produção apresenta um caráter predominante, uma *determinação geral*, que o qualifica e o diferencia historicamente dos outros. Assim, a interpretação marxista distingue claramente o capitalismo do feudalismo, com base no caráter social dominante de cada um: no feudalismo,

predomina a propriedade e a atividade agrícolas assentadas nas relações de servilismo que engendrou uma classe de senhores feudais e outra de servos. O capitalismo, diversamente, baseia-se fundamentalmente na atividade industrial e complementarmente na agricultura, comércio e serviços, além da atividade financeira. Essa estrutura econômica capitalista engendrou e se sustenta, por sua vez, em duas classes sociais distintas e antagônicas que são a burguesia e o proletariado, fundamentalmente. Ora, como bem assinala Marx, o fato de que ocorram atividades comerciais durante o período feudal (séculos XIII e XIV, por exemplo) e um certo desenvolvimento das cidades (os burgos), não significa necessariamente que o feudalismo estivesse restrito ao campo, enquanto na cidade imperava o capitalismo. Não existe *a priori* contradição entre uma atividade e outra (o comércio remonta à Antiguidade). O importante é captar o caráter essencial do modo geral com que se estruturava a sociedade européia de então, qual seja, o predomínio do campo e das relações sociais baseadas na servidão. Da mesma forma no capitalismo, o fato de existirem num país ou numa região, determinadas comunidades ou grupos sociais, cuja produção ainda se encontre num estágio "primitivo" de subsistência, calcada em relações familiares e com nível de consumo insignificante, não deve levar-nos, apressadamente, a classificá-las como não capitalistas, pré-capitalistas, feudais ou coisas afins. Importa, nesses casos, desvendar as formas no mais das vezes sutis, de que o capital se utiliza para assenhorear-se dessa produção excedente, mesmo que irrisória, e os mecanismos que desenvolve para absorver direta ou indiretamente essa força de

trabalho disponível e barata. Veja-se por exemplo o papel involuntário desempenhado pelos posseiros em regiões de "terras virgens", no desbravamento de novas áreas e na expansão da fronteira agrícola, expulsos sucessivamente pela expansão do capital que os precede na ampliação da fronteira econômica. Pode-se também lembrar do papel da pequena propriedade rural familiar no abastecimento urbano de gêneros alimentares básicos, enquanto o grande capital reserva para si os segmentos mais rentáveis da atividade agrícola, como a produção para exportação, por exemplo.

O que interessa, portanto, é o caráter dominante de um dado modo de produção, as formas que desenvolve — materiais, jurídicas, oficiais etc. —, a fim de penetrar, dissolver ou incorporar antigas relações sociais, sobre as quais constrói as suas próprias. No caso do capitalismo essa tendência ganhou contornos nunca antes verificados ao longo da história. Este é um modo de produção fundamentalmente expansionista, pois ele se baseia num inexorável ciclo de *reprodução ampliada*, cujos pressupostos são a ampliação da força de trabalho assalariada sob seu domínio, a fim de que dela extraia cada vez maiores parcelas de mais-valia, o avanço do progresso técnico em níveis até então desconhecidos, a concentração desmesurada dos meios de produção — prédios, máquinas e matérias-primas —, a produção agrícola em larga escala, a expansão contínua dos mercados e a internacionalização da produção. Como nenhum outro modo de produção que o precedeu, o capitalismo tende a submeter às suas formas de organização social toda e qualquer relação social presente no interior de seus domínios. Por isso, ele exprime, de for-

ma clara, a associação que Marx faz entre modo de produção e modo de vida.

Essa teorização de Marx, de periodizar a história a partir da categoria modo de produção, apóia-se na chamada tese da "determinação do econômico" sobre a totalidade social. Segundo Marx, nenhuma forma de manifestação social, seja ela jurídica, política, religiosa etc., pode ser explicada por si mesma ou atribuída a uma evolução qualquer do "espírito da humanidade". Uma explicação desse tipo, a que ele denominava "idealista", incorre no equívoco de desconsiderar que o motor da história, a consciência dos indivíduos e as estruturas ideológicas por eles criadas são determinados, em última instância, pelo conjunto das relações de produção que compõem a estrutura econômica de uma dada sociedade. Sobre esta base real, diz ele, eleva-se uma "superestrutura" jurídica e política: "o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual em geral". Como dedução preliminar dessa afirmação, pode-se dizer que, por exemplo, numa sociedade capitalista, o conjunto de leis que a regem é necessariamente burguês e existe para servir ao capital e defender seus interesses. O mesmo pode ser dito do Estado, que mesmo sob o disfarce liberal, e formalmente voltado para o interesse de toda a sociedade, representa particularmente sob este modo de produção a dominação da classe burguesa. É inegável, portanto, toda a riqueza dessa afirmação de Marx, no que concerne à determinação da base econômica sobre o conjunto da consciência e das representações sociais. Entretanto, esta questão tem gerado muita polêmica nos dias de hoje, em particular no seio do próprio marxismo contemporâneo.

Afirma-se, por exemplo, que o próprio desenvolvimento posterior do capitalismo desde a época de Marx, teria, de certo modo, alterado o caráter dessa determinação, de forma que nos dias atuais, em particular em sociedades capitalistas avançadas, o desenvolvimento desmesurado do Estado e a complexização de suas funções, além do aparecimento de um sem-número de instituições, teria tornado relativo o poder de determinação direta do econômico sobre os demais domínios da vida social. Além disso, o papel da política institucional ou não, os movimentos não diretamente classistas, as alianças entre classes sociais distintas contra inimigos comuns e mesmo o desenvolvimento desmesurado das classes médias urbanas e com elas o fortalecimento da sociedade civil teriam o poder de colocar entre a base econômica e a superestrutura, um número tal de mediações, que torna difícil nos dias de hoje estabelecer relações diretas e causais entre as várias "instâncias" da vida social. Chega-se até mesmo a afirmar que, em muitas ocasiões, são as decisões políticas que mais peso têm na determinação da vida econômica dos países, e não ao contrário. De outro lado, determinados setores ortodoxos do marxismo sustentam na íntegra e até mesmo literalmente a afirmação de Marx, rotulando quaisquer outras interpretações a respeito dessa questão, como simples "revisionismos". Afora a polêmica sobre as "leituras" da obra de Marx, fica evidente que, de um lado, se relativizarmos ao extremo as afirmações de Marx a esse respeito, acabaremos, no fundo, negando a validade da essência de suas colocações, qual seja, do papel da estrutura econômica sobre a vida social, resvalando consciente ou inconscientemente para os campos

analíticos estranhos ao próprio marxismo. E isto não é necessariamente condenável *a priori*, a respeitar-se, no caso, o direito ao pensamento divergente. Porém, se se quer permanecer no campo de debate marxista, é preciso, em primeiro lugar, não ceder à tentação do dogmatismo e incorporar aquilo que é mais rico em Marx, qual seja o seu método revolucionário, dialético e que exige um contínuo posicionamento face às transformações da realidade, sob pena de prender-se ao passado sem apontar para o futuro.

Nesse sentido, é inegável o avanço do capitalismo nesses últimos cem anos, expresso não apenas no desmesurado desenvolvimento das forças produtivas, mas igualmente em formas complexas de sociabilidade capitalista. Além disso, não se pode desprezar o papel da educação e do desenvolvimento da cultura em geral, como fermentos ideológicos complexos, bastante distantes das formas simples de oposição entre burguesia e proletariado que predominavam à época de Marx. Ademais, não só a burguesia tornou-se complexa, como verifica-se a fragmentação do próprio capital e a supremacia hoje do capital financeiro sobre as demais frações. Também a classe operária modernizou-se, alcançou o poder em alguns países, em outros absorveu quase completamente a ideologia liberal-burguesa, e em outros nem logrou constituir-se ainda como classe. Também a classe média penetrou e de certa forma diluiu antigas e rígidas oposições entre as duas velhas classes sociais, pois ela assalariou-se, mas ao mesmo tempo aproximou-se, grosso modo, dos ideais burgueses, ao nível do consumo e do proletariado quanto às formas de luta. Neste cenário de modernidade e complexidade, realmente é pre-

ciso ter prudência com a repetição exaustiva de certas passagens, principalmente quando descontextualizadas do todo da obra de qualquer autor, seja ele marxista ou não. Além do mais, a afirmação de Marx não é tão simples, a ponto de permitir uma dedução mecânica de seu significado. É preciso atentar para um detalhe importante: ele afirma que o “modo de produção *condiciona* o *processo de vida social*”, e mais adiante: “Não é a consciência dos homens que determina a realidade; pelo contrário, a *realidade social* é que determina sua consciência”. Como se vê, quando se trata de modo de produção ou de uma dada estrutura econômica, Marx o associa à vida social, não como determinante, mas como *condicionante*, o que tem, evidentemente, significado conceitual bastante diverso. Mais adiante, quando fala de *determinação*, ele está se referindo explicitamente à *realidade social* como um todo, e sua associação com a consciência, o que, convenhamos, é bem diferente de estrutura econômica estrito senso. O que ocorreu, posteriormente, é que se convencionou interpretar tais afirmações, como sendo simplesmente a “determinação do econômico sobre a superestrutura”, empobrecendo assim o real alcance das afirmações do autor, pois, dessa forma, eliminam-se as *mediações* entre o estritamente econômico e o ideológico que o próprio Marx estabelecera.

De toda forma, o de que realmente não se pode abrir mão, é do significado *universal* e historicamente verdadeiro das colocações de Marx a respeito, pois elas expressam a essência mesma de sua concepção materialista e dialética da história. Assim, seja diretamente num determinado estágio inicial do modo de produção, seja através de múltiplas e com-

plexas mediações em seus estágios mais avançados, o fato é que o modo como os homens produzem materialmente a sua existência, penetra, condiciona ou determina toda a esfera do mundo das representações desses homens.

A dinâmica dos modos de produção, segundo Marx, desenvolve-se através de contradições inerentes à própria armação da vida econômica de uma sociedade. Articula-se em sua argumentação uma *concepção materialista da história*, ao centrar seu desenvolvimento na ação concreta dos homens reais e nas formas de organização de sua produção material. Essa forma de organização, por sua vez, traz em seu bojo uma série de contradições inevitáveis, tais como o antagonismo de classe, o caráter social da produção e sua apropriação privada, o desenvolvimento das forças produtivas frente às relações de produção vigentes. Tais contradições manifestam-se de formas distintas, e muitas vezes únicas, conforme a sociedade e a época enfocadas. Um modo de produção define-se, assim, também por suas contradições específicas. São elas o motor do movimento histórico das sociedades. Tem-se aqui, associada, uma concepção *dialética da história*, que vê a passagem de um período histórico a outro como uma *superação*, movida pelas contradições reinantes e através das formas que as sociedades desenvolvem para solucioná-las. O permanente fluir do movimento contraditório qualifica o que o marxismo entende por *processo social*. Estes serão determinados historicamente pelos modos de produção em que se inserem.

Essas formulações mais genéricas da teoria marxista da história das sociedades já nos permitem estabelecer alguns delineamentos

na construção do objeto de uma Geografia da sociedade inspirada no materialismo histórico e dialético. Inicialmente, temos que tais formulações reafirmam, num nível de discussão mais específico, que o objeto geográfico não poderá ser definido como uma "coisa ou fato", abordado por uma via puramente empírica. Assim, renegamos as definições da própria Geografia Humana, como, por exemplo, as que apontam a região ou o homem-habitante como objeto. A par da *desnaturalização* da Geografia, promovida ao se enterar a tese da unidade de tal conhecimento, opera-se com a adoção do materialismo histórico e dialético, uma radical *descoisificação* do objeto geográfico, ao substituir as coisas, os fatos e fenômenos empíricos, por processos sociais reais.

Como é óbvio e previsível, realizar esta tarefa não é fácil e sabemos que encontra entre os geógrafos resistências de toda ordem. Em primeiro lugar, pela tradição arraigada entre nós, de se tentar a todo custo, como foi mencionado, a solução da chamada unidade entre o natural e o social na Geografia. Custa-nos abrir mão da tendência quase "natural" de se estabelecer, *a priori*, relações "evidentes" entre os quadros naturais e os "quadros humanos" em seus diferentes estágios. Daí os famosos primeiros capítulos dos estudos de Geografia Humana, dedicados às "bases" geomorfológicas, climáticas etc., ora condicionando, ora determinando os processos de povoamento, as atividades econômicas e até mesmo as formas de desenvolvimento social. É como se o estudo deixasse de ser "geográfico" por não conter este tipo de conexão. A evolução da Geografia Humana, desde o início deste século, atesta bem este tipo de

tendência, cujos resultados negativos são bastante consideráveis, pois se de um lado garante ao estudo o rótulo de Geografia, salvando-a de diluição entre as demais ciências sociais (mais avançadas e especializadas), de outro, reduz o seu alcance explicativo e a sua consistência teórica, ao sujeitar o discurso aos limites da problemática fronteira entre o natural e o social. Cabe, portanto, aos geógrafos preocupados com a realidade social, a reelaboração de seu discurso, que passa necessariamente pela adoção de um objeto de estudo precipuamente social.

Em segundo lugar, soma-se a dificuldade de se abandonar radicalmente os procedimentos empíricos, cuja tradição remonta aos primórdios dessa ciência. Conceber um objeto que seja um processo e não um fato passível de observação imediata, exige dos geógrafos um esforço realmente extraordinário. Duas confusões emperram a solução desse problema. Uma deriva da concepção equivocada de que a aceitação do marxismo implicaria, inevitavelmente, o abandono das práticas de pesquisa usuais entre nós, como o trabalho de campo, as representações cartográficas etc., levando os geógrafos a infundáveis "teorizações abstratas" e "sem sentido". O equívoco reside na não compreensão do marxismo como método, que não implica a substituição das ciências mas a interpretação de seus resultados, numa postura determinada do sujeito-pesquisador, na elevação do plano abstrato (a aparência empírica) ao concreto (o pensamento expresso nas teorias). Não se trata, portanto, de se substituir a Geografia pelo marxismo.

A outra confusão resulta da dificuldade em se distinguir o que é "humano" do que é "so-

cial". A tradição positivista na Geografia, introduziu de forma marcante a idéia de que são os "quadros humanos" e as populações, a evidência empírica e os conceitos, com os quais os geógrafos deverão manipular nas suas pesquisas. Ora, esta idéia casa-se perfeitamente com a outra tradição referida, ou seja, a de se procurar as conexões entre o natural e o humano. Trata-se de conceito abstrato, desprovido de historicidade e que encobre as contradições presentes no interior de qualquer agrupamento humano ou sociedade. Não se trata, aí, de se substituir simplesmente humano por social, ou sociedade por classe social, mas de *concretizar* o conceito, substituir sim, o homem abstrato pelo homem real, o grupo humano sem identidade histórica, pela sociedade real plena de contradições. Inseri-la num dado modo de produção. Esta deve ser a preocupação de uma verdadeira Geografia Social.

A construção teórica do objeto da Geografia da sociedade envolve, ainda, necessariamente, uma discussão ao nível das categorias centrais associadas ao pensamento geográfico. Do ponto de vista do marxismo, a idéia de processo não pode ser relacionada diretamente à de espaço, de forma que tivéssemos formas variadas de processos espaciais. Sendo o espaço uma característica inerente às coisas (a espacialidade) e uma categoria da intuição e não do pensamento, ela não expressa uma realidade em movimento, mas uma qualidade das coisas (dimensão, magnitude etc.) ou uma qualidade virtualmente biológica do sujeito que "vê" as coisas (a espacialidade é inerente ao ato de observar). Nesse sentido, resta o espaço como categoria social real, o espaço-resultado, construído e em

construção, o *espaço real como demarcação de práticas sociais precisas*, uma realidade que não prescinde, em hipótese alguma, da vitalidade histórica que lhe é imprimida por uma sociedade concreta. Não há, então, espaço sem sociedade, nesta concepção; ou melhor, não pode haver espaço, nem como categoria *a priori* e ideal, nem como dimensão física isolada e arbitrariamente predelimitada. O que há é a possibilidade de se trabalhar uma *relação sociedade-espaço*, relação que é social exclusivamente, e que historicamente se expressa em processos reais os mais complexos, cuja compreensão deve ser a tarefa de uma teoria marxista da Geografia.

Daí a proposta que aqui será desenvolvida: Trata-se de desvendar as formas concretas que qualificam e determinam essa relação, cuja historicidade a define enquanto processo permanente de desnaturalização, humanização e socialização do espaço terrestre.

SOCIEDADE E ESPAÇO

A relação sociedade-espaco está na base da discussão marxista do temário geográfico. Para efeito de análise, será examinada, num primeiro momento, a forma mais elementar de intercâmbio material presente nessa relação, contendo, de um lado, a sociedade com as suas necessidades, trabalho e formas de organização para a produção e, de outro, o espaco, com o seu substrato material mais imediato, expresso nos recursos naturais e na natureza em geral. Desde logo, é preciso enfatizar que não se trata aqui do exame de conexões entre homem e quadro natural, com eventuais relações de causalidade entre eles. Do ponto de vista da teoria marxista sobre essa questão, trata-se, isto sim, de se investigar essa relação como intercâmbio material, processo no qual o trabalho humano é a categoria central. A ótica, portanto, é eminentemente social, o que pressupõe, desde o início, uma relação permanente de apropriação da natureza pelo homem.

Para Marx, o próprio trabalho é desde logo definido como "um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impul-

siona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza imprimindo-lhes forma útil à vida humana". Como se vê, trata-se de um processo universal. Para ele, ao modificar a "natureza externa", o homem transforma a sua "natureza interna", ou seja, se humaniza ao antropomorfizar a natureza ambiente. O homem é visto, assim, como o sujeito da natureza e esta o seu corpo inorgânico.

A ontologia do ser social, para Marx, embasa-se, desse modo, na categoria trabalho. É o trabalho que diferencia as qualidades específicas do homem frente aos demais seres do reino animal. Isto porque o homem constrói mentalmente o objeto que busca obter, antes de partir para a sua construção material. Por isso, os animais podem ter atividade, mas só o homem trabalha, pois o trabalho implica pré-ideação, consciência da ação. É isso que distingue, nas palavras de Marx, "o pior arquiteto da melhor abelha, o pior tecelão da melhor aranha". A essa qualidade especificamente humana denominamos teleologia, isto é, a capacidade que o homem tem de colocar finalidades conscientes em seus atos. A relação homem-natureza ocupa, assim, desde o início, um lugar de destaque na compreensão marxista do trabalho. A dialética desta relação expressa-se como um jogo entre a capacidade teleológica do homem, de um lado, e a causalidade do mundo natural, de outro. Apropriação, transformação e submissão são, portanto, a essência mesma desse processo.

Para Marx, que trata dessa questão justa-

mente em suas investigações sobre o processo de trabalho, a natureza, do ponto de vista das atividades produtivas, possui um duplo e complementar significado: objeto de trabalho e meio de trabalho. Todos os recursos da natureza, incluindo aí a terra, o ar, as águas, o solo, o subsolo etc., significam para o homem, num primeiro momento, "o objeto universal do trabalho humano". Toda a riqueza produzida, nesse sentido, nada mais é que o resultado da transformação de objetos da natureza em objetos para satisfazer necessidades humanas. Em seus estágios primitivos, as sociedades limitam-se a retirar da natureza aquilo que lhes é oferecido de imediato, o que envolve, evidentemente, uma estrutura técnica simples, conhecida como atividade de coleta. Nesse estágio, a relação entre o homem e a natureza possui poucas mediações, cujos resultados são as técnicas rudimentares, uma divisão simples de trabalho e um grau elevado de dependência quanto à disponibilidade de recursos de fácil acesso por parte da comunidade. O espaço é, nesse momento, "riqueza natural em meios de subsistência". Com relação a esse estágio, Marx compara o homem, nesse contexto, com a situação de "uma criança presa à andadeira". Uma outra característica desse estágio é que não se pode falar ainda numa verdadeira apropriação do espaço, visto que o próprio caráter da atividade de trabalho determina uma certa mobilidade permanente do grupo em sua faina cotidiana de coleta, tornando imprecisos, tênues e transitórios os processos de fixação, cuja evidência empírica é o aspecto "portátil" dos meios de habitação e trabalho. A delimitação de uma dada porção do espaço (o que o tornaria um verdadeiro território) não ocor-

re, a não ser aquela extensão diretamente associada com a presença dos recursos para consumo imediato. A quase ausência de separação entre homem e a natureza nesses casos determina aos grupos sociais a busca intermitente de novos espaços, o que resulta na não transposição perene de sua cultura ao solo, de seu trabalho, de seu modo de vida etc. O que nos impossibilita de falar aí num claro processo de valorização do espaço.

Com o desenvolvimento histórico, o povoamento, a apropriação e a fixação de grupos humanos em áreas do globo passaram a dominar a forma de relacionamento entre a sociedade e o espaço. Mesmo que ainda tratemos de formas pré-capitalistas de produção, o fato é que o intercâmbio material entre o homem e a natureza alterou-se substancialmente. A fixação numa dada porção do território, longe de representar alguma causalidade natural ou mesmo uma exaustão das áreas disponíveis para as antigas práticas de coleta, manifesta, muito mais, mudanças qualitativas ao nível das relações de trabalho, das necessidades sociais de consumo e, mais importante, nas formas de organização social. Com isso, o intercâmbio com a natureza torna-se mais complexo, com a introdução de mediações até então ausentes. A natureza, em particular nas chamadas sociedades agrícolas antigas, aparece agora não apenas como objeto de trabalho, mas principalmente como *meio de trabalho*, cuja maior expressão empírica é o próprio solo agricultável. A quantidade de trabalho humano incorporado ao espaço de vivência e produção aumenta consideravelmente. Entre a natureza "bruta" e os objetos produzidos para consumo, interpõe-se uma certa distância histórica. Esta é re-

presentada nos instrumentos de trabalho mais sofisticados, nas técnicas de cultivo, de armazenamento e de beneficiamento, na domesticação dos animais a fim de transformá-los em meios de trabalho e alimento. Amplia-se o espectro da natureza como "celeiro dos meios de trabalho". Uma certa sazonalidade das atividades, como decorrência de um domínio sobre as características do meio, a construção de diques e dutos para irrigação e energia hidráulica, os caminhos de circulação e meios de transporte, expressam, enfim, um aprimoramento em geral da estrutura produtiva que se agrega ao solo.

A consequência mais visível desse aprimoramento, e que por sua vez está na raiz do desenvolvimento posterior, é justamente a forma de organização social para a produção material, expressa principalmente numa certa sofisticação ao nível da divisão do trabalho. O resultado imediato é a diversificação das atividades produtivas no seio de uma mesma sociedade. Ocorre então a separação entre o trabalho agrícola, a caça, a pesca, a pequena indústria doméstica de auto-sustentação, as atividades bélicas, as funções de chefia e as religiosas, e tantas outras de maior ou menor importância. Tornam-se igualmente complexas as relações intracomunitárias ao nível de indivíduos e grupos de indivíduos: aparece a estratificação social e as relações de dominação baseadas em títulos, posse de terra, de instrumentos de trabalho etc., dissolvendo antigas relações "igualitárias" dos estágios anteriores. No limite, este processo leva à constituição do Estado.

O aprimoramento da estrutura produtiva, por sua vez, permite a produção estável do chamado "excedente", ou seja, uma certa pro-

porção de produtos além das necessidades locais, disponíveis, portanto, para a troca. As aldeias européias da Antiguidade, por exemplo, ilustrariam bem a existência desse excedente. Estabelecem-se as "trocas naturais", ou seja, troca-se um produto ou objeto pelo seu equivalente: certa quantidade de cereais por uma certa quantidade de tecidos, por exemplo, esboça-se uma "divisão territorial da produção". Nesse estágio, quando a fixação das atividades produtivas numa certa porção do espaço, torna-se o processo dominante, as delimitações do espaço de vivência, produção e circulação, tendem a se tornar cada vez mais rígidas, com o aparecimento inevitável de limites entre os diferentes grupos e mesmo no interior destes, com a demarcação de terras para cultivo e pastoreio. O desenvolvimento dos impérios e mais marcadamente o aparecimento dos Estados, colocam a questão das fronteiras como centrais no relacionamento entre os povos. A fixação é, portanto, um pressuposto da existência do território e do Estado. Num certo sentido, as próprias fronteiras são a expressão mais cabal e a evidência empírica ao nível do espaço, de uma sociedade organizada em forma de Estado. Este, por sua vez, desenvolve o seu aparato diplomático e bélico, tendo sempre em vista a defesa de suas fronteiras. Ora, é evidente que, nesse estágio, não se trata simplesmente da defesa de recursos naturais quaisquer, sejam eles abundantes ou escassos. Trata-se, muito mais, da defesa de uma dada estrutura produtiva e social; de uma certa "nacionalidade" cuja expressão cultural foi tecida ao longo do tempo, de um certo "patrimônio comum", sob a guarda do Estado, seja ele tirânico ou não. O que está em

jogo, portanto, não é uma porção de espaço exalquer, mas um *verdadeiro território*.

É nesse sentido que as infindáveis guerras durante a Antiguidade são expansionistas por excelência. Tratam-se de ações sucessivas de apropriações de territórios alheios, e de tudo que estes contenham. Não se pode qualificar esse processo, como sendo o de apropriação para valorização. No mais das vezes, tratava-se de simples pilhagens, de dominação que visava a sangria de recursos humanos, agrícolas e de produtos em geral, a apropriação dos recursos estrito senso (entre estes, a própria população, como no escravismo antigo). Organizava-se, isto sim, sistemas mais ou menos complexos de coleta de tributos, dinamizava-se este ou aquele setor produtivo e de trocas, perenizavam-se ou não certos traços culturais do povo invasor. Poucos são os exemplos históricos de apropriações territoriais que resultaram em transformações profundas ao nível da estrutura produtiva.

Mesmo levando-se em conta a constituição de reinos e impérios (na Europa, Ásia e África) e o seu papel na fixação de população, na "urbanização" e na produção, a idéia continua válida. Ocorre que a prática *imperialista*, presente em toda a história antiga, é sempre um tipo ou outro de expropriação (territorial). A espoliação, intrínseca ao expansionismo territorial, funciona sempre como o impedimento maior de uma alteração "profunda" da produção. Isto só ocorre, como são os casos dos dois impérios romanos (do Ocidente e do Oriente), quando se dá o domínio absoluto de um povo sobre uma certa proporção de território (até em escala continental) e a "perenização" de sua vida social e de sua produção em particular. Entretanto, a prova da fragili-

dade dos muitos impérios "consolidados e estáveis", em particular os europeus, são as sucessivas *desintegrações* desses mesmos impérios. Toda decadência e o desaparecimento posterior são sempre marcados pela perda de território, cidades, escravos e riquezas. Ao invasor, caberá o reinício do processo de ocupação. Tem-se, assim, que a estabilidade dos impérios é sempre relativa, pois o que está em jogo, sempre, é a disputa territorial, de que as guerras são as melhores expressões. Eles se sustentam e se "equilibram", portanto, à custa de sua capacidade de gerir um centro (Roma e adjacências, por exemplo) e uma gigantesca "periferia" diversificada e sempre problemática. É por isso que a espoliação é a regra nessa "gestão" territorial. É também, por isso, que esses impérios são a melhor ilustração à idéia de uma relação sociedade-espaco centrada na apropriação territorial e não na valorização territorial.

Mesmo durante o feudalismo, com as sociedades razoavelmente estáveis, os germens de sua transformação, como bem assinala M. Dobb, encontravam-se menos nas contínuas guerras entre os senhores feudais, e mais no desenvolvimento dos burgos. Com estes intensificava-se o comércio e os equivalentes de troca em forma de moedas.

O fundamental, portanto, é que ao nível das relações de trabalho, durante muitos séculos predominou um quadro de reprodução simples, marcado pela fraca produção de excedente e pela pequena expressão do comércio para além dos limites locais. A produção agrícola autárquica, seja ao nível da propriedade feudal, seja da pequena propriedade camponesa, ao lado da pequena produção artesanal dos burgos, compuseram a estrutura produtiva

va fundamental, a nível da Europa, pelo menos até meados do século XV.

Toda história pré-capitalista da humanidade se desenrola no contexto de quadros espaciais restritos. Isto significa que inexiste, até o advento do capitalismo, uma história universal. São modos de produção inscritos em quadros particulares, em histórias ímpares e autônomas. Os contatos entre as civilizações são inexistentes, tênues ou esporádicos. Desse ponto de vista, os modos de existência acham-se expressivamente associados aos espaços em que se localizam. Contudo, é preciso frisar que quando os pressupostos materiais do capitalismo, bem localizados em algumas sociedades européias, começam a se estabelecer, o estágio da relação sociedade-espaço já ultrapassou os limites da apropriação natural.

O desenvolvimento do comércio intra-europeu a partir de meados do século XV, em particular aquele de nível regional, impulsiona a desintegração da antiga ordem feudal. A expansão do sistema de trocas naturais por equivalentes em dinheiro, constituiu-se em forte estímulo ao aumento da produtividade nas corporações de artesãos dos burgos. Também o pequeno produtor camponês procura aumentar a sua margem de excedente, o mesmo ocorrendo com alguns senhores feudais que passam a integrar assim o chamado circuito comercial. Ao lado do comércio e da desintegração do sistema feudal, acentua-se na Europa o processo de divisão de terras e a afirmação do campesinato com o cercamento das terras comunais. A pequena produção familiar e a grande propriedade (feudal ou não), integradas ao circuito de trocas, propiciam ao comércio uma ampliação de seus domínios. A privatização e o cercamento das terras comu-

nais e o aumento da produção agrícola para comércio são um dos fundamentos daquilo que Marx denominou de acumulação primitiva.

A transformação ao nível da estrutura produtiva, ainda que pouco expressiva no início, revelava mudanças que tenderiam a alterar o próprio modo de produção alguns séculos após. Tratava-se, ainda que em escala européia e com mais ênfase em poucos países, de uma alteração mais profunda que uma simples *evolução* econômica. Ocorre que, até então, a sociedade estava organizada para produzir valores-de-uso para consumo próprio, cujos excedentes eram insignificantes. Com a expansão do comércio e o aumento da produtividade, elas passaram a se organizar para produzir *valores-de-troca*, ou seja, *mercadorias*.

Nesse estágio, a produção ainda era feita diretamente pelo detentor dos meios de trabalho, sendo insignificante o trabalho assalariado ou algo próximo disto. No entanto, a tendência para a coesão dos produtores urbanos em torno de corporações de ofícios, já com uma certa divisão de trabalho baseada na cooperação, além das "guildas" mercantis de comerciantes, evidenciavam alterações de monta da estrutura social de produção. Posteriormente, com a expansão do comércio ultramarino e a generalização deste, ao nível das cidades e do campo, essa tendência exacerbou-se. No plano estritamente econômico, além do grande comércio, agora em escala internacional, fortalecem-se as casas bancárias, generaliza-se a circulação de moedas e a prática dos empréstimos a juros. Os antigos proprietários de terras preferem muitas vezes alugar as suas terras para os novos produtores, tornando-se rentistas. Os comerciantes, por

sua vez, associam-se aos reis e à aristocracia, constituem grandes companhias comerciais, financiam novos setores produtivos e estabelecem para si privilégios políticos em forma de monopólio, assenhoreando-se assim de praticamente todo o excedente econômico que então circulava entre as regiões e nações.

Generaliza-se a produção de mercadorias para a troca, cuja expansão guarda estreitas relações com o crescimento das cidades e do mercado e com a desagregação do modo de produção feudal. Não só o comércio, mas principalmente a própria produção, extrapola os limites do continente europeu, atingindo os novos territórios descobertos e apropriados. Nesse caso, ao contrário das antigas invasões, segue-se à apropriação a montagem de estruturas de produção de gêneros diversos para comercialização no interior da Europa. É a forma particular de valorização territorial, desenvolvida pelo chamado mercantilismo e pelo capital mercantil, precursores do novo modo de produção que já se desenhava nessa época. Esta valorização de novas terras, faz-se sob a forma de colonização forçada, com o recurso à escravidão, com a pilhagem das riquezas encontradas e com a submissão dos povos nativos. A tudo isso, mais os fatos descritos que ocorriam a nível do continente europeu, Marx denomina de *acumulação primitiva*. É a fase imediatamente anterior e necessária ao capitalismo que se desenvolveria plenamente a partir do século XVIII. Começa a se esboçar um espaço de relações internacionais, uma história universal.

Um outro aspecto do desenvolvimento da estrutura produtiva econômica em geral, gerada no período do chamado mercantilismo, refere-se à divisão do trabalho. A evolução e

a diversificação das necessidades de consumo e do mercado em geral, ao lado de um número cada vez maior de pessoas concentradas nas cidades, levou a uma maior diversificação da produção, não apenas a nível de um país, mas mesmo em escala internacional. De um lado, começou a se esboçar uma crescente supremacia das cidades sobre o campo, da produção urbana sobre a rural e do capital mercantil (urbano) em geral. Estabelece-se, assim, uma primeira grande divisão de trabalho em nível geral: a plena separação entre a cidade e o campo. Além disso, começa a ocorrer uma certa especialização ao nível das corporações de artesãos nas cidades: corporações produtoras de tecidos, de utensílios de cobre, de carroçagens, de instrumentos bélicos etc. Isso se tornou mais evidente na escala das nações: Portugal e Espanha com seus produtos ultramarinos como o açúcar, o tabaco e outras especiarias, além dos metais preciosos; os alemães com seus produtos metalúrgicos, a Inglaterra com seus tecidos, a França com o trigo e a lã, os Bálcãs com seus produtos de pecuária etc. A divisão do trabalho, antes mesmo do pleno desenvolvimento do modo capitalista de produção, generaliza-se, quer ao nível das especialidades, quer ao nível dos recortes territoriais.

O modo especificamente capitalista de produção tem a sua estrutura produtiva centrada prioritariamente na atividade industrial em larga escala e a acumulação de capital baseada na exploração do trabalho assalariado. Seu advento representou uma transformação radical em todos os aspectos da vida social e econômica, cujos desdobramentos fogem, evidentemente, aos limites deste trabalho. O que nos cabe aqui resgatar são, de um lado, alguns

dos traços gerais relacionados a esse modo de produção e, de outro, destacar algumas das questões centrais, próprias da interpretação marxista a respeito, que interessam de perto aos temas aqui tratados.

Como já foi dito no capítulo anterior, o capitalismo é, por excelência, um modo de produção *concentracionista*, seja de meios de produção e capital em geral, seja de força de trabalho e da população em geral. A reunião dos numerosos capitais individuais na forma dinheiro, a concentração de instrumentos de trabalho e máquinas operatrizes, o volume crescente de matérias-primas e a ampliação dos espaços destinados à produção, são aspectos de um mesmo processo geral de concentração. Além disso, num sistema em que coexistem contraditoriamente um pequeno número de detentores de capital e uma enorme massa de trabalhadores livres cuja única mercadoria é a força de trabalho, conduz, necessariamente, a que os primeiros concentrem ao lado dos meios de produção, esta força de trabalho. O resultado mais evidente é o trabalho coletivo, ritmado, com tarefas prefixadas e especializadas. Sua expressão social é a cooperação em suas várias formas, a alienação do trabalhador e a pulverização de suas potencialidades. Como observa Marx, a fragmentação do trabalho e da atividade em geral, verdadeira mutilação dos indivíduos, acha-se intimamente relacionada com a crescente produtividade social do trabalho, e conseqüentemente, com o ritmo de acumulação de capital. É este o papel caracterizador do capitalismo sobre a evolução geral do trabalho. Porém, além de concentracionista e intrinsecamente desigual, o capitalismo é também expansionista. A busca incessante dos lucros

depende inexoravelmente da ampliação constante do volume de mercadorias produzidas, pois agora, diferentemente do período mercantil, a acumulação dá-se fundamentalmente no processo de produção e não na circulação propriamente dita. Isto implica o crescimento e a diversificação dos produtos e dos mercados, cujos resultados são a urbanização e a expansão no território da produção e do consumo.

Como pano de fundo desse processo, transforma-se radicalmente a relação homem-natureza. A primeira vista, generaliza-se enormemente essa relação, mas agora com qualidades novas. A produção industrial em larga escala amplia consideravelmente a quantidade e a diversidade dos produtos, seja pela diversificação do consumo, seja pela introdução de novas tecnologias de acesso aos recursos naturais. O processo de apropriação se acentua e torna-se cada vez mais um processo social geral. Entre o homem produtor e a natureza, colocam-se agora a tecnologia, as máquinas e os novos usos que não se limitam mais à satisfação das necessidades elementares de subsistência. Nesse sentido, amplia-se a relação. Entre os produtos brutos obtidos na natureza, e o seu consumo posterior, interpõe-se como mediação um novo estágio, que do ponto de vista industrial denomina-se *matéria-prima*, ou seja, um produto intermediário que já contém trabalho morto, já modificado e preparado segundo as conveniências da produção. As formas de existência na cidade, por seu turno, representam igualmente um amplo processo de desnaturalização da sociedade, pois suas formas de sociabilidade em muito se diferenciam daquelas vigentes nas antigas comunidades tribais ou mesmo cam-

ponesas.

Nesse sentido, as transformações na relação homem-natureza são, também, eminentemente culturais. Daí a colocação de Marx ao tratar desse processo, em que ele chama a atenção para o fato de que o fundamental, em se tratando do capitalismo, não é examinar a relação, mas a *separação* entre o homem e a natureza, entendida como a desnaturalização do trabalho social e da sociedade em geral. Como contrapartida dessa tendência geral, e como decorrência inevitável da apropriação crescente dos recursos naturais, acentua-se igualmente o processo de modificação da própria natureza. Fica cada vez mais difícil falar-se em “quadros naturais em sua forma pura”, desde que se intensificou a produção de valores de troca, tendo como fonte primária os produtos obtidos junto a esses quadros naturais. Como conseqüência mais visível, tem-se a retirada crescente das antigas coberturas florestais, a canalização dos rios, os aterros, os anos seguidos de modificação do solo pela agricultura. A própria urbanização aparece como grande agente de alteração do meio e surge até o paisagismo, como técnica urbana, de “renaturalização racionalizada” desse meio já modificado. As próprias áreas ainda “virgens”, sob certo aspecto, não escapam a essa socialização geral por que passa a natureza. Como exceções que são, representam para a sociedade em geral e para o capital em particular, ou reservas territoriais (com todos os recursos ali contidos) estratégicas para valorização futura, ou reservas naturais sob a tutela do Estado que assim procura preservar-lhes o seu aspecto natural primitivo.

Como conseqüência geral desse processo,

pode-se falar, portanto, numa *segunda natureza*, na natureza humanizada, modificada e transformada em objeto geral, não só do trabalho, mas em particular da produção capitalista que cada vez mais dela se assenhora. Por isso mesmo, esta segunda natureza, contrapõe-se historicamente àquela dos tempos remotos — a primeira natureza. Com isto, o homem perde cada vez mais a sua antiga proximidade com o mundo da causalidade natural e se afirma como ser eminentemente social; em contrapartida, a própria natureza distancia-se cada vez mais de seu caráter original à medida em que se incorporam ao espaço quantidades crescentes de trabalho humano. Além do mais, recursos naturais e o espaço são progressivamente açambarcados pela mercantilização e privatização. A propriedade privada do solo é a expressão maior do processo histórico de separação entre os homens e “seu” espaço.

Por todas essas razões, transforma-se igualmente, em sua forma geral, aquilo que no início denominamos de relação sociedade-espaço. As sociedades capitalistas tendem a um processo simultâneo e contraditório de relação-separação com seus espaços de produção social e vivência em seus sentidos mais amplos. A trajetória que vai do gênero de vida rural à complexidade da sociabilidade capitalista metropolitana, por exemplo, bem expressa essas transformações ao longo da história. Da relação íntima homem-lugar ou comunidade-lugar, passa-se à relação mediatizada sociedade global-espaço global. Desde o mercantilismo, com a ampliação das trocas e dos espaços de circulação, rompem-se sucessivamente os liames das comunidades com os seus espaços de origem. Com isto, as velhas fronteiras

ecológicas ou culturais — no caso das comunidades rurais — ou as fronteiras políticas — no caso das propriedades feudais e dos territórios nacionais — são gradativamente subvertidas pelo caráter antiinercial dos novos capitais e das novas mercadorias e pelo poder de globalização das trocas mercantis. Relativizam-se assim, tanto as antigas fronteiras territoriais, como os espaços singulares de produção e vivência. Alargam-se os limites da sociabilidade e, com isto, a rigidez dos lugares em sua singularidade infinita sucumbe progressivamente aos fluxos e, com eles, ao espaço global.

A consolidação do capitalismo enquanto processo de acumulação centrado na produção industrial e no trabalho assalariado acentua enormemente essa tendência geral. A concentração de meios de produção e de força de trabalho apontam, por sua vez, na direção de uma intensificação da relação sociedade-espço. Ao lado da ampliação dos espaços incorporados ao processo produtivo e à circulação — cada vez mais em escala mundial — a realidade urbano-industrial impõe-se fortemente como o traço caracterizador no novo espaço social em construção. Síntese concreta dessa inexorável tendência à concentração, as cidades capitalistas e, em particular, o seu posterior desenvolvimento metropolitano, restabelecem, sob forma qualitativamente diferente, os espaços de produção e vivência. Não se trata, evidentemente, de simples mudança de escala. A urbanização sob o capitalismo representa, antes de tudo, transformações profundas ao nível das relações sociais como um todo. A afirmação de um novo modo de produção não é, como poderia parecer, uma evolução quantitativa da produção ou dos espa-

ços afetos a esse processo. Não há dúvida de que os edifícios, as ruas e praças e todo o universo material de uma cidade, apresenta-se, à primeira vista, como provas empíricas de um gigantesco processo de fixação do homem ao solo. Entretanto, o significado real da urbanização contemporânea transcende em muito aquilo que nos é oferecido pela observação de seu aspecto físico. Além do fato de que a cidade capitalista representa para o capital, objeto e meio de realização de lucros de toda ordem (condição geral de reprodução da produção), o que a transforma em gigantesca massa de capitais privados e capital social geral, ela expressa também uma verdadeira revolução em suas antigas funções de concentradora e dispersora de fluxos.

É no contexto das relações mundializadas que a metrópole deve ser compreendida. Como bem observou Harvey, ela é o espaço *relacional* por excelência. Um *momento* historicamente concreto, cuja expressão empírica é a concentração física e a fixação. Nesse sentido, a análise exclusiva de sua fisiologia aparente, nada mais é que uma arbitrariedade: a redução de uma totalidade em movimento a um dos seus momentos. Por isso, só tem significado a análise da relação sociedade-espço como fixação, quando feita sob o pressuposto da *separação* enquanto determinante geral. Como a separação é histórica, a unidade na relação sociedade-espço não poderá ser natural; como pensa a Geografia positivista, mas a sua negação permanente, a separação, a relação em oposição à fixação. *Não existem* “relações verticais”, naquele sentido do homem preso ao solo. Isto é uma abstração sem muito sentido, pois a essência dos espaços sociais é a relação social mais geral e a relação entre os lugares.

A verdadeira unidade sociedade-espaco é *histórica* (contraditória) e não ecológica (de conteúdo natural). Se a cidade não é uma simples ampliação dos lugares, também a relação contemporânea sociedade-espaco não pode ser reduzida a uma reprodução bisonha dos antigos gêneros de vida.

Nesse capítulo tentamos, assim, estabelecer, em termos gerais, o que consideramos como as manifestações históricas mais centrais à análise que estamos desenvolvendo. Esboçamos, apenas, alguns pressupostos necessários ao prosseguimento da argumentação. Avançá-la implica o exame mais cuidadoso de outras teorizações do materialismo histórico e dialético, notadamente a análise da teoria marxista do valor.



A compreensão do processo de valorização do espaco e a construção de uma teoria a respeito, exigem o recurso e o esclarecimento de uma categoria central do pensamento marxista que é o valor. Marx realiza a reconstituição crítica dessa categoria, examinando as diferentes concepções ao longo da Economia Política clássica, de inspiração burguesa, desde o século XVII. Os resultados desse seu trabalho estão expostos, em particular, na sua obra *Teorias da Mais-Valia*.

Ao contrário das ciências sistemáticas especializadas dos dias atuais, a Economia Política clássica desenvolveu-se enquanto ciência voltada para uma análise global da sociedade de sua época, preocupada com a totalidade da vida econômica e social. Impulsionada pelos objetivos mais gerais de uma classe social em ascensão (a burguesia), seus principais teóricos expressaram, de um lado, a necessidade de formular um conhecimento cientificamente válido para os fenômenos próprios de um sistema econômico inteiramente novo e bastante complexo. De outro, a necessidade de, sutil ou explicitamente, justificar ideologicamente a

relevância e justeza de um modo de produção centrado na exploração do trabalho alheio e na apropriação privada dos lucros. Essa justificativa impelia-os a tematizar a questão da *origem do valor*. Explicá-la, significava, em última instância, captar a essência do modo como a riqueza era produzida e transformada em excedente para a acumulação. Marx, entretanto, aponta o problema de que os grandes economistas que o precederam, nem sempre se dedicaram *explicitamente* a essa questão, preferindo tangenciá-la ou mesmo encobri-la em suas deduções teóricas. Por isso, as suas concepções sobre o valor não raro têm de ser obtidas nas extensas análises que desenvolveram, por exemplo, a respeito das formas de *renda*, de *juros* e do *lucro em geral*. De todo modo, é preciso salientar a importância que Marx atribuiu aos representantes da chamada Economia Política clássica ou burguesa. Sem deixar de desvendar criticamente o seu conteúdo ideológico, reconhecia em muito de seus autores, a validade científica das teorias elaboradas e o rigor com que procuravam explicar a natureza dos processos de sua época.

Coincidindo com o grande surto comercial europeu no século XVII, desenvolve-se ao nível da Economia Política, a chamada escola mercantilista. De maneira geral, o que caracterizava os diversos autores dessa época (Ortiz, A. Montchrétien, Tomas Mun e W. Petty, entre outros), era a idéia central de que o valor confundia-se com a moeda. Daí a procura desenfreada por metais preciosos, principalmente o ouro. Países como a Espanha, que podiam contar com grandes quantidades desse metal de suas colônias, entraram em franco processo de entesouramento; outros, como a França e a Inglaterra, recorreram aos seus

respectivos Estados a fim de se regulamentar o comércio sob formas monopolistas e, com isto, exportarem os seus produtos por maior preço possível e assim acumular moedas. Em suma, a riqueza de um país media-se pela sua capacidade de acumulação de ouro e prata. Nesse contexto, sustentavam os mercantilistas que era a circulação de mercadorias e moedas o fundamento de toda riqueza. Não lhes interessava a origem do valor, em si, mas o *lucro*, enquanto um *excedente* acima do valor do produto, normalmente definido arbitrariamente pela classe dos comerciantes e pelo Estado, organizados sob forma de monopólio.

Dentre os economistas do século XVII, Marx destaca W. Petty, por ele considerado o pai da Economia Política, cuja obra contém várias passagens importantes sobre a origem e a evolução do valor. Distintamente de seus contemporâneos, Petty atribui grande importância aos mecanismos que determinam os preços das mercadorias. Para ele, toda mercadoria tem, além do preço arbitrado, um "preço natural", ou seja, um valor real. A determinação desse preço natural será dada pela quantidade de trabalho necessária à produção de uma dada mercadoria e pela variação do valor desse trabalho em função do custo real de satisfação das necessidades do trabalhador. Reconhece, ainda, duas formas de mais-valia (lucro): a renda do solo e os juros de dinheiro. A mais-valia, para ele, será aquela parte em produto que sobra, após a dedução dos gastos com o cultivo e com o trabalho necessário à subsistência dos produtores. Nesse sentido, o lucro será igual ao trabalho excedente. E qual será o preço (natural) desse produto excedente? O equivalente a outro produto excedente em outro local, incluindo-se aí o próprio ouro.

moeda
riqueza
lucro
excedente

Assim, todos os lucros têm a sua origem no preço natural dos produtos, ou seja, no trabalho. É a primeira formulação explícita da categoria valor enquanto *valor-trabalho*.

A escola mercantilista caracteriza-se pela defesa do comércio em escala internacional, como o fundamento da riqueza. Apenas um ou outro de seus autores se dedicou à origem do valor ao nível da produção. Entendiam a realidade econômica centrada na participação do Estado e no entesouramento de moedas sob organização monopolista. Expressavam a idéia de uma sociedade econômica impulsionada pela circulação na escala das nações. Não era a produção que estava em jogo, mas sim o dinheiro obtido num excedente nacional, resultante das trocas. A idéia de um comércio regulamentado pelos Estados (monopólio) e da criação de riqueza (valor), enquanto uma certa quantidade de moedas acumuladas na circulação, definia, de maneira geral, o sistema dos mercantilistas.

No contexto do desenvolvimento da indústria e da agricultura, em particular na Inglaterra e na França, durante o século XVIII, novas idéias econômicas marcam a economia política da época. Em primeiro lugar, destacam-se as teorias de Adam Smith na Inglaterra. Estas abordavam tanto a livre-concorrência e as "forças de mercado" quanto os direitos individuais do produtor e do comerciante, contrapondo-se, assim, ao intervencionismo estatal do pensamento anterior. Opunha-se, frontalmente, à concepção dos mercantilistas. Em segundo, surge na França a escola dos fisiocratas (Quesnay, Turgot e outros) que promovem uma verdadeira inflexão nos rumos da análise econômica até então, quando, abandonando a ótica da circulação,

centram a sua análise na *produção*. Segundo Marx, os fisiocratas foram os primeiros a analisar o capital em todos os seus elementos e manifestações durante o processo de trabalho. Por isso, os considera os "verdadeiros fundadores da moderna economia". Interessava-lhes, antes de tudo, a análise empírica dos elementos constitutivos do funcionamento econômico, a verdadeira fisiologia da economia, independentemente de considerações acerca do papel do Estado, da vontade dos indivíduos ou outras injunções externas. Segundo M. Dobb, em excelente estudo sobre o tema, tratava-se de descobrir e enunciar as "leis naturais", de uma ordem econômica, capaz de regular a si própria. Essas leis "objetivas" podiam ser racionalmente conhecidas, e regulavam não só a ordem econômica, como a ordem social como um todo. Nesse sentido, para os fisiocratas, a ordem burguesa, no plano econômico, era uma "lei natural".

Uma segunda grande tendência teórica que os caracteriza, é a de que só a produção na agricultura pode proporcionar um *produto líquido* (nato) ou excedente. Por isso mesmo, a indústria e o comércio são atividades superfluas, visto não serem produtivas. Salientam que o único trabalho produtivo é aquele que gera mais-valia, com o que concorda toda a economia clássica (burguesa). Relacionada a esta concepção (a importância da agricultura), tem-se também o privilegiamento que os fisiocratas fazem sobre o papel da natureza no processo produtivo e na acumulação. Dado o seu pressuposto de que a agricultura sempre produz uma renda líquida, ou seja, uma certa quantidade de produto além das necessidades do produtor, a explicação desse fato, para eles, só pode ser buscada no *papel da natureza*

sobre a produtividade do trabalho. O valor puro e a mais-valia (o lucro), somente obtidos na produção agrícola, têm, portanto, um fundamento natural. Para eles, na atividade manufatureira, por exemplo, ocorre apenas uma transferência ao produto do valor das matérias-primas e do trabalho. Os trabalhadores na indústria, por isso, não adicionam matéria, apenas a modificam. Além disso, não produzem eles próprios os seus meios de vida. Sendo o valor das matérias-primas uma dada magnitude fixa e o salário também prefixado, o valor a mais, obtido pelo proprietário da fábrica, não será uma certa quantidade excedente de valores de uso (como na agricultura), mas apenas uma adição de valor resultado de uma adição de trabalho. A fonte primeira de valor continuará sendo a agricultura, aquela que fornece um excedente físico.

Por isso, para Quesnay, a única classe produtiva é a dos trabalhadores agrícolas, sendo supérfluos os proprietários, comerciantes e industriais. Vê-se que os fisiocratas defendem a idéia de um valor físico, indissociável da matéria. No fundo, uma concepção naturalista de valor. Daí a observação de Marx, segundo o qual, para os fisiocratas, "a mais-valia é uma dádiva da natureza". Por isso mesmo, ao contrário dos mercantilistas, o juízo do dinheiro não constitui para eles um valor novo, pois ele não se reproduz a si próprio, sendo apenas um equivalente invariável. O incremento do volume de produtos agrícolas, este sim, constitui um novo valor. Como se vê, os fisiocratas rejeitam a idéia de valor como uma forma de trabalho social e da mais-valia como trabalho excedente, ainda que tenham o mérito de reconhecer a apropriação privada do trabalho alheio. A crítica marxista a esse conjunto de

idéias reside justamente na sua concepção física ou natural do valor (produto nato) ao seu apego ao valor de uso (matéria) e à concepção de trabalho unicamente como trabalho concreto. Em resumo, se para os mercantilistas a mais-valia é sempre relativa (uns perdem outros ganham), sendo o lucro resultado das flutuações do mercado, para os fisiocratas ela é absoluta, isto é, tem existência concreta, porém expressa sempre num produto nato: um resultado do trabalho concreto e das benesses do conjunto das forças naturais. Em ambos os casos, uma concepção metafísica de valor; a mais-valia é sempre resultado inerente ao funcionamento de uma certa ordem natural própria do sistema econômico.

Outro grande autor da economia política clássica, preocupado com a origem do valor, foi Adam Smith. É verdade que ele não pode ser considerado como um típico representante dos fisiocratas. Entretanto, dado o contexto histórico comum, muitas de suas idéias coincidem com as daqueles. Em particular, no tocante a uma "ordem natural" regulando a vida econômica. A contribuição de A. Smith é notável e bastante original para a época. Afora a sua conhecida idéia geral acerca da chamada livre-concorrência, assentada nas forças de mercado e da flutuação dos preços em função da lei de oferta e procura, é preciso destacar, para o que nos interessa em particular, as suas idéias sobre o valor.

Desde logo, Smith entende o valor como valor-trabalho. Para ele, o trabalho é a medida real do valor de troca de todas as mercadorias. Trabalha com a idéia de um preço natural, definido como sendo "igual à soma das taxas naturais dos salários, lucro e renda", em suas próprias palavras. De acordo com a

idéia de mercado do autor, também os salários, lucro e renda são "taxas correntes ou médias", determinadas pela oferta e procura de "trabalho, capital e terra". Isto significa que, assim como os bens em geral, esses bens "especiais" têm a sua disponibilidade determinada pela lógica da concorrência. Isto quanto ao funcionamento global da economia.

Especificamente quanto à origem do valor e da mais-valia, Smith desenvolve duas teorias, para ele de validade dupla: a primeira quanto à origem do valor em si (valor em geral, em sua forma pura); a segunda que teria uma validade para o caso particular do capitalismo. Na primeira formulação, parte do pressuposto de que todo valor de troca de uma dada mercadoria é igual à quantidade de trabalho que ela contém. Por isso, sempre que se concretiza um ato de troca, o consumidor estará, em verdade, adquirindo por um certo equivalente em dinheiro, uma certa quantidade de trabalho. Esta, é a medida real do valor. A segunda formulação pode ser aplicada ao caso do capitalismo. De acordo com o autor, o fato de indivíduos lograrem realizar uma certa acumulação de capital torna-os aptos a adquirir meios materiais para a produção e a contratar trabalho alheio, pago em salário. O que ocorre, neste caso, é que o total de trabalho incorporado ao produto, divide-se ao final da produção, em duas partes: uma que representa os salários e outra que constitui o lucro. Como se vê, o lucro para Smith é apenas uma dedução natural do produto do trabalho. De qualquer modo, será sempre o trabalho a verdadeira e mais segura medida do valor. Isto porque, para o trabalhador, o trabalho tem valor invariável: é sempre uma dada quantidade necessária à sua reprodução

enquanto trabalhador. O que muda é o valor desse trabalho para o capitalista, pois nesse caso ele varia em função do preço, por exemplo, dos alimentos (de grande peso no custo da reprodução). Daí, que para o autor, ao contrário do dinheiro, que varia conforme a inflação, o valor do trabalho é invariável, o que o qualifica como a medida real do valor. Disso resulta que todas as mercadorias são sempre vendidas pelo seu valor real, nunca abaixo ou acima dele. Como, então, o capitalista se apropria da mais-valia? Segundo Smith, vendendo sempre uma certa quantidade de trabalho, além daquela pela qual pagou. O lucro será, assim, sempre o equivalente à parcela de trabalho não pago. Marx observa, a respeito, que Smith, neste ponto, nos aponta a verdadeira origem da mais-valia.

A mais-valia para o autor, porém, não se reveste apenas na forma lucro. Tal qual para os fisiocratas, ela aparece também sob a forma de renda do solo. Só que, ao contrário daqueles, esta não é, evidentemente, a fonte exclusiva de valor. Assim, não só o capital aparece como posse privada frente ao conjunto dos trabalhadores. Também os proprietários de terras aparecem como um contraponto do trabalho. Estes representam o papel de alguém que após assenhorear-se, de diversas maneiras, das terras disponíveis surge no mercado "exigindo uma parte da colheita sem haver semeado". O trabalhador, face ao proprietário, vê-se então obrigado a transferir uma parte do produto de seu trabalho a ele, uma "renda do solo". Na verdade, o que o produtor está pagando ao proprietário é uma parcela do seu trabalho excedente (acima do equivalente ao custo de sua reprodução). Como a maior parte dos trabalhadores agrícolas não possui terras,

BP01-01040641

acaba submetendo-se ao capitalista *arrendatário*, que o emprega e lhe adianta capital, mas quer recebê-lo de volta, *adicionado* de uma parcela que deduz do trabalho excedente do cultivador. Os juros são, também, a terceira forma que se reveste a *mais-valia*.

O "sistema" de Smith se completa quanto ao que se refere à sua teoria sobre a origem do valor: O valor é visto como *valor-trabalho*. O trabalho como fonte única e equivalente verdadeiro (a medida real) do valor. A apropriação é vista como excedente de trabalho, formas de *mais-valia*. A *mais-valia* como lucro e renda do solo, a renda do solo como parcela do excedente paga ao proprietário e parcela apropriada pelo arrendatário capitalista. Como observa Marx, Smith representa um considerável avanço em relação aos fisiocratas, quando reconhece a *mais-valia* como uma apropriação do sobretabalho, tanto na indústria como na agricultura. Entretanto, tal qual os fisiocratas, não concebia a *mais-valia* como categoria específica, confundindo-a com as formas por ela assumidas. Como se verá adiante, Marx, distintamente, examinará a *mais-valia* como categoria real, em sua existência própria, independentemente de suas modalidades concretas.

No contexto da evolução do capitalismo, o século XIX certamente se relaciona com o desenvolvimento da grande indústria. Do ponto de vista da Economia Política, este século será marcado pela intensificação do debate, da produção teórica e pela grande projeção de alguns dos autores do período. Dentre esses, destacamos David Ricardo, o representante maior do período áureo do capitalismo e da economia política clássica ou burguesa. Com Ricardo, diz M. Dobb, surge "uma teoria in-

tegrada do valor, do lucro e da renda". Ele revoluciona o modo como até então se explicava a origem do valor. Ao contrário de seus predecessores, ao defender a idéia de que o "ponto de partida" e o fundamento do valor na produção burguesa é o *tempo de trabalho*.

Do mesmo modo que Smith, parte do valor-trabalho e do valor-de-troca, ou "a capacidade para adquirir outros bens". Como o valor é determinado pelo tempo de trabalho, ele é sempre, para Ricardo, um valor relativo. Para diferenciá-lo daquele valor relativo referente à variação dos equivalentes entre mercadorias ele o chama de valor real ou valor. A idéia de que o tempo de trabalho determina o valor das mercadorias, deve ser aplicada não apenas ao trabalho invertido na produção das mercadorias (trabalho novo), mas igualmente naquele já contido previamente nas matérias-primas e nas máquinas e equipamentos. A este denomina capital constante (trabalho pretérito). Justamente aí reside a contribuição revolucionária de Ricardo. Ele retira a origem do valor dos limites estreitos da produção imediata, do seu funcionamento "natural". O tempo de trabalho e a *mais-valia* passam a ser vistos como o "ponto de partida" de toda acumulação. Além daquela parcela que é retribuída pelo salário, existe outra já contida nos meios de produção. É essa a conexão íntima que ele descobre, entre a *mais-valia* e o processo geral de produção capitalista. Como diz Marx, com isto ele distingue e aponta a contradição entre o "funcionamento real" e o "funcionamento aparente" do sistema. Entre o valor das mercadorias determinado pelo trabalho invertido no ato de sua produção (aparência) e o trabalho global, empregado tanto na produção imediata, quanto aquele prévio,

despendido na produção dos instrumentos, máquinas, edifícios etc. (o valor real). Para Ricardo, a proporção de capital constante não afeta diretamente o valor das mercadorias nem a quantidade relativa de trabalho para produzi-las, mas determina uma variação na quantidade de mais-valia, o que resulta em preços diferentes dos valores.

Ao contrario de Smith não existe, para Ricardo, um equivalente invariável de valor, uma medida real. Isto porque todos os elementos que compõem o valor possuem quantidades variáveis de trabalho. Isto é válido para todas as mercadorias, incluindo o dinheiro como tal. O resultado é um sistema complexo de preços relativos, seja de mercadorias, seja de salários, cujas flutuações dependem da variação dos preços dos cereais. Essa variação, por seu turno, depende da flutuação dos preços de produção que, para o autor, devem ser examinados segundo a produtividade média do trabalho de um específico ramo de produção como um todo. Chega-se, assim, a um preço médio de produção em cada ramo. Por isso o valor das mercadorias será sempre relativo. Alguns membros de um dado ramo produzem segundo condições médias de produtividade e seu preço final será então um preço que coincide com a média geral do ramo; outros produzem em condições acima da média, sendo o valor individual de suas mercadorias inferior ao valor médio; finalmente, outros produzem em condições abaixo da média, sendo o valor individual superior à média. Assim, o preço de mercado das mercadorias desse ramo não coincide com o seu valor real, ao nível de cada produtor em particular. O que se tem é um preço absoluto para valores relativos, um preço de mercado definido pela preponderân-

cia de um dos três grupos de produtores aludidos. Os lucros serão, assim, sempre diferenciais.

Como se vê, Ricardo estabelece uma íntima relação entre a sua teoria sobre a renda diferencial (do solo) e os lucros diferenciais, na produção de mercadorias em geral. Neste aspecto, a teoria do valor ganha contornos bastante distintos quando comparada com os predecessores de Ricardo: o preço de mercado das mercadorias não é determinado (como afirmava Smith) pela lei da oferta e procura, mas pelos preços de produção. Além do mais, não é diretamente o valor que determina esse preço, mas as variações de produtividade (tempo de trabalho) em sua determinação sobre os preços de produção. A idéia do tempo de trabalho acumulado sob forma de capital constante é fundamental para Ricardo.

Quanto à mais-valia, também Ricardo não a examina em sua forma categorial específica. Ela nunca é dissociada de suas modalidades: lucro, juros e renda do solo. Segundo Marx, quando Ricardo tenta examinar a mais-valia em si, a confunde com o lucro. Isto porque, quando trata da taxa média de lucro, ele a relaciona, não com o tempo de trabalho, mas com a quantidade de capital investido na produção. De todo modo, ele toca no ponto central da origem da mais-valia. Afirma que o valor do trabalho é sempre inferior ao valor do produto por ele criado. Em outras palavras, o valor do trabalho devolvido aos operários, em forma de salários, é apenas uma parcela do valor total. A diferença restante é, para ele, a mais-valia, sendo sua a afirmação: "O lucro é a sobra dos salários". Esta, por sua vez (a taxa de lucro), varia conforme a maior ou menor produtividade do trabalho, dada uma

jornada fixa, pois isto afeta a quantidade de trabalho necessário para a produção dos meios de subsistência e, evidentemente, a quantidade de trabalho excedente não pago. Segundo Marx, Ricardo não ultrapassa, assim, a mais-valia em sua forma relativa. Não chega na mais-valia em sua forma geral (absoluta), contida também no capital constante (meios de produção). Ele apenas a concebe enquanto lucro proveniente da variação da quantidade de trabalho (produtividade), que define as parcelas de trabalho pago e não pago, parcelas do valor repartidas entre os operários e os capitalistas. Como conseqüência geral, tem-se que, na produção capitalista, sob a ótica de Ricardo, todo o chamado progresso técnico, em particular na indústria, é sempre um meio que os capitalistas encontram para diminuir a quantidade de trabalho vivo contido no valor final das mercadorias, visando, assim, aumentar a quantidade de sobretrabalho e, com isso, os lucros. Nesse sentido, o avanço de Ricardo é realmente notável.

A segunda forma de mais-valia (de lucro) examinada por Ricardo, é a renda do solo. A famosa *renda diferencial*, ou “renda ricardiana”, também revoluciona o modo como essa questão vinha sendo posta. Por duas razões principais: primeiro, porque concebe a renda não como um produto excedente de uma produção em si, isolada do circuito capitalista, mas como um excedente de valor, expresso nos preços agrícolas e também nos lucros do agricultor, do comerciante ou fabricante. Segundo, porque interpreta esse produto excedente à luz da “produtividade marginal do trabalho” na atividade agrícola, onde a renda é a diferença entre a produção “obtida pelo emprego de duas quantidades iguais de capital

e trabalho”. Em outros termos, a diferença de produtividade do trabalho em terras de diferentes graus de fertilidade. Mais que isso, segundo Dobb, pois Ricardo também concebe a renda como diferença de produtividade obtida pela aplicação sucessiva de capitais numa mesma terra. De um lado, a maior fertilidade da terra nova em contraposição à terra antiga; de outro, a produtividade obtida pela aplicação de mais capital à terra. A sua renda, portanto, tem como suposto uma *marginem extensiva e intensiva de cultivo*.

A essência da renda diferencial está, assim, associada à expansão da agricultura capitalista. Além disso, como os salários em geral (tanto na agricultura como nos outros ramos) são pagos sob a forma de um equivalente geral (os cereais), a renda obtida na margem afeta todo o sistema econômico, ao determinar não só o valor dos salários como, conseqüentemente, dos lucros em geral. Assim, quanto maior a renda do solo agrícola (obtida, por exemplo, numa terra mais fértil), menor o lucro, pois parte do rendimento líquido do capital é transferido ao setor agrícola. Como a renda equivale aos ganhos adicionais, obtidos na diferença entre preços iguais de venda para rendimentos desiguais no cultivo, os lucros globais acabam dependentes deste mecanismo geral. Tais teorizações de Ricardo são sobremaneira importantes para a discussão própria da Geografia.

Com Ricardo, encerra-se um período da Economia Política. O que representa, nesse campo específico de reflexão, o que Lukács denominou “fase heróica” do pensamento burguês. Superar suas idéias implicaria, segundo o próprio Marx, ultrapassar a concepção burguesa de mundo. A própria “reação contra Ricardo”,

demarca bem a solidificação do domínio burguês sobre toda a sociedade. Encerrado o ciclo das revoluções burguesas, o pensamento econômico perderá, cada vez mais, o seu componente crítico. A nova classe dominante não interessava mais “desvendar” as relações capitalistas. O que se viu, a partir daí, foi um progressivo distanciamento da Economia, agora entendida como ciência econômica, dos problemas globais da sociedade, logo, da política. A recuperação crítica da obra de Ricardo será efetuada, então, pelo próprio Marx.

Antes de entrar na teoria marxista do valor, cabe retomar alguns aspectos acerca dos autores até aqui apresentados. A trajetória da economia política clássica expressa uma progressiva desnaturalização no entendimento do valor. Em primeiro lugar, passa de uma idéia física do produto do trabalho, para uma concepção social do valor, em que este é medido pelo tempo de trabalho. Em segundo lugar, o peso das forças naturais na explicação do processo de produção cede lugar à primazia da produção social. A desnaturalização do valor é, assim, uma expressão, no plano do pensamento, do processo material de “desruralização” da própria produção: a consolidação do domínio da atividade industrial. Ilustra esse processo a ampliação do significado do conceito de recurso natural. Enquanto Smith diz: “Na indústria a natureza não faz nada, tudo é feito pelo homem”; Ricardo retruca: “Não existe nenhuma indústria em que a natureza não ajude generosa e desinteressadamente ao homem”. Assim como essa, a questão da renda também tangencia o temário geográfico. A fertilidade absoluta do solo, por exemplo, e o seu papel na composição do valor é problema constante na exposição dos autores. O tema do

valor do lugar é, assim, destacado. Também a discussão sobre a margem de cultivo em seu papel no povoamento e colonização de novas terras é sumamente importante para a discussão dos geógrafos. Como se vê, a ida aos clássicos da Economia Política é fundamental para o estabelecimento do “pensamento geográfico” subjacente a uma teoria marxista da Geografia. É interessante notar que Massimo Quaini, ao apresentar os esforços pioneiros de discussão de uma “Geografia Humana” (nos séculos XVII e XVIII), não faz menção aos economistas políticos desse período.

A postura que Marx assume diante do legado teórico da Economia Política clássica contém para os geógrafos críticos uma série de ensinamentos. Em primeiro lugar, destaque-se o respeito que Marx demonstrou ter com a obra de seus antecessores. Ele a estudou profundamente. Em suas leituras, apesar do teor crítico previamente assumido, resgata as formulações mais avançadas, numa permanente dialética de superação: negação com assimilação. O próprio subtítulo de sua obra principal, *O Capital — Crítica da Economia Política*, bem revela o significado preciso da crítica em Marx, tida como a real ultrapassagem teórica. A renovação crítica de qualquer ciência particular demanda, portanto, o emprego de tal postura teórica. O exemplo de Marx é, assim, extremamente rico para todos os que pretendem construir uma Geografia nova, pelo menos na órbita do marxismo.

Marx não parte da Economia Política e é isso que o distingue fundamentalmente dos demais. Vai buscá-la tendo realizado previamente uma longa reflexão filosófica, em que compreendeu o papel da determinação do econômico sobre o movimento da totalidade so-

cial. Obras como *Crítica da Filosofia do Estado de Hegel*, *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, *A Sagrada Família*, *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* e *Ideologia Alemã*, são anteriores a seus estudos sistemáticos sobre a Economia Política. Ao chegar a esta, ele já possui, por exemplo, uma concepção explicitada das classes sociais e da luta de classes. Traz também em sua bagagem uma considerável experiência na militância política revolucionária. Exilado alemão na França, participa das jornadas de 1848, analisando-as posteriormente em *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte* e *As Lutas de Classe na França*. Com a derrota do movimento revolucionário, emigra para a Inglaterra e aí, num trabalho de quase uma década, realiza uma longa pesquisa sobre a Economia Política (expressa mais diretamente em *Teorias da Mais-Valia*) a qual fundamentará a sua principal produção, aquela precipuamente econômica: *Elementos Para a Crítica da Economia Política (Grundrisse)*, *Contribuição à Crítica da Economia Política* e *O Capital*.

Para Marx, o valor é, antes de tudo, uma categoria social. Não há valor sem trabalho. Concebe-o em seu duplo significado: valor de uso e valor de troca. O primeiro expressa a substância mesma do valor, o seu fundamento material. Ele exprime a utilidade dos produtos para a satisfação das necessidades humanas, sendo a materialização mesma do trabalho humano. A medida real do valor de uso será, então, a quantidade de trabalho (expressa em tempo de trabalho) socialmente necessária para sua obtenção. Nesse sentido, a história humana, até o advento do capitalismo, é marcada basicamente pela produção de valores de uso. Com a intensificação do comér-

cio e da produção de mercadorias, a ênfase passará a ser a produção de valores de troca. Contudo, o valor de uso continua tendo uma existência real, só que agora como veículo do valor de troca. Este, fundamenta-se na utilidade do produto para o consumo alheio, o que o torna apto à troca. É a possibilidade de uma equivalência geral entre os valores de uso que permite a generalização da troca. Tal equivalente, para Marx, é a quantidade de trabalho. Assim a mercadoria, na sociedade capitalista, aparecerá como a unidade contraditória entre o valor de uso e o valor de troca. No valor de troca não importam mais as qualidades intrínsecas dos produtos, mas exclusivamente a sua virtualidade para a circulação.

A possibilidade da troca reside na existência de uma equivalência geral entre as mercadorias. Esse equivalente é o trabalho humano em geral (abstrato), contido nas mercadorias. Nesse sentido, não importam as qualidades intrínsecas de cada trabalho ou de cada mercadoria em particular, mas o trabalho humano homogêneo, "força média de trabalho social".

O valor de uma mercadoria, como expressão do tempo de trabalho, agrega não apenas o trabalho (vivo) despendido na sua produção imediata, como também o trabalho (morto), contido nos meios de produção. A relação entre esses dois fatores, no processo de produção, manifesta-se mediada pela produtividade do trabalho, para Marx também uma medida social. Na definição da equivalência, não se trata, portanto, da produtividade dessa ou daquela produção individual, mas da produtividade social média. Isto também é válido para a determinação dos salários e do dinheiro. Nas palavras de Marx, "a produtividade do tra-

balho é determinada pelas mais diversas circunstâncias, entre elas a destreza média dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e sua aplicação tecnológica, a organização social do processo de produção, o volume e eficácia dos meios de produção e as condições naturais”.

Na economia capitalista, as mercadorias apresentam-se em sua dupla forma: a física e a de valor. Marx desnaturaliza ou descoisifica o valor, quando parte do valor como valor de troca. Este é uma “realidade social”, na medida em que se manifesta “na relação social em que uma mercadoria se troca por outra”, na circulação. O valor das mercadorias, enquanto expressão de uma dada quantidade de trabalho, possui uma equivalência entre si e tem na forma dinheiro — uma mercadoria especial — o seu equivalente universal. O capitalismo produz, assim, exclusivamente para a circulação. Nesse sentido, para este modo de produção só será produtivo o trabalho que produzir valores de troca.

Assim como o valor, o capital, para Marx, também é entendido como categoria social. Em suas palavras, “o capital não é uma coisa, mas uma relação social expressa em coisas”. A relação entre valor e capital deve ser explicada pelo circuito das mercadorias e do dinheiro, um circuito social de trocas. O dinheiro se transforma em capital pela forma específica de seu movimento em tal circuito. A forma antiga (mercadoria-dinheiro-mercadoria), contrapõe-se a nova (dinheiro-mercadoria-dinheiro). Isto é, investe-se dinheiro na produção de mercadorias para obter-se mais dinheiro. O capital é, assim, o consumo produtivo do dinheiro. No capitalismo, o dinheiro é, então, “o ponto de partida e a meta final

do movimento”, o que seria, para ele, a vida do circuito econômico.

O capital, segundo Marx, compõe-se de duas frações: capital constante e capital variável. O primeiro representa a massa de dinheiro que o capitalista tem investido em meios de produção. Estes representam as matérias-primas (capital circulante) e as instalações e maquinarias (capital fixo), ambos depositários de trabalho morto. O segundo (capital variável) consiste na massa de dinheiro que o capitalista despense na compra de uma mercadoria específica: a força do trabalho. O consumo de tal mercadoria vivifica, por sua vez, todo o processo de produção. O preço dessa mercadoria (a força de trabalho) será determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução do trabalhador: definem-se, assim, os salários. Contudo, ela é a única mercadoria que, em seu consumo, cria valor. Marx desvenda, assim, a essência da produção capitalista.

A mais-valia para ele é, desta forma, uma categoria específica. Expressa um sobrevalor oriundo do trabalho excedente, não pago. Distingue duas formas de mais-valia. A primeira, denominada absoluta (até então desconhecida pela Economia Política), cuja origem emerge do capital variável, diretamente do trabalho não pago. Quanto maior a diferença entre o preço da força de trabalho e a quantidade de valor por ela adicionado ao produto, maior será a taxa de mais-valia absoluta, isto é, a proporção de trabalho excedente. A segunda, denominada relativa, decorre da composição orgânica do capital, isto é, da proporção de sua parcela constante. Quanto maior a inversão de capital em meios de produção, maior a taxa

de mais-valia relativa, isto é, o capitalista embolsa um *quantum* maior do preço final da mercadoria. A adição de valor, nesse caso, é, contudo, menor, posto ser o trabalho a única fonte de valor. A diminuição da parcela de trabalho vivo implica, porém, um consumo mais intensivo, uma superexploração. Com isto, Marx demole toda apologética mistificadora acerca da maquinaria. Sintetizando, nas palavras do próprio autor: "A produção da mais-valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse trabalho excedente. Ela constitui o fundamento do sistema capitalista e o ponto de partida da produção da mais-valia relativa. Esta pressupõe que a jornada de trabalho já esteja dividida em duas partes: trabalho necessário e trabalho excedente. Para prolongar o trabalho excedente, encurta-se o trabalho necessário com métodos que permitem produzir-se em menos tempo o equivalente ao salário. A produção da mais-valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa, revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais. A produção da mais-valia relativa pressupõe, portanto, um modo de produção especificamente capitalista..."

O lucro capitalista, para Marx, é a manifestação do processo de apropriação das duas formas de mais-valia. Sendo esta apropriação assentada na propriedade privada dos meios de produção, revela claramente o conteúdo social e político dos processos econômicos. Por isso, o lucro, distintamente do modo pelo qual era tratado (uma decorrência "natural" da

produção), é entendido como a manifestação de determinada estrutura de dominação política. O lucro capitalista possui, assim, determinados pressupostos históricos: o trabalho livre (um mercado de trabalho), uma acumulação prévia de capital que se materializará nos meios de produção, a privatização das terras, uma certa concentração geográfica da população e dos demais fatores de produção e a generalização da circulação. Marx denominou o desenvolvimento dessas condições prévias de "processo de *acumulação primitiva*". A transformação do lucro em capital se dá por sua reinserção no processo produtivo, aumentando a massa de capital. O modo de produção especificamente capitalista ultrapassa a *reprodução simples* do capital, isto é, a recorrência da produção, na mesma escala. Esse modo de produção implica uma *reprodução ampliada do capital*. Esta se dá pela expansão contínua da produção, da mais-valia; logo, dos lucros. Daí o caráter essencialmente expansionista do capitalismo.

Esta seria, assim, uma pequena síntese dos fundamentos da teoria do valor em Marx. Sua exposição integral foge, obviamente, aos limites do presente trabalho. Basta lembrar o número de volumes de que se compõe *O Capital*, para não falar de seus comentaristas posteriores. O que tentamos resgatar aqui, isto sim, é a sua *posição fundamental* quanto a dois problemas essenciais: a gênese do valor e a essência do capitalismo. Nesse sentido, a própria exposição feita até aqui fala por si quanto ao caráter revolucionário de sua teoria.

No que importa especificamente ao trabalho que estamos desenvolvendo, podemos dizer que, neste ponto, já contamos com o instrumental teórico necessário à tentativa de relacionar

os processos sociais ao estudo geográfico.

Foi através de um trajeto no próprio estudo do marxismo que pudemos chegar à afirmação acima. Isto porque a problemática do valor insere-se na teoria marxista como o fundamento da explicação sobre o movimento da totalidade social. Daí a necessidade de seu exame minucioso. Não existe o ser social sem trabalho. Não existe trabalho sem criação de valor. Todo processo social explica-se assim, em última instância, pelo recurso às categorias valor e trabalho. Temos, assim, assumida uma teoria do valor. Podemos começar a falar, portanto, em processo de *valorização* do espaço.

Como já foi dito no início desse trabalho, interessa-nos da obra de Marx, fundamentalmente, de um lado, o seu método revolucionário e, de outro, as teorias que mais se aproximam da discussão de um temário geográfico. Reafirmamos que não se trata de buscar uma "geografia" na obra de Marx, mas de trazer, para a nossa discussão, aquilo que em sua obra constitui traços de um certo "pensamento geográfico" de Marx. Fora a teoria do valor, já apresentada, existe uma série de teorizações mais específicas que nos interessam de perto.

Na sua análise sobre a renda, em particular, Marx toca em questões centrais para uma teoria sobre a valorização do espaço. Inicialmente resgata de Ricardo suas idéias acerca do papel da distância relativa e da fertilidade absoluta do solo, na determinação da produtividade do trabalho. Segundo essa teoria, os produtores melhor localizados, seja em relação à sua distância do mercado, seja em função da qualidade de seus solos, auferem uma renda excedente em relação ao conjunto dos produtores. Ricardo denominou tal excedente de

renda diferencial. Marx expandiu essa idéia na sua teorização sobre o *lucro suplementar* em geral. Defende a idéia da existência de uma tendência à taxa média de lucro na sociedade capitalista, isto é, o lucro do capital aplicado tenderia a ser o mesmo em todos os ramos da atividade econômica. Essa taxa é determinada pelo preço médio de produção. Quando, num ramo da produção, um produtor individual desenvolve algum aprimoramento técnico do processo produtivo, conseguindo maior produtividade, ele passa a auferir um lucro suplementar. Porém, a lógica do capitalismo não é essa, e tende a atuar dentro do sistema, no sentido do rebaixamento da taxa média. O tempo de vigência do lucro suplementar, na órbita da indústria (excetuando-se a situação do monopólio), é assim limitado. Na agricultura, ao contrário, a existência de um lucro suplementar é perene, porque na agricultura existe uma renda.

Ainda, segundo as idéias de Ricardo, a produtividade do cultivo nos *piores solos* determina a taxa média da agricultura. É a sua idéia de *margem de cultivo*. Marx a recupera, ao discutir a colonização dos E.U.A., em que o povoamento (agrícola) vai avançando pelos melhores solos até uma determinada distância do mercado, em que o custo do transporte começa a tornar viável a produção em terras menos férteis, porém mais próximas. Assim, o jogo entre produtividade e distância é altamente explicativo desse processo concreto de povoamento. Ricardo, a esse respeito, já dizia, como vimos, que a tendência ao rebaixamento da margem leva a que, a partir de um determinado momento, seja rentável aumentar o volume de capital aplicado naqueles cultivos menos férteis. A maior aplicação de capital,

corresponde um aumento de produtividade (margem intensiva de cultivo), o que eleva a parcela de lucro suplementar. Marx, a isso, denominou *renda diferencial II*, a que advém da produtividade decorrente de uma massa maior de capital.

Apesar do mérito atribuído por Marx a estas idéias ricardianas, ele as supera criticamente em sua própria teoria geral da renda. Sendo a terra um bem finito e uma condição de existência e de produção para os homens, sua propriedade privada permite ao seu detentor auferir uma *renda absoluta*. Em qualquer caso, a propriedade de uma dada parcela do espaço terrestre gera uma renda fundiária absoluta. O que é o "arrendamento", senão uma expressão da existência dessa renda? O proprietário passa a possibilidade de uso da terra a um terceiro, que vai explorá-la nos moldes da empresa capitalista. O que ocorre é que, independentemente da maior ou menor produtividade de tal empreendimento, uma parcela do lucro obtido irá, inevitavelmente, para os bolsos do *dono* daquele espaço. A propriedade é, assim, o fundamento da renda absoluta.

Resta ainda, porém, a terceira forma de renda para Marx: a renda de *monopólio*. O fundamento do monopólio é a existência de uma situação privilegiada dentro das condições médias da produção. Ocupar uma condição desigual (e positiva) no processo de produção. A posse de um recurso natural escasso, auferir ao seu detentor essa forma de renda. Marx dá o clássico exemplo da queda d'água, propiciando um menor custo pela energia hidráulica não paga ao detentor da parcela do espaço em que ela está localizada, quando este a emprega como meio de produção. Vê-se que

a concepção de natureza de Marx, enquanto recursos e forças naturais de produção, não se restringe à força de trabalho humano nem ao solo agrícola ou à mineração. Importou-lhe examinar o papel desses recursos, na sua relação com a propriedade e a produtividade. É evidente que Marx concebe a natureza também em sua desigual distribuição no Globo. Porém, a distribuição daqueles recursos naturais necessária à produção não ocorre de forma simplesmente desigual. Alguns são absolutamente raros, sendo o seu domínio o fundamento da renda de monopólio.

Há outras teorizações de Marx, mais específicas que interessam diretamente à discussão dos geógrafos. Preferimos, entretanto, examiná-las posteriormente, seja no interior da nossa própria argumentação no próximo capítulo, seja no segundo volume desse trabalho. A teoria da colonização moderna seria um exemplo.

No capítulo anterior, procuramos apontar os fundamentos gerais de uma relação sociedade-espaço. Neste, julgamos já ter avançado no sentido de uma argumentação mais precisa a respeito do nosso tema central. Nesse percurso, descobrimos que a sociedade relaciona-se com o seu espaço material e todas as coisas que ele contém, através de um permanente processo de valorização. O homem, com o seu trabalho, cria e transfere valores. Parte desses valores se agregam ao espaço e vão condicionar, assim como os recursos da primeira natureza, processos futuros. Isto elimina, *a priori*, a possibilidade de uma teoria marxista da Geografia que não discuta a origem do valor. Não são a sociedade em abstrato e o espaço em abstrato que se relacionam. Entre eles, medeiam as *determinações* de um dado

modo de produção. Só estas, contudo, não bastam. É mister elaborar uma teoria sobre suas *formas próprias de valorizar o espaço*. Isto é o que procuraremos desenvolver no próximo capítulo.

A VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO

Nesse ponto de nossa investigação, após sucessivas aproximações teóricas, já podemos delinear o processo específico de que trataria uma teoria marxista da Geografia. Esse processo, enquanto objeto, foi gradativamente se impondo no transcurso da própria discussão dos fundamentos do marxismo em sua relação com o temário da Geografia. As sociedades humanas, para reproduzirem as condições de sua existência, estabelecem, como visto, relações vitais com o seu espaço. Nas palavras eloquentes de Milton Santos: "Produzir é produzir espaço". Este é o nosso fundamento geral: o desenvolvimento histórico ilustra a objetividade e a materalidade dessas relações em suas múltiplas manifestações. Nesse sentido, ficou claro o papel do trabalho como mediador universal dessa relação. Sendo o trabalho a fonte do valor, essa relação, do ponto de vista do marxismo, é fundamentalmente *um processo de valorização*.

Ao longo dessa exposição, foi levantada uma série de pressupostos que o objeto deverá conter. Em primeiro lugar, a idéia de que ele deve, necessariamente, ser um *processo*. Além

disso, a sua delimitação deve advir de um corte ontológico, ou seja, da sua identidade no próprio real. Nesse sentido, a valorização do espaço, não se confunde imediatamente com outras manifestações da vida social, pois possui movimento próprio, elementos específicos que a caracterizam e resultados histórico-concretos particulares. Como já foi observado, afirmar que a contradição capital-trabalho "explica" a organização do espaço no modo de produção capitalista, por exemplo, não contribui muito para o geógrafo crítico, pois tal afirmação, dada a sua generalidade, enturva justamente a compreensão da especificidade desse processo. Foi apontado, ainda, que o objeto geográfico, apesar da sua "relativa autonomia" deve, como todas as demais instâncias da realidade social, expressar as determinações fundamentais das formas de produção e reprodução da vida material em que ele se inscreve. Ninguém levantará dúvidas à afirmação de que as formas espaciais criadas por uma sociedade exprimem o condicionamento da estrutura econômica que ali domina. Entretanto, se esse processo possui uma realidade específica em cada modo de produção, por outro lado ele expressa uma universalidade. Em qualquer época e em qualquer lugar, a sociedade, em sua própria existência, valoriza o espaço. O modo de produção entra aí, portanto, não como panacéia teórica, mas como mediação particularizadora. Cada modo de produção terá, assim, o seu modo particular de valorização.

Foi apontado, ainda, que qualquer processo social deve ser explicado no âmbito da discussão sobre valor e trabalho, pois são essas as categorias fundamentais da materialidade social. Ora, o processo de valorização tem, nes-

sas categorias, o seu nódulo explicativo central. Assim, a relação sociedade-espaço é, desde logo, uma relação valor-espaço, pois substantivada pelo trabalho humano. Por isso, a apropriação dos recursos próprios do espaço, a construção de formas humanizadas sobre o espaço, a perenização (conservação) desses construtos, as modificações, quer do substrato natural, quer das obras humanas, tudo isso representa criação de valor.

Inicialmente, para fins de análise, temos de fazer a distinção entre valor no espaço e valor do espaço. Tal distinção é fundamental para a Geografia, como forma de evitar-se a repetição de graves equívocos. De maneira geral, os autores que pesquisaram esse tema contemplaram apenas um dos pólos da distinção. A própria idéia de espaço geográfico de concepção empirista e naturalista revela uma perspectiva centrada exclusivamente naquilo que aqui chamamos de valor do espaço. Por outro lado, a idéia de espaço econômico, tal como posta pela economia marginalista, revela uma abordagem exclusiva daquilo que denominamos valor no espaço. Na nossa abordagem, ao contrário, a preocupação está centrada numa concepção unificadora das duas perspectivas, como o modo dialético de captar o processo de valorização. A realização dessa unidade passa, contudo, necessariamente pela consideração das diferenças entre os dois momentos.

Sendo o espaço (e tudo o que ele contém) uma condição universal e preexistente do trabalho, ele é, desde logo, um valor de uso, um bem de utilidade geral. A produção, desta forma, sempre se realizará sobre formas preexistentes, sejam naturais ou sociais (herdadas de trabalhos pretéritos). É por isso que o espaço é uma condição geral da produção. Daí ele

valor de uso

possuir um valor intrínseco, não necessariamente produto do trabalho humano, uma “riqueza natural”. Daí, também, ele ser o receptáculo fundamental e geral do chamado “trabalho morto”. Sob esse ponto de vista, o desenvolvimento histórico é também uma progressiva e desigual acumulação de trabalho na superfície da terra. Essa acumulação, que desnatura o espaço vai também complexizá-lo. As desigualdades naturais da superfície da terra, sobrepõem-se as desigualdades de alocação de trabalho.

Para as atividades produtivas têm importância, não apenas o trabalho morto acumulado em meios de produção, como também a disponibilidade e as características das forças naturais em geral e de seu papel na produtividade do trabalho. Assim, o valor do espaço também se expressa na qualidade, quantidade e variedade dos recursos naturais disponíveis numa dada porção do espaço terrestre. Isso significa que a singularidade natural dos lugares — uma preocupação clássica da Geografia — deve ser integralmente considerada nessa argumentação. As chamadas forças naturais não atuam, entretanto, apenas ao nível da produtividade do trabalho, e na variação quantitativa dos produtos, mas, também, junto aos processos responsáveis pela estrutura elementar da divisão territorial do trabalho. As condições naturais aparecem, para a produção em geral, como um limite historicamente relativizado, cujo peso na especialização das atividades produtivas é significativo. Marx dizia: “Ninguém plantará abacaxi no Alasca”. Hoje, poderíamos dizer que, dado o investimento necessário em tecnologia, é quase certo não ser viável plantar abacaxi no Alasca. Esse valor de base natural das dife-

rentes porções da superfície terrestre consiste, assim, numa parcela do valor do espaço, seja como primeira, seja como segunda natureza.

A segunda parcela do valor do espaço constituiu-se naquela que é precipuamente obra do trabalho. Com o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, há uma tendência geral à construção de formas mais duráveis sobre o espaço, produções materiais que se agregam ao solo. Milton Santos, de forma brilhante, expõe a essência desse processo de produção do espaço. Para ele, os modos de produção criam formas espaciais que duram mais que os processos que as engendraram. Denomina a essas formas de rugosidades, e aponta a sua inércia dinâmica sobre os processos sociais posteriores. Por inércia dinâmica, entende uma sobredeterminação do espaço na vida econômica. As construções antigas tornam-se qualidades do lugar. A partir daí estabelece a possibilidade de uma Geografia como “história territorial”. M. Santos não está, porém, diretamente preocupado com o processo *em si* da produção do espaço, o que implicaria entrar na teoria do valor, mas no resultado material (social) de tal processo (o espaço construído) e sua ação sobre o movimento da totalidade social.

Na ótica da valorização, a produção do espaço e seu resultado são apenas um momento (fundamental) no processo de formação do território, o que dá origem a essa parcela específica do valor do espaço, aquela criada pelo trabalho. Não há dúvida de que as “rugosidades” desempenham determinados papéis no processo social em geral. Entretanto, cabe aqui tematizar, mais que as rugosidades (resultados), o movimento interno da produção do valor do espaço. Já sabemos que esse pro-

cesso se move fundamentalmente pelas determinações da estrutura econômica na qual está inserido. Por isso as construções espaciais expressam os conteúdos das relações sociais que as engendraram. No capitalismo, por ex., a cristalização do trabalho morto em meios de produção aparece também como capital fixo ou fixação de capital ao espaço. Enquanto qualidade do lugar, esse trabalho morto aparece na composição orgânica do capital como uma parcela do capital constante. Nesse sentido, o próprio espaço físico necessário à produção é contabilizado como valor do espaço, valor previamente acumulado.

É o valor do espaço que se manifesta em todas as formas de renda fundiária. David Harvey chega a demonstrar até as suas manifestações ao nível da valorização intra-urbana do espaço. A renda absoluta, como expressão da propriedade privada do espaço, aparece sob a forma de uma cobrança ao direito de utilização de uma parcela do espaço físico. No caso urbano, ela manifesta-se na instituição do aluguel. Na agricultura, sob a forma clássica do arrendamento. Em ambos os casos, cobra-se, antes de tudo, pelo simples direito de ocupação de uma dada parcela de espaço, seja para a produção, ou para a existência. É o valor do espaço em sua expressão meramente areolar, o que está em jogo nesse caso. A renda diferencial repousa nas qualidades específicas de um dado lugar, sejam as naturais, sejam as agregadas ao solo pelo trabalho. No caso da agricultura, tem-se a fertilidade absoluta do solo ou a que advém da aplicação de capitais. Ocorrem também as vantagens locacionais advindas de uma localização privilegiada quanto aos frutos da incorporação de trabalho ao espaço numa escala maior, ou

quanto a uma posição ímpar aos recursos naturais, como a conjugação de terras férteis, água em abundância e clima favorável, por exemplo. No caso urbano, tem-se as localizações diferenciadas gerando lugares mais ou menos valorizados em função de sua disposição no tecido urbano. Isto se manifesta, por exemplo, na instituição da "luva" cobrada por um ponto comercial. Em ambos os casos, está em jogo o valor do espaço. A renda de monopólio, por sua vez, incide mais diretamente ao nível da singularidade dos lugares. São as condições únicas (raras), sejam naturais ou construídas, o seu fundamento. No caso da natureza, aparece diretamente como um recurso natural escasso, como os minerais raros, determinada potencialidade hídrica, ou um solo excepcionalmente fértil. No caso urbano, a localização única (por exemplo a Av. Vieira Souto, no Rio de Janeiro, e o cruzamento da Av. Paulista com a Rua Augusta, em São Paulo). No limite, o domínio privado do total das terras ou imóveis disponíveis, permite igualmente auferir-se uma renda de monopólio. O valor do espaço *singular* (de cada espaço) expressa-se aqui plenamente.

O valor do espaço, em todas as suas formas de manifestação, aparece frente ao processo de produção, como um valor contido. O lugar e seus recursos naturais ou construídos. Enfim, o espaço concreto, tal como ele se apresenta para a produção. A Terra é, aqui, uma realidade natural e material que se define como receptáculo do trabalho humano historicamente acumulado.

Por ser o espaço concreto também um valor de troca, define-se a possibilidade de um valor no espaço. O espaço, aqui, a despeito de conter valor prévio, não ultrapassa a função de

mero palco de processos que *nele* ocorrem, ou, em outras palavras, como substrato da vida material. Nesse caso, desenvolve-se sobre ele uma teia complexa de relações sociais de produção, não diretamente espaciais, mas evidentemente *dotadas de espacialidade*. Como dissemos, não há processos espaciais, mas os processos sociais manifestando-se sobre a superfície terrestre. O espaço terrestre apresenta uma série enorme e complexa de fenômenos naturais e sociais que se *estendem* sobre o espaço concreto. A *espacialidade, então, não pertence à esfera deste ou daquele lugar concreto, mas é uma característica imanente de qualquer processo, seja ele social ou natural*. Nesse sentido, não cabe uma ontologia do espaço, pois este é um atributo dos seres e não um ser. A *espacialidade, enquanto atributo, está contida em todo processo de criação de valor*. Ela é uma mediação necessária para a compreensão de uma manifestação histórica concreta. Na busca da totalidade, a *espacialidade é um elemento de concreção*. Como se vê, não se trata, aqui, nem do espaço natural, nem do espaço como depositário do trabalho morto, mas do *espaço no próprio processo de trabalho, no nível imediato da produção. É a própria espacialidade do valor*.

Enquanto a definição do valor do espaço é mais facilmente construída, a de valor no espaço, como visto no parágrafo precedente, envolve questões mais complexas. Se o que nos orientasse fosse uma teoria do espaço, provavelmente não discutiríamos o valor no espaço. Como, entretanto, nos embasamos numa teoria do valor, essa questão se impõe forçosamente.

Parece-nos que essa questão se esclarece bastante quando se põe em destaque a esfera

da circulação. *Inicialmente, não trataremos da circulação de mercadorias, estrito senso*. Nesse nível mais geral, referimo-nos ao movimento global sobre o espaço, e espacialmente realizado, de pessoas, objetos, idéias etc. Não se trata, portanto, do espaço como recurso. Ele é, mais do que isso, um autêntico *fator de circulação*. A distância absoluta e relativa é a expressão de sua materialização. A troca é, assim, uma revolução nas relações entre a sociedade com o espaço, nesse sentido específico. Antes mesmo do capitalismo e, mais especificamente neste, o custo de transporte agregar-se-á ao preço final do produto, viabilizando ou não sua própria produção para a troca. Determinados produtos comercializados pelos venezianos, no século XIII só poderiam ser consumidos pelo doge de Veneza. Daí o fundamento do valor arbitrário de um produto, resultante da distância de sua origem, logo, da dificuldade de sua obtenção. Como se observa, não se trata de um valor que se confunde materialmente com o produto, como ocorre no valor do espaço. Aqui, não é a "terra" ou o espaço "concreto" agregando-se ao valor final ou interferindo na produção, mas uma *virtualidade* da circulação e uma *imanência* do espaço real (a distância) participando de um processo social específico.

No capitalismo, em particular, a produção de mercadorias está intimamente associada a uma intensificação da circulação, pois é nesta que aquela se realiza. Amplia-se a importância da *espacialidade na definição do valor*. Esse modo de produção ultrapassa a inércia da distância absoluta, jogando com a velocidade dos fluxos e a escala da produção. O "encurtamento" das distâncias está ligado, por seu turno, à ampliação das escalas espaciais de pro-

dução e distribuição das mercadorias. Relativiza-se a distância, na multiplicação infinita das trocas em termos espaciais. No interior dessa imensa estrutura de trocas — o espaço mundializado de relações — é a intensidade do fluxo, e não a localização absoluta, que deve interessar. A escala de produção relativiza, de forma absoluta, a distância. Ocorre que outra virtualidade do espaço real (a magnitude) também interfere no movimento geral da produção. Quando se fala, por exemplo, em produção “em larga escala”, deve-se atentar não apenas para o aumento quantitativo da produção estrito senso mas, igualmente de seus pressupostos espaciais. Assim, em especial na industrialização avançada, o aumento de escala é também uma ampliação do espaço diretamente afeto à produção e à circulação. A essa ampliação territorial da produção capitalista, corresponde um gigantesco processo de concentração espacial dos fatores de produção.

Como se observa, o valor no espaço diz respeito a condições espaciais universais de reprodução dos modos de produção, que não se atêm às singularidades dos espaços. Por exemplo: qual o papel de um castelo na ordem feudal ou de Nova York no capitalismo atual? Muito já se falou da cidade como capital social, condição geral de reprodução da produção capitalista. A cidade, como manifestação eloqüente da concentração em geral, particularmente de força de trabalho, aparece, assim, como uma clara ilustração da espacialidade específica do capitalismo avançado. O valor no espaço é a própria espacialidade contida nos modos de produção. Ele nos revela mais a especificidade das formas de valorização em geral do que propriamente a da produção do

espaço.

Num outro nível, com a propriedade privada e a mercantilização das relações sociais, o próprio espaço torna-se objeto de troca. Nesse caso, mais do que o valor do espaço, define-se uma circulação abstrata (transação imobiliária) que o retém como veículo. No mercado de trocas, a terra ou o imóvel não serão transacionados pelo valor do espaço em si, mas pelo valor que lhe é atribuído segundo a lógica da circulação. Do mesmo modo que a mercadoria pode circular sem se deslocar no espaço, o espaço, em si, pode circular ao nível de sua representação jurídica. É o caso da renda capitalizada, por exemplo, ou de todas as transações em que os imóveis em geral atuam como riqueza acumulada. Marx diferenciou bem, nesse sentido, a “matéria terra” do “capital terra”. No primeiro caso, trata-se da simples existência dos lugares (o valor do espaço); no segundo, de sua existência articulada no processo capitalista de produção. Assim, o valor no espaço diz respeito ao próprio espaço no processo de circulação.

Procuramos, assim, diferenciar o valor do espaço e valor no espaço, como recurso analítico necessário à sua unidade no processo de valorização do espaço. Este é a expressão combinada dos dois momentos aqui precisados. Avançar na argumentação implica, a partir de agora, discuti-los de forma conjunta, isto é, explicitar sua dialética.

Entendida a relação sociedade-espaço como um processo de valorização, o seu movimento interno deve expressar, em essência, um permanente processo de criação de valores. Porém, distintamente da valorização do capital, por exemplo, que ocorre na atividade produtiva de um ou outro ramo da produção, a va-

lorização do espaço manifesta-se com caráter próprio. Em nenhum momento ela deixa de ser um processo universal (a criação de valores) e, nesse sentido, ela sempre externará as determinações gerais de um modo de produção. Contudo, o espaço, como objeto de valorização, não se confunde com outros objetos vulgares da produção material imediata. Em primeiro lugar, porque ele não é apenas um produto (objeto e resultado do trabalho), mas também imperativamente uma condição geral da produção e da existência humana. Além do mais, o espaço, como realidade material, possui qualidades intrínsecas que o colocam numa posição especial frente aos processos sociais. Antes de tudo, trata-se de um absoluto, no próprio sentido da Física, de que dois corpos não ocupam o mesmo lugar no espaço. Esta sua qualidade está, por sua vez, relacionada a duas de suas virtualidades: a distância e a magnitude. Ocorre que as localizações diferenciadas determinam separações físicas maiores ou menores e fluxos mais ou menos intensos. A magnitude, por seu turno, se expressa na dimensão e intensidade das construções. A articulação entre as duas virtualidades (distância e magnitude), sob a lógica de um modo de produção, manifesta-se, por sua vez, nos processos de concentração ou dispersão. A intensidade dos fluxos entre distâncias distintas está associada à concentração prévia, por exemplo. O espaço é também uma materia finita, o que lhe atribui a qualidade de raridade relativa. Ele é um bem relativamente escasso. Isto impõe um limite absoluto à sua reprodução extensiva. Assim, sua propriedade propicia um privilégio ímpar, em qualquer período da história. Além disso, como foi visto, o espaço, ao contrário da maioria

das mercadorias, não aparece perante a produção, como um objeto homogêneo. Ele é intrinsecamente desigual. A sua própria naturalidade preexistente ao trabalho impõe, desde o início, quadros naturais diversificados. Também o trabalho nele se acumula desigualmente. Nesse sentido, o espaço concreto para a produção concreta, sendo uma condição universal, é sempre singularidade. Assim, as condições únicas de cada localização aparecem para o processo produtivo como condições desiguais de produção. Também o consumo do espaço se dá através de qualidades próprias. Aqui ele aparece como objeto único. O seu uso não implica a sua destruição, apenas modificação. Do mesmo modo, as construções sobre o espaço (o trabalho diretamente agregado) apresentam a característica da durabilidade que se acentua no decorrer da história. Seu consumo também não as destrói, pelo menos na mesma velocidade das outras mercadorias. O que pode ocorrer é o consumo destrutivo de certos atributos desse espaço (como alguns recursos) mas não dele próprio. Finalmente, o espaço é ainda o depositário universal da história. Nele se acumulam trabalhos dos tempos mais remotos, num permanente ciclo de criação, reposição e transformação de objetos sobre sua superfície. O espaço apresenta, assim, a sobreposição dos resultados dos processos naturais e sociais que coexistem na contemporaneidade.

Todas essas qualidades impõem características específicas ao processo de valorização desse objeto particular. Não se deve, contudo, inferir daí que a qualificação desse processo advenha das inerências do espaço. Ao contrário, é sempre a sociedade que o qualifica. Nas palavras de Marx: "O que faz com que uma

região da Terra seja um território de caça é o fato das tribos caçarem nela; o que transforma o solo num prolongamento do corpo do indivíduo é a agricultura". Isto significa que as características inerentes ao espaço não têm sentido em si, pois o que as vivifica é a própria sociedade. Para a nossa perspectiva, portanto, as qualidades do espaço interessam enquanto particularizadoras da valorização desse objeto específico.

Retomando o que nos é fundamental, o processo de trabalho, a produção e a criação de valores — a essência de qualquer valorização —, partiremos para o exame do movimento principal da valorização do espaço, que é a circularidade da criação dos valores do espaço e no espaço. No processo de trabalho, o homem se depara com uma realidade social e também com uma realidade espacial (igualmente social). Diante das condições gerais de produção e existência, ele define um ciclo permanente de apropriar para trabalhar e vice-versa. Nesse movimento, ininterrupto, ele submete ao seu processo de trabalho todas as forças disponíveis. Escraviza ou compra força de trabalho, domina forças naturais, desenvolve suas forças produtivas, organiza o processo de produção, produz a riqueza e reproduz todo o ciclo. Como entra o espaço nesse movimento circular? Em primeiro lugar, tem-se que o trabalho se realiza num determinado lugar. Este, manifesta-se enquanto um conjunto de condições gerais de produção. As condições naturais do lugar, expressas sob a forma de recursos, agregam-se ao processo de trabalho, definindo-lhe a produtividade. As forças produtivas da sociedade (tecnologia e recursos naturais) também se materializam em alocações espaciais. Tem-se o valor do espaço, todo ele englobado

como condição de produção. Por determinar a produtividade do trabalho, o valor do espaço articula-se com o valor no espaço. Isto porque, no processo produtivo, o resultado do dispêndio de trabalho é proporcional às condições de produção. A espacialidade inerente à produção de qualquer bem vai manifestar-se também em seu valor final. Esta parcela do valor não é aquela representada pelas matérias-primas ou uma força hidráulica etc., ou quaisquer outros componentes brutos do processo de produção (prédios, máquinas e a própria força de trabalho). Ela manifesta-se, isto sim, enquanto fração não diretamente contabilizada do valor real do espaço em que se realiza. Ela é, fundamentalmente, uma parcela do valor final que não decorre de um produto, mas de uma *condição*.

Esse valor, não diretamente contabilizado enquanto tal, aparecerá para qualquer processo de trabalho como custo geral da produção, expresso em quantidade de trabalho ou capital. Aparece sob a forma de custo de produção, por exemplo, quando um empreendimento se ressentir de uma péssima localização. Também sob a forma de custo de transporte ou, no limite, de fator inviabilizador (em termos relativos) da produção. Dessa forma, se deduzirmos do valor aquela parcela representada pelo espaço enquanto condição de produção e examinarmos as suas partes componentes, chegaremos ao valor do espaço e ao valor no espaço. Os espaços singulares, bem ou mal localizados (*lato sensu*), transferem aos produtos durante o processo de trabalho, um *quantum* de produtividade. Assim, o valor no espaço manifesta a virtualidade do valor de cada espaço. Por sua vez, a produção implica agregações permanentes de valor ao solo,

num volume proporcional à sua escala. Dessa forma, a quantidade de valor produzido no espaço retroage no valor agregado ao espaço. Como dizia Marx, "as velhas localizações condicionam as novas". Estabelece-se, assim, um nexó orgânico entre o valor contido e a criação de valor.

Os fundamentos da valorização do espaço repousam, assim, numa unidade contraditória entre valor do espaço e valor no espaço. Essa é a lógica de seu movimento interno. Outra questão diz respeito à sua dialética na totalidade, isto é, à sua manifestação no movimento geral da sociedade.

A forma mais elementar de relação sociedade-espaco, como já foi visto, é a apropriação direta dos produtos da natureza, tal qual se apresentam para o homem. O trabalho, aqui, resume-se à simples coleta. Não se pode falar, nesse caso, de uma verdadeira valorização do espaço, pois a ação do trabalho sobre o espaço é tênue e transitória. Dessa forma, o trabalho agrega algum valor ao produto, mas, dificilmente, ao espaço. Este aparece apenas como uma condição de existência. Como já foi visto, a fixação, sendo um marco no desenvolvimento da humanidade, implica a perenização do trabalho, a sua materialização no espaço. Parte do excedente do trabalho agrega-se sucessivamente ao solo, mesmo que para cumprir apenas uma função de reprodução da existência. A fixação corresponde um certo grau de desenvolvimento das formas de apropriação e de transformação do espaço. Nesse sentido, a apropriação pode ser considerada como um momento prévio e necessário à valorização. Com a evolução histórica podem ocorrer sucessivos processos de apropriação de um mesmo espaço implicando diferentes formas de valo-

rização, correspondentes aos avanços das forças produtivas de que dispõe a sociedade. As reapropriações sucessivas encontram, contudo, um espaço já previamente impregnado de trabalho agregado nas apropriações anteriores.

A fixação implica, assim, uma efetiva produção do espaço, pois permite a realização de uma acumulação *in situ*. O excedente de trabalho de sucessivas gerações, sociedades, e mesmo modos de produção, vão se incorporando cumulativamente ao solo. Começa a constituir aquilo que M. Santos chama de "herança espacial". A generalização da apropriação, fixação e acumulação de trabalho ao espaço está na raiz do processo de constituição dos territórios e dos Estados. Este já representa um momento superior do processo de valorização, aquele que se assenta no efetivo domínio do espaço, agora já plenamente concebido como espaço de reprodução da sociedade. O território é, assim, a materialização dos limites da fixação, revelando formas de organização bem mais complexas. O Estado, por sua vez, é a institucionalização política não apenas da sociedade, mas também do próprio espaço dessa sociedade. A isso corresponde uma tendência à agregação de volumes crescentes de trabalho ao espaço e à construção de formas mais duráveis e em maior volume.

O momento seguinte do processo de valorização do espaço diz respeito aos movimentos de expansão. Ele tem, por pressuposto, a existência de espaços já territorializados e todas as implicações daí decorrentes. O Estado, como gestor da política territorial, é, geralmente, o promotor da expansão. As diferenças inerentes às sociedades e aos territórios em questão, impõem variadas formas histórico-concre-

tas de manifestação desse momento. Os movimentos de expansão expressam também as histórias territoriais distintas. Nesse sentido, a cada expansão articula-se, ao nível da organização interna do território e da sociedade em expansão, processos de concentração. A existência do déspota, do Estado ou da cidade bem ilustra tal relação. Uma certa concentração prévia de população, trabalho e recursos é, assim, uma condição geral da expansão. A concentração, por sua vez, como já foi visto em capítulo anterior, possibilita o desenvolvimento da divisão do trabalho e das formas de sociabilidade em geral. Ela está na raiz do comércio e dos mercados, da acumulação prévia de capital, da intensificação dos fluxos e do domínio privado dos meios de produção. Expansão e concentração são, assim, fundamentos do desenvolvimento do capitalismo. A tendência do desenvolvimento das trocas e da circulação em geral é a de incorporar ao circuito econômico, espaços cada vez mais dilatados. Já foi discutido o processo de formação da história universal, com a mundialização da economia e a globalização dos fluxos. A internacionalização constitui o momento mais avançado do processo de valorização do espaço.

Esses sucessivos momentos expressam o sentido geral da evolução histórica das sociedades no que toca à valorização do espaço. São fundamentos de um processo geral. Esses momentos mais universais, assim como os modos de produção, não conseguem, entretanto, dar conta das formas históricas particulares. Sua concretização passa pelo exame de exemplos históricos específicos de valorização. Mesmo sem entrar numa exaustiva análise histórica, cabe indicar algumas dessas manifes-

tações particulares, mesmo sem penetrar, contudo, no exame de movimentos singulares.

Uma das formas mais ricas de manifestação da valorização é aquela representada pelos processos de colonização. Esta é sempre uma expansão sobre uma nova terra, a constituição de novos territórios (contínuos ou não ao de origem) e a ampliação do horizonte geográfico de uma sociedade, ou mesmo de um modo de produção. Apesar das formas particulares que assumiu em diferentes modos de produção, o processo de colonização — forma particular de valorização do espaço — possui uma certa universalidade. Em primeiro lugar, porque ele implica a agregação de uma dada quantidade de espaço e tudo o que ele contém, o que na prática significa uma adição de fatores de produção: força de trabalho, recursos naturais e terra em geral. A colonização possui, assim, grande poder de influência na dinâmica da sociedade que a engendra, já que, através dela, novos recursos são drenados ao circuito econômico mais geral. A ampliação do espaço afetado pelo circuito da produção não implica apenas a anexação de terras e a drenagem dos recursos, mas, igualmente, na dilatação do espaço produzido. Este, por sua vez, se reproduz nas “novas terras” sob padrões espaciais dotados de características próprias. Os objetivos da colonização (povoamento ou exploração, por exemplo) materializam-se sob a forma de desenhos espaciais diferenciados. A própria alocação de meios de produção no novo espaço orienta-se por tais objetivos. Toda sociedade que esteja engendrando esta ou aquela forma de colonização estará, ao mesmo tempo, valorizando os espaços originais de seu desenvolvimento (os que contém trabalho acumulado) e os novos espaços, em

que se vê na contingência de transformar uma primeira natureza ou de recuperar e modificar as heranças espaciais porventura existentes. A colonização manifesta, assim, aquilo que poderíamos chamar de um movimento de valorização extensiva do espaço.

Uma outra forma da valorização do espaço seria aquela relacionada ao uso intensivo de uma dada porção do Globo. A cidade é a ilustração por excelência de tal processo. A produção do espaço urbano representa uma gigantesca soma de tempos de trabalho aplicados a um mesmo lugar. A metrópole seria, assim, a exacerbação desse movimento de acumulação de tempo no espaço. Nesse caso, a natureza, tal qual se apresenta originariamente, desaparece por completo. É a plena socialização do espaço. Dessa forma, além do significado mais geral da urbanização, o aglomerado metropolitano não deixa de expressar uma massa de valores cristalizados no conjunto edificado, um capital social geral. Muito já se falou dos processos internos de produção do espaço urbano e de seu papel na articulação territorial. Os urbanistas, notadamente, avançaram bastante nesse ponto.

Além dessas formas mais gerais da valorização do espaço, poderíamos apontar várias outras de menor universalidade. O escravismo, por exemplo, engendra relações específicas com o espaço. O feudalismo, por sua vez, conheceu movimentos próprios. O capitalismo avançado vai introduzir processos singulares como o da valorização "futura". Neste caso, a atividade de rastreamento de um dado território já significa um momento necessário para a apropriação de seus valores potenciais. Também é próprio do capitalismo avançado a exacerbação dos mecanismos de especulação com

o espaço em geral. Na dinâmica dos preços artificiais, o capital financeiro se apropria do espaço, fazendo-o circular de uma forma abstrata. Nem sempre é o valor real do espaço o que está em jogo. Nesse caso, o que ocorre é uma "valorização" baseada na posse de instrumentos jurídicos de propriedade. Também é próprio da época contemporânea a valorização enquanto processos de modernização, notadamente da estrutura produtiva. Esta se dá fundamentalmente pela chamada difusão das inovações tecnológicas. Os fluxos internacionais na atualidade repousam basicamente nesse processo, no que tange ao desenvolvimento das áreas periféricas.

Outra forma de valorização que de certo modo se relaciona com algumas das anteriores é a que poderíamos identificar na potencialidade de valor, contida nos territórios estratégicos. A isso poderíamos denominar, com certa impropriedade, de "valor estratégico" ou de valorização "política" do espaço (estrito senso). Nesse caso, trata-se não da exploração econômica do espaço propriamente dito, mas de seu domínio. A história da humanidade nos aponta muitos exemplos de confrontos bélicos entre nações, cujo móvel em disputa era o domínio de um dado espaço, muitas vezes destituído de valor econômico diretamente. Manifesta-se aqui, claramente, algumas das qualidades do espaço a que nos referimos, como por exemplo a advinda da localização privilegiada. É isto que explica, por exemplo, a disputa por um rochedo sem água ou solo agrícola numa rota oceânica. A relação imperativa entre os Estados e o valor "estratégico" dos territórios, seja para que fim for, conheceu uma variedade enorme de manifestações ao longo da história. A Geografia Política,

em grande parte, têm tematizado essas questões.

Em todas essas formas de manifestação do processo de valorização do espaço, podemos destacar um aspecto de seu movimento interno de considerável importância. Referimo-nos, aqui, a duas qualidades específicas da valorização, quais sejam, a *perenização* e a *transitoriedade do valor*. Com base na nossa concepção de trabalho, tentaremos explicitar a dialética entre uma e outra.

A relação sociedade-espaço e sua expressão ao nível do processo de trabalho envolvem, sempre, uma certa capacidade de geração de excedente que pode, ou não, ser incorporado ao espaço. Como já foi dito, sabe-se que uma certa parcela de trabalho sob forma de valor agrega-se necessariamente ao solo, durante o processo de produção. Entretanto, neste caso, pretendemos discutir a expectativa da durabilidade dessas incorporações. Quando uma determinada sociedade se organiza para a exploração, particularmente na gênese da formação de um território, ela nem sempre está diretamente interessada no espaço em si. Ocorre que, muitas vezes, o móvel dessa exploração é a extração de recursos naturais específicos. O aparato produtivo, alocado nos locais de exploração, reflete bem tal finalidade. Geralmente, eles se resumem ao equipamento produtivo, estrito senso, necessário à atividade. O espaço construído se confunde, assim, com o próprio espaço de produção. Dada a pequena quantidade de valor incorporado, a exaustão do recurso explorado pode implicar a extinção dos processos de ocupação e valorização. Quando a exploração, seja pela sua intensidade, seja pela sua duração, consegue, todavia, agregar uma massa considerável de valor ao local

por ela envolvido, pode ocorrer o aparecimento de um dinamismo capaz de extravasar as simples necessidades imediatas da produção, gerando um mais ou menos complexo espaço de fluxos. Apesar da "negatividade" implícita nesse tipo de exploração ligada à extração, esse dinamismo a que nos referimos pode aparecer como um fator de desatrelamento da valorização em relação ao seu móvel original. Nesse caso, o processo de valorização permanece, mesmo após a extinção do recurso que lhe deu origem. Observa-se, assim, que, na relação entre transitoriedade e perenização, expressa-se um jogo entre o valor criado e o valor extraído.

Ocorre que, como fundamento geral, a variação da quantidade de trabalho excedente e da sua parcela que é incorporada ao espaço é determinada, em última instância, não pela dinâmica da produção *in loco*, mas pelos objetivos gerais que impulsionam esses movimentos. Isto explica a possibilidade de que uma dada exploração de grande escala possa, durante séculos, realizar uma acumulação gigantesca, sem contudo espelhar-se no espaço restrito em que ocorre a produção. Muitos são os exemplos históricos dessa situação, e alguns deles serão examinados no segundo volume do presente estudo. De todo modo, trata-se de um nítido processo de drenagem de recursos e de mercadorias, bens que servirão à acumulação alhures e que, dessa forma, incorporar-se-ão a outros espaços.

A existência de situações como a exposta acima, nos permite reconhecer que os processos de valorização do espaço não contêm apenas elementos de positividade como, apressadamente, alguém poderia supor. Como se vê, dadas certas condições, tornam-se possíveis for-

mas predatórias de valorização. A dilapidação do patrimônio natural sem a correspondente incorporação de trabalho (valor) ao espaço, ilustra bem esse processo. Assim, a qualidade perene ou transitória define a positividade ou não de uma valorização. Assim como a metrópole contemporânea seria a expressão máxima da perenização, a reconstituição modificada de uma cobertura natural sobre um espaço anteriormente "ocupado" expressaria o caso limite da transitoriedade.

A relação perenização-transitoriedade nos remete novamente à dialética valor do espaço-valor no espaço, recompondo a circularidade do processo. A perenização refere-se a uma produção em escala ampliada do valor do espaço. A transitoriedade, por seu lado, refere-se ao consumo destrutivo desse mesmo valor. O fundamento da perenização está na intensificação da criação de valor no espaço. A transitoriedade, subvertendo a correspondência entre as duas formas de valor, mantém os processos de valorização no espaço em que ocorre, sob patamares baixos de reprodução. O espaço legado pelas formas predatórias de valorização, por exemplo, surge para as gerações futuras como um conjunto de condições inferiores de produção. Ele conterà um valor menor do espaço, em se mantendo inalteradas as forças produtivas. O valor no espaço, por sua vez, tenderá à reprodução simples, executando-se aqueles casos em que ocorre a exaustão total dos recursos que movem a exploração. Na dialética, perenização-transitoriedade completa-se a dialética da valorização do espaço.

Em todo este capítulo, procuramos avançar na compreensão da relação espaço-sociedade, entendida como processo de valorização do es-

paço. Neste ponto do trabalho, cabe estabelecer uma ressalva importante que, de certa forma, está implícita em toda a nossa exposição. Procuramos, ao longo de toda a argumentação, discutir o *valor objetivo*. Nesse sentido, não foram objeto de nossa preocupação as questões relativas à *valorização subjetiva do espaço*. Esta é uma problemática bastante importante para a compreensão integral da relação sociedade-espaço e igualmente passível de uma teorização à luz do marxismo. Uma teoria da ideologia, por exemplo, e sua inserção na prática política, não estará completa sem o exame das ideologias espaciais. Este é um assunto que, sem dúvida, merece uma consideração minuciosa, mas sua complexidade remete-o para além dos objetivos do presente estudo. Entretanto, cabe lembrar que também as ideologias expressam condicionamentos da estrutura econômica existente. Por isso mesmo, as ideologias espaciais serão necessariamente articuladas com as formas materiais de valorização do espaço.

Também os problemas mais específicos da valorização subjetiva, tais como os da percepção e da consciência do espaço e suas correspondentes formas de representação, não foram objeto de nossas preocupações. São temas de contato entre a Geografia e a Psicologia e muitos geógrafos, nos dias atuais, interessam-se cada vez mais pelas teorias de Piaget sobre a percepção do espaço no desenvolvimento dos processos cognitivos, por exemplo. Também é crescente o interesse pelas teorias de Foucault sobre a relação espaço-poder, ou, até mesmo, pela discussão em torno dos chamados "mapas mentais". A importância desses temas para uma teoria marxista da Geografia reside na consideração

de que os modos de produção não se realizam externamente às consciências dos *homens reais*. A valorização do espaço passa necessariamente pelas formas de pensamento que os homens constroem na sua relação com o seu espaço. Entretanto, face aos objetivos precisos que assumimos, postergaremos a discussão desses temas para estudos futuros.

Para o que entendemos aqui como valorização objetiva, não cabe, ainda, restringir o seu significado à mera *valorização mercantil* do espaço. Seria como confundir uma determinação universal com uma de suas manifestações aparentes. A valorização mercantil, especificamente, diz respeito à variação dos preços de mercado de uma dada parcela do espaço e a sua mercantilização. Ela é mais uma consequência que propriamente uma causa da valorização em geral do espaço. Pode-se dizer que ela é uma de suas expressões fenomênicas, uma aparência. A Economia e a chamada Geografia Econômica têm-se dedicado ao estudo dos temas a ela relacionados. Já há, até, tentativas de estudos marxistas sobre tal temário. Como se pode inferir, dado o nível de abstração de nossas reflexões, é evidente que o exame dos mecanismos do mercado imobiliário, por exemplo, não se qualifica para a nossa teorização. Não há dúvida, entretanto, que no próximo volume, essas questões terão que ser discutidas.

Neste ponto, podemos considerar concluído o esboço geral do que seria para nós o objeto de uma teoria marxista em Geografia. Neste capítulo, discutimos a dialética, os momentos, as formas e as qualidades do processo de valorização. Cabe agora, como forma de substantivar a própria argumentação desenvolvida, discutir a valorização sob um modo de

produção específico. No próximo capítulo, examinaremos os aspectos gerais da valorização capitalista do espaço.

A VALORIZAÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO ⁹

Como foi visto no Capítulo VII, o modo de produção capitalista assenta-se, fundamentalmente, na produção de valores de troca, sendo a mercadoria sua unidade elementar. O motor de sua expansão é a ampliação crescente da apropriação da mais-valia. Tende à reprodução ampliada do capital, com a adição do excedente apropriado (transformado em lucro) ao novo circuito de produção, num movimento incessante. Daí o crescimento do capital constituir-se no objeto mesmo da produção capitalista.

Do ponto de vista histórico, a constituição do capitalismo pode ser considerada como a conjugação de dois processos gerais: a concentração de meios de produção e a centralização de capitais. A concentração de meios de produção decorre da tendência inexorável de crescimento da produtividade do trabalho humano. Tendo o progresso técnico atrás de si, a concentração resultará na ampliação do volume da produção, que por sua vez implicará a ampliação dos meios de produção. A centralização de capitais, por seu lado, tem na privatização das riquezas o seu ponto de

P M S P

PATRIMÔNIO MUNICIPAL
BIBLIOTECA GARRIBOLDI

partida. Toda reunião de capital (inicial) necessário a uma produção específica é, em si mesma, uma centralização. Marx procurou explicitá-la como condição prévia e fundamento da constituição de uma classe de capitalistas industriais, relativamente pequena e cada vez mais seletiva. Tanto a concentração como a centralização estão, assim, na essência mesma do capitalismo e explicam a sua tendência inevitável ao monopólio.

Na época em que Marx elaborou as suas teorizações, o capitalismo vivia o seu período liberal, ou o da chamada livre-concorrência. O grande dinamismo que esse modo de produção viveu em fins do século XIX, graças ao desenvolvimento industrial, foi marcado pela presença de um número elevado de capitalistas individuais. A dinâmica do mercado, a tendência à homogeneidade setorial da taxa de lucro, os elevados custos de transporte relativizando os custos da produção local e a determinação dos preços obedecendo diretamente às leis da oferta e procura, identificam, grosso modo, aquele período, também denominado, em função disso, de capitalismo concorrencial. Além disso, e como ilustração maior dos princípios liberais e da chamada livre-iniciativa, o período concorrencial é marcado também pela fraca incidência do Estado nos negócios privados.

Entretanto, desde o final do próprio século XIX e em especial no início deste, o capitalismo, sem mudar sua essência, transforma as características então presentes no tempo de Marx. Desde lá, esse modo de produção exacerba a sua tendência à concentração e centralização. Supera, e subverte, assim, os seus próprios pressupostos, redefine as suas bandeiras ideológicas, estabelece restrições à

ampliação das produções individuais e redimensiona a escala da produção, colocando a grande empresa como parâmetro. Ao nível específico das atividades produtivas, esse processo associa-se a um vertiginoso incremento técnico que exponencializa a produtividade do trabalho. Com o agigantamento das plantas industriais e da escala de produção, aumenta consideravelmente a quantidade de capital inicial, necessária ao ingresso no mercado capitalista. Um número relativamente reduzido de capitalistas detém agora a maior parcela do capital global. É o que Marx chamava de "expropriação de capitalistas pelo próprio capital". A esta situação corresponde uma generalização do capital sob forma de dinheiro e outros papéis, no circuito financeiro que se desenvolve sob forma de grandes conglomerados, e se articula com as demais formas de capital. Tem-se, assim, a gênese do monopólio.

Em 1896, comentando uma passagem d' *O Capital* (de um volume publicado postumamente), Engels observa que se Marx estivesse vivo poderia comprovar o acerto de suas previsões sobre o monopólio. Contudo, nem mesmo Engels poderia imaginar o que ocorreria décadas após a sua morte. Dentre os continuadores do marxismo, aquele que melhor captou a mudança de qualidade no desenvolvimento capitalista foi, sem dúvida, V. I. Lênin. Em sua conhecida obra sobre o imperialismo, ele examina as transformações ocorridas no modo de produção, principalmente no que tange à produção industrial. Dedicou especial atenção ao processo de constituição dos trustes e às formas de monopólio, tendência que se cristalizava nos principais ramos industriais nos países mais desenvol-

vidos do Ocidente. Procura mostrar as articulações entre as frações industrial e financeira do capital e o domínio desta última (como traço do capital monopolista), além do resultado desse processo como fundamento daquilo que se convencionou chamar de "imperialismo" sob a inspiração do capitalismo contemporâneo.

A passagem de um estágio marcado pela presença de empresas monopolistas, para o que poderíamos chamar de capitalismo monopolista propriamente dito, é marcada por uma série de processos. A centralização e a concentração intensificam-se em escala até então desconhecida. Em particular, com a primeira guerra mundial (uma guerra entre imperialismos), a produção capitalista adquire novas qualidades, pelo progresso técnico que o conflito estimulou, pelo efeito do "esforço de guerra" no desenvolvimento desmesurado de *alguns* ramos da produção e pela associação necessária entre o Estado e os capitalistas privados: a produção em larga escala, principalmente nos setores de bens de capital (máquinas, equipamentos etc.) apoiada no uso generalizado de novos bens de produção (energia elétrica, petróleo e materiais de transporte), implicará uma exacerbação dos processos de concentração (meios de produção) e centralização (de capitais).

O conflito ainda aparece como uma das grandes causas da estruturação de uma nova divisão internacional do trabalho, com a definição de novos centros hegemônicos. Mais do que nunca mundializado, o capitalismo conhecerá uma intensificação dos fluxos de trocas e já esboça uma tendência de diversificação territorial da produção (estrito

senso). Trata-se agora, não apenas de fluxos de capitais na forma dinheiro, ou da simples troca de mercadorias. Como evidência da mudança de qualidade, a circulação de capital faz-se também através do fluxo de tecnologia e de uma relativa internacionalização dos capitais produtivos sob forma de investimentos diretos em territórios estrangeiros.

A grande crise de 1929 expressa, em grande parte, as contradições inerentes a essas transformações. As soluções para a sua superação, representaram, por outro lado, um efetivo reordenamento das relações capitalistas, já na sua tendência dominante (o monopolismo). Em particular, destaque-se a mudança do caráter do Estado e de sua inserção nos negócios privados. Ele não mais se restringirá ao papel de gestor das condições globais de produção (onde amplia a sua ação), tornando-se um "parceiro" privilegiado da atividade econômica em geral. Tomando para si a prerrogativa do planejamento global da economia, manipula o fluxo de dinheiro no mercado financeiro, comanda o ritmo de investimentos setoriais segundo sua política econômica, "regula" o mercado de trocas de certas mercadorias vitais (estoques e controle de preços) e interfere diretamente na esfera da produção. Essa tendência será mais ou menos acentuada em função do país em que ocorra. Há casos até, de Estados que se tornaram grandes empresários industriais em certos setores (bens de produção e indústria bélica, por exemplo). De forma geral, porém, desde essa época, o papel do Estado na definição do padrão e ritmo de acumulação de capital, não pode ser menosprezado.

Essas tendências vão, por assim dizer, cristalizar-se nos anos da segunda guerra e,

principalmente, nas últimas décadas. E o período da chamada revolução tecno-científica. Seu pressuposto é o domínio das formas monopolistas nas relações capitalistas. O desenvolvimento da produtividade do trabalho e o agigantamento das empresas são resultado e condição da pesquisa aplicada em meios de produção. O controle de tecnologia, por sua vez, subverte o velho princípio do lucro médio concorrencial e age como fator de centralização de capitais. Cada vez ficará mais difícil o ingresso de um novo produtor num ramo da produção, pois em muitos deles (principalmente nos de ponta) a produção total é controlada por poucas e poderosas empresas. Este é o fundamento dos *oligopólios*, em que o domínio de um ramo por algumas empresas define uma aliança em torno de interesses e, assim, o controle político dos preços (não só de venda, como de compra de componentes e matérias-primas). Neste ponto, já se pode falar numa subversão completa do "velho capitalismo". O capital global será algo bem mais complexo que a simples reunião de muitos capitais privados. Na etapa monopolista, a massa de investimento necessária à produção é tão volumosa que a figura do burguês individual, aquele capitalismo "com face", já pertence ao mundo das fábulas. As "sociedades anônimas", as bolsas de valores, os conglomerados financeiros e financeiro-industrial-agrícolas com suas *holdings*, as empresas estatais e as "cooperações" entre empresas transnacionais, são os novos figurantes do capitalismo contemporâneo.

A essas transformações correspondem mudanças no interior da estrutura de classes capitalista. A complexização da estrutura

produtiva e a generalização de *todo* o circuito capitalista são as responsáveis pelo desenvolvimento de novas relações sociais e pelo aparecimento de novos segmentos no espectro das classes. Ela também multiplicou as especialidades no interior da força de trabalho, diversificando a divisão social do trabalho. O chamado setor de serviços se expande, externamente e internamente à produção concreta. A ele corresponde uma metropolização crescente e uma tendência à "urbanização" geral da produção capitalista. As chamadas camadas médias urbanas e todas as mudanças que elas expressam são a imagem mais visível desse amplo processo de modernização. Assim, o capitalismo realiza-se cada vez mais como um modo de produção essencialmente contraditório. A sua antiga forma de exploração direta, às suas práticas de apropriação e ao seu reproduzir-se na desigualdade social, o capitalismo moderno alia o controle da revolução técnica e, com isto, exponencializa a mais-valia relativa. A essa enorme modernização e socialização capitalistas das forças produtivas, contrapõe-se o caráter privado da acumulação. Por isso, sob o capitalismo, o progresso técnico não representa, necessariamente, um progresso social. Por isso, também, a socialização real de seus resultados, dependerá das lutas sociais no quadro de cada país.

Uma das características marcantes do capitalismo contemporâneo aparece na forma pela qual a sociedade se organiza para produzir. Ao contrário das etapas anteriores, a criação de riqueza nova, ou seja, aquele processo especificamente produtivo, tende a envolver um número cada vez menor de trabalhadores. Basta observar a pequena

proporção do proletariado (industrial e agrícola) no conjunto dos assalariados de uma sociedade capitalista avançada. Isto é decorrência, por sua vez, de alterações na composição orgânica do capital, com a violenta redução do trabalho vivo e da apropriação *direta* de mais-valia ao nível da produção. Hoje, o comando da produtividade está na fração constante do capital, dada a magnitude de trabalho morto necessário à produção em larga escala. Recrudesce, assim, uma contradição própria do capitalismo. O capital vê-se na contingência de *valorizar-se* ancorado no aumento da escala de produção e da produtividade, como tentativa de compensar a diminuição da taxa de mais-valia. O resultado é uma desvalorização relativa do capital, como bem assinala Boccara em sua obra sobre o assunto. Daí a necessidade da expansão territorial da produção (estrito senso) com a transnacionalização das empresas e a diversificação da produção de muitas delas (os conglomerados industriais, por exemplo). Esta é uma de suas contradições: o capital contemporâneo necessita revalorizar-se, ampliando a quantidade de trabalho *vivo* que apropria, mas desastrosamente necessita, ao mesmo tempo, aumentar a produtividade à custa do capital constante (trabalho morto). Além do mais, a magnitude dos investimentos (ou reinvestimentos como querem alguns) necessários, ao lado da tendência à desvalorização, tem conduzido o capitalismo, em alguns países, a formas novas de organização global, cuja maior expressão é a ação estatal na economia. Fala-se até em capitalismo monopolista de Estado, em que esta instituição pública-privada, assume abertamente a função de "reguladora" das taxas de acumu-

lação. Funcionando como agente privatizador do capital social global ou do capital público, o Estado acaba por enterrar os últimos resquícios do mito liberal, assumindo integralmente a sua feição de classe. Como se vê, em essência, o capitalismo continua sendo um modo de produção que se sustenta na apropriação da mais-valia. Nesse sentido, reafirma a teoria marxista do valor. Porém, num certo sentido, subverte-a também, quando impõe aos marxistas a necessidade de considerar tanto a *origem* da mais-valia, quanto as novas formas de sociabilidade presentes na socialização capitalista do valor.

Esta é, evidentemente, uma questão muito complexa e que pode ser até considerada como um "problema-chave" para o marxismo contemporâneo. Nos dias de hoje, já se pode contar com um volume considerável de obras a respeito. Apesar da "resistência" dos seus setores ortodoxos, o marxismo, em suas várias vertentes, tem procurado impulsionar esse debate. Autores como Sraffa, Hilferding, Dobb, Sweezy, Baran e, mais recentemente, Boccara, Mandel e outros, têm contribuído bastante para a discussão do problema. A tentativa de constituição de economias não capitalistas nos países do chamado "socialismo real" também estimulou uma série de reflexões sobre a teoria do valor. Vários autores trabalham nessa vertente, destacando-se as contribuições de Bukhárin, Rubín, Preobachevsky, Kalecki, entre outros. Também no Brasil, a produção teórica a respeito já conta com algumas obras de peso, como as de Maria Conceição Tavares, Luís G. Belluzzo e José Arthur Giannotti. No centro dessa polêmica, é sempre destacado o problema da *pulverização do valor*. Em outras palavras, a criação

de valor se realiza agora, segundo as múltiplas mediações das condições globais da produção. Em particular, o crescimento desmesurado do capital constante impossibilitaria a aferição do *quantum* de mais-valia presente em cada mercadoria. Fica cada vez mais difícil "contabilizar" a parcela de valor agregada ao produto sob a forma de trabalho morto. Já não se pode falar, como na época de Marx, daquele circuito "simples", em que o capital "ingressava" na produção e dela saía acrescido de uma certa taxa de lucro definida pelo trabalho vivo apropriado. Por isso, seria muito complicada a tentativa de se "medir" a quantidade total de valores criados, segundo o critério das horas-homem necessárias à produção. A mais-valia continua sendo a *origem* do valor? Não há dúvida, porém é cada vez mais difícil sua identificação empírica. Por isso, para alguns dos autores citados, o valor seria, assim, cada vez mais uma relação social. Perde a sua evidência empírica e assume formas intangíveis no circuito global da economia, estando, assim, mais afeto às determinações especificamente políticas. M. C. Tavares compara esse processo de pulverização do valor a uma espécie de "explosão do sol". Giannotti, apontando as formas de sociabilidade correspondentes a esse processo, levanta a problemática da *perda da medida* e a sua relação com a barbárie contemporânea.

No capítulo anterior, procuramos expor os fundamentos mais abstratos de uma teoria da valorização do espaço. A tentativa, ali, foi a de entender esse processo em sua universalidade, ou seja, compreendê-lo enquanto processo real e específico, presente em qualquer modo de produção. A cada modo de produ-

ção corresponderão, assim, formas particulares de valorização. No presente momento, interessa-nos examinar esse processo sob as determinações das relações capitalistas de produção, isto é, a valorização capitalista do espaço. O resumo geral sobre a história do capitalismo que acabamos de expor é, evidentemente, insuficiente, mas permite-nos avançar, pelo menos, nos traços gerais da valorização sob esse modo de produção.

Como afirmação mais elementar, pode-se dizer que a valorização capitalista do espaço é, antes de tudo, uma relação capital-espaço. Como já foi visto, o espaço é uma condição geral de existência e produção da sociedade. Sendo assim, sob a hegemonia das relações capitalistas, o espaço (e tudo o que ele contém) aparece para a produção como parte do valor, expresso sob forma de capital constante. Tomando uma produção individual qualquer, pode-se observar que ela se desenvolve ocupando uma certa parcela do espaço. Esta é uma primeira fração do espaço enquanto capital constante (a instalação física da produção). A outra relação que se estabelece entre essa produção e o espaço se refere a este como capital social geral, a que já nos referimos. Entra aí todo o trabalho morto incorporado ao solo ao longo da história: as cidades, as estradas, e a infra-estrutura em geral. O espaço, portanto, sob o capitalismo, é capital como condição e como meio de produção.

A apropriação privada dos meios de produção, outra determinação geral do capitalismo, implicou a privatização do espaço, visto ser este igualmente capital. Dessa forma, a história do capitalismo nada mais é, nesse sentido, que um processo histórico de privatização crescente de porções da superfície

terrestre e de tudo o que ela contém. Sendo o consumo produtivo (e privado) do espaço o fundamento de sua valorização, a espoliação será uma tônica desse processo. Nesse sentido, sob o capitalismo, não existe aquele espaço construído como resultado "idílico" das necessidades da existência, aquele do "gênero de vida". Na verdade, não existe espaço "exterior" à lógica do capital. Assim, os imperativos da produção comandam todo o ordenamento espacial, tanto o uso das velhas formas, como a construção das novas, o que não significa o desconhecimento das mediações pelas quais se dá esse processo, nem de sua diversidade histórica. Deduz-se daí que se deve evitar, portanto, aquela visão estreita e maniqueísta, para a qual o capital é um objeto tangível, uma coisa boa ou má, captável em sua presença física na paisagem. Lembremos que ele é uma relação social. Isto não implica tomá-lo como entidade abstrata que paira acima da prática dos homens reais. O capital não é, assim, um deus *ex-machina*, que manipula os homens e os lugares em sua "lógica perversa". Do mesmo modo que ele não é "coisa", nem "ente", mas materialização da práxis humana, ele relaciona-se também com espaços reais. Deste modo, a expansão territorial de sua hegemonia e as formas espaciais que assume em cada momento e lugar, expressarão sempre a diversidade natural e histórica do espaço terrestre. Que isto não nos conduza, entretanto, aos equívocos do localismo. A valorização capitalista do espaço realiza as determinações gerais deste modo de produção, construindo territórios únicos, numa dialética entre a universalidade e a singularidade. Nesse momento de nossa argumentação ainda nos interessa, apenas,

determinações gerais. No volume seguinte dessa obra examinaremos processos singulares de *formação territorial*.

Ainda em termos de determinações gerais, cabe discutir o consumo capitalista do espaço. Este consumo surge para a produção em sua dupla forma: enquanto meio de produção, o espaço é consumido produtivamente; enquanto condição de produção, improdutivamente. Seu consumo "improdutivo", todavia, é *condição* da produção enquanto condição de reprodução. Quando a sociedade capitalista se apropria de uma dada parcela do espaço, ela o consome *efetivamente*, isto é, extrai dali todos os seus elementos materiais e objetivos necessários para impulsionar a produção. E o caso da transformação dos recursos naturais em meios de produção (não nos referimos aqui apenas às matérias-primas, estrito senso, mas também à própria magnitude do espaço necessário à produção). Por outro lado, o consumo "improdutivo" do espaço implica o uso (capitalista) das virtualidades do espaço não diretamente afetas à produção imediata. E o caso do uso residencial, sob um certo sentido das próprias cidades, dos espaços de lazer etc. O espaço afeto diretamente à circulação (estrito senso), por sua vez, manifesta-se, no consumo capitalista, em sua dupla forma: ele é simultaneamente um fator de realização dos preços e dos lucros e um capital social global. Neste último caso, seu consumo é improdutivo, se nos ativermos à conceituação precisa efetuada por Marx. Apesar de "improdutivo" o consumo do espaço enquanto capital social global é um pressuposto de seu próprio consumo produtivo. Basta lembrar do espaço de vivência necessário à existência de qualquer indivíduo

ou sociedade, em qualquer modo de produção. No capitalismo, tal consumo assume contornos bastante específicos. O consumo social do espaço urbano, por exemplo, traz em seu bojo todas as contradições desse modo de produção. É por isso que as metrópoles contemporâneas representam, por exemplo, mais do que qualquer outro espaço urbanizado, palcos privilegiados para as chamadas "lutas sociais urbanas", que nada mais são do que a expressão (circunscrita espacialmente) da luta de classe. Portanto, o consumo improdutivo do espaço define-se, em grande parte, segundo os condicionamentos da luta política de cada lugar.

Ainda quanto às determinações gerais, é preciso apontar a questão da relação entre o espaço e a produtividade do capital. Como já foi discutido anteriormente, o fundamento de toda expansão da produção é a produtividade do trabalho. Sob o capitalismo, a produtividade do trabalho guarda estreita relação com a expansão dos lucros. Também já foi visto que esta produtividade, ao nível de uma produção concreta, depende do desenvolvimento dos meios de produção que, por sua vez, está na base da variação das formas de apropriação de espaço. O progresso técnico, nesse modo de produção, exponencializa e diversifica a gama de recursos naturais utilizáveis, quer como matérias-primas, quer como forças motrizes. Ampliando-se os recursos, intensificam-se as relações do capital com os espaços singulares e, contraditoriamente, aumenta o distanciamento entre a produção (lato senso) e o local de sua realização. Contrariamente ao passado, o desenvolvimento tecnológico e a escala de produção relativizam a importância "intrínseca" dos lugares, que passam a interessar segundo a lógica de uma teia de rela-

ções⁴ políticas (a possibilidade ou não de acesso a este ou aquele recurso). Nesse sentido, vê-se que não é mais o lugar que dá o fundamento à produtividade do trabalho. Sua importância, sob o capitalismo, tenderá a estar centrada, cada vez mais, na sua favorabilidade relativa frente aos fluxos de mercadorias. Sendo o capitalismo um agente essencialmente desnaturalizador da relação homem-natureza, a produtividade do trabalho e do capital tenderá a ser cada vez mais determinada pela quantidade de trabalho morto agregado ao solo, do que, propriamente, pelas condições naturais dos lugares em seu estado originário.

Quanto à produção do espaço, especificamente, a valorização capitalista apresenta algumas características peculiares. Quando o capital transforma o espaço em um *invólucro desmesurado de mercadorias* e, este próprio, em sua substantivação, a tendência é a da "capitalização" crescente do território sob seu domínio. Nesse sentido, a quantidade de capital fixo fixado (tomando uma expressão de Milton Santos) necessária à reprodução do capital, tende a um crescimento exponencial. O volume dos investimentos em meios de produção, com o progresso técnico tende a ampliar-se. Isto porque a alocação, manutenção e reposição dos equipamentos produtivos e das condições materiais de produção em geral, sem os quais não há uma efetiva reprodução ampliada do capital, resultam numa agregação e acumulação crescente de trabalho morto (agora sob a forma de capital) ao solo. Também a durabilidade do capital fixo fixado tende a aumentar, em função mesma da quantidade e qualidade dos investimentos necessários à sua realização. Como resultado geral, tem-se que o valor do espaço

tende a um aumento de sua magnitude até então desconhecido, pelo menos no que tange ao espaço construído. Fecha-se a circularidade da desnaturalização e, assim, redefine-se o *valor dos lugares*.

Também o espaço como condição geral de existência — no capitalismo, capital social global — muda a qualidade de sua inserção na reprodução da vida material das sociedades. O capitalismo promove uma ampliação e uma concentração consideráveis dessas condições, ao transformá-las em capital “social”. Como já dissemos, a concentração lhe é inerente, o que gera uma série de contradições que serão examinadas mais adiante. Observa-se aí um movimento de socialização das condições gerais de existência, sob a ordem de sua privatização. É a separação total do homem e de suas condições elementares de existência (por exemplo, ocupar um espaço), pois elas tornam-se cada vez mais elementos do circuito de trocas. Por isso mesmo, é preciso reiterar continuamente que a apropriação e a própria criação do capital social global é antes de tudo uma expressão do movimento político. Se dependesse dos interesses do capital, os chamados equipamentos de consumo “coletivo”, se restringiriam ao mínimo necessário. Daí a contraditoriedade da participação do próprio Estado nesse processo.

O capitalismo transforma, ainda, as formas de valorização dos espaços “estratégicos”. Diferentemente de modos de produção pretéritos, em que a apropriação de território era o móvel das expansões e a espoliação de riquezas seu objetivo principal, sob o capitalismo, a relação do capital (que possui uma sede nacional) com os espaços “alheios”,

adquire novos contornos. Isto porque lhe interessa, não a acumulação de território, mas a acumulação de capital, a sua realização em escalas espaciais cada vez mais dilatadas. Por isso, a ótica correta para o exame das relações internacionais na órbita do capitalismo deve considerar primordialmente o movimento do capital e procurar entender a ação do Estado em relação a ele. Não que o capitalismo, com seus impérios coloniais, não tenha estimulado conquistas territoriais. Já dissemos anteriormente que a expansão (inclusive a territorial) é inerente à sua lógica. Contudo, uma “geopolítica” do capitalismo deve evitar os riscos das analogias históricas. Isto porque interessa-lhe, antes de tudo, uma valorização dos espaços conquistados como condição e resultado de sua própria “capitalização”. Não há dúvida que os investimentos iniciais implicaram, no mercantilismo e ainda no período do capitalismo concorrencial, a necessidade de um efetivo domínio político dos territórios envolvidos pela expansão. Seria, por assim dizer, aquela face *colonial* do capitalismo. O imperialismo e a etapa monopolista, de certo modo, consolidam uma repartição do espaço mundial. Após a primeira guerra mundial, a divisão política do globo já se encontra em fase de relativa estabilidade, quanto ao estabelecimento das fronteiras nacionais. A divisão internacional do trabalho não é mais a imposta necessariamente pelas armas (o domínio político dos territórios por potências estrangeiras), mas sim, aquela resultante da dominação econômica. O chamado neocolonialismo, assenta-se nas razões históricas (discutidas no Capítulo VI e que serão retomadas no volume II) que definem um controle do capital, logo, da tecnologia ao nível

de poucos países. A expansão sobre a chamada periferia do mundo capitalista, dá-se agora muito mais pelas *associações* entre o capital transnacional e os Estados nacionais, ou até mesmo empresas nacionais dos países do também chamado "terceiro mundo". Além do mais, na órbita do capital mundializado, o sistema de fluxos relativiza em muito a chamada relação entre "nações", de forma que o que tende a se desenvolver é um imenso espaço de mercados de produção e consumo. Contudo, mesmo com toda essa internacionalização do capital, o choque entre interesses nacionais específicos e a existência de países não capitalistas no mundo repõem continuamente a questão do domínio político dos territórios (estrito senso). Nem por isso, deve-se pensar a geopolítica enquanto estudo de questões estranhas ao movimento do capital. É preciso lembrar que, na atualidade, não são mais os "apetites territoriais" que impulsionam esses conflitos, mas razões de ordem ideológica ou estritamente estratégica. Neste último caso, muitas são as ilustrações do interesse meramente logístico e não diretamente econômico (de exploração econômica) que está por trás do controle de *posições* privilegiadas no espaço mundial de relações. Entretanto, mesmo aqui, é preciso atentar para o fato de que a ação dos Estados, nesses casos, estará sempre orientada para a realização plena do capital, seja através de condições diretas, seja como condição geral de reprodução.

Finalmente, do ponto de vista mais geral, resta apontar a relação capital-espaço no que tange à ótica da circulação. O capitalismo, também aqui, subverte antigas relações. Já vimos que a constituição desse modo de pro-

dução implicou a mundialização das relações de troca e na formação de uma história universal. Nesse sentido, não há dúvida de que o capital, em sua forma monopolista, acentua esse processo, seja ampliando o espaço de relações, seja intensificando os fluxos. Nesse sentido, ainda, o capitalismo promove uma inequívoca "evolução" da circulação em geral. Contudo, só aparentemente, essa questão se restringe a um problema de escala ou de aferições quantitativas. A subversão a que nos referimos diz respeito, isto sim, a uma mudança de qualidade. Dadas as determinações do capital, ocorre uma transformação na relação espaço-tempo, em que o *tempo*, enquanto produtividade deste capital, submete o espaço ao seu domínio, relativizando as distâncias. Isto é válido para todos os fluxos, mas se nos detivermos especificamente ao movimento do capital financeiro, por exemplo, veremos que nesse caso pode-se falar numa circulação *a-espacial*. Por isso é que se qualifica o desenvolvimento moderno das comunicações como uma verdadeira revolução. Ao nível do circuito financeiro, o capital-dinheiro e o valor das mercadorias podem "circular" sem mover-se espacialmente. Além de "anular" o espaço, a velocidade implementada por tal revolução, acaba também por quase "anular" o tempo, enquanto relação entre os lugares. Seria uma idéia próxima à de um mundo inteiro presente em cada lugar, de forma, evidentemente, diferenciada. Que isto não nos leve, todavia, à falsa conclusão de que o capital contemporâneo não tem "pátria". Se o valor do espaço é desigualmente distribuído, também o valor no espaço manifesta-se em intensidades variáveis: alguns lugares "sintetizam" *mais* todo o mun-

do, do que outros. Ai estão os centros hegemônicos do capitalismo e a hierarquização rígida das relações entre nações, impossibilitando o desenvolvimento dos capitalisms "autônomos", como a melhor evidência dessa contradição.

De tudo o que foi apresentado, pode-se afirmar que as determinações gerais do capitalismo na sua relação com o espaço, substituíram um modo geral de valorizá-lo que poderíamos definir como uma verdadeira *valorização para a valorização*. Sob esse modo de produção, o espaço é, antes de tudo, objeto veiculo e produto do capital. Por isso mesmo, em termos das determinações gerais, o processo de valorização capitalista do espaço não é outro que a própria valorização do capital. Por outro lado, como o espaço real é um atributo da materialidade, o próprio movimento do capital, enquanto história de homens e lugares reais, manifesta-se espacialmente desigual.

Frente a essas determinações gerais, os momentos, as formas e as qualidades do processo de valorização do espaço adquirem também características novas. Quanto aos momentos, ocorre, com o capitalismo, algumas mudanças. No que diz respeito à apropriação, já apontamos há pouco que, diversamente de outros modos de produção, nesse caso ela associa-se com uma efetiva valorização do espaço em que se dá. No caso da fixação, que é um pressuposto do capitalismo, ocorre não um simples assentamento de população, mas uma gigantesca agregação de valor ao solo sob a forma de capital fixo. Por isso mesmo, intensifica-se o domínio do capital sobre esse espaço. A concentração, também um pressuposto do capitalismo é, como já vimos,

violentemente exacerbada (está na base da expansão), dizendo respeito não apenas à população, mas a todos os fatores da produção. A expansão, por seu turno, acompanha as determinações do ritmo de acumulação de capital e por isso é intrínseca à sua lógica de reprodução. Finalmente, a internacionalização, como o próprio coroamento desse processo anterior, realiza-se de modo pleno na economia mundializada dos dias de hoje.

Quanto às formas de valorização do espaço, podemos iniciar apontando a existência de uma colonização própria do capitalismo. Em sua história, esta ocorreu e ainda ocorre (hoje restrita a alguns países), onde a expansão do capital se defrontou com a existência de espaços ainda inexplorados. Diferentemente das colonizações pretéritas, o capital de hoje tende a integrar *plenamente* as novas terras a seu circuito. Entenda-se a integração plena, em termos da *intensidade* da valorização. A revolução técnica, quer ao nível dos transportes, quer ao nível da exploração de recursos naturais (notadamente os minerais), caracteriza a colonização moderna enquanto expansão da fronteira econômica (agrícola por exemplo), mas igualmente como a possibilidade de formação de poderosos "enclaves de capital". Estes enclaves, quase que totalmente isolados de seu entorno imediato, relacionam-se, entretanto, de forma intensa, com o lugar de origem do capital aí alocado. Por isso a colonização não deve ser vista, tal qual no passado, como um processo de povoamento, estrito senso. Essa e outras questões a ela relacionadas, deverão ser retomadas no próximo volume desse trabalho.

A outra forma de valorização, resultante do que foi chamado de acumulação *in situ*, vai

conhecer no capitalismo a sua expressão máxima. Seus fundamentos já foram expostos no presente capítulo. Aqui, pretendemos apenas estabelecer uma relação de grande importância, entre a capacidade dessa valorização e a potencialidade da ampliação de seu horizonte de relações. A circularidade dos investimentos capitalistas centrada na reprodução do capital determina um processo ininterrupto de fixação de valor ao solo, não mais aquele de tipo "extensivo" no passado, mas aquele associado a uma aglomeração intensiva de valor num mesmo lugar. Isso gera contradições que veremos adiante. O desenvolvimento do capitalismo vai acentuar essa aglomeração, sendo o já mencionado crescimento do capital de serviços a sua expressão maior. A "desruralização" da própria atividade agrícola também manifesta essa tendência, cujos resultados são o despovoamento do campo e a relativização das fronteiras que "separam" a cidade do campo. Seriam desnecessários outros exemplos dessa forma de valorização do espaço, pois o capitalismo é em si mesmo, como já foi dito, uma incrível acumulação de trabalho morto concentrado no espaço.

Retomando uma questão do capítulo anterior, aquilo que foi chamado de valorização "futura" do espaço, procuraremos discuti-la à luz das relações capitalistas. A relação entre o capital e essa forma de valorização repousa num fundamento geral que podemos denominar de "tempo tecnológico" e "tempo do capital". Como já vimos, o capitalismo subverte a relação tempo-espaço. Nesse sentido, a valorização "futura" é uma manifestação histórica dessa subversão. A velocidade tecnológica determina a possibilidade ou a capaci-

dade do capital de explorar ou não determinados recursos naturais em determinados territórios. O pressuposto dessa exploração, contudo, não é simplesmente a capacidade tecnológica, em particular nos dias de hoje, em que já se dispõe de um arsenal técnico considerável e capaz de permitir a utilização de uma gama extremamente variada de recursos. O que vai determinar de fato uma exploração particular não é a técnica em si, mas o seu *custo* frente a uma situação dada. Assim, para o capital, trata-se de uma questão de "oportunidade" do investimento. Isto dependerá basicamente da situação do mercado mundial daquele produto. Será o preço de mercado desse produto, o que vai determinar se é "viável" ou não uma determinada exploração. Este preço, por sua vez, expressa uma certa capacidade de consumo daquele produto (que depende também do nível técnico da produção mundial) que quando relacionada à escassez relativa de um recurso, logo, sua disponibilidade no mercado, condiciona a chamada "flutuação de preços", a face aparente da manipulação de preços. Essa manipulação, por sua vez, com o capitalismo monopolista, tende a se exacerbar, dado o controle que países e empresas hegemônicos exercem sobre a tecnologia de exploração e determinadas reservas "estratégicas". O problema básico, portanto, não é o do conhecimento das locais de ocorrência de certos recursos, pois o nível alcançado pelas técnicas de rastreamento (todas as formas de sensorialmente remoto, por exemplo) já permite ao capital uma verdadeira radiografia do globo terrestre. O controle de reservas, contudo, não representa apenas uma certa "reserva de capital", mas constitui-se também em condição

geral de manutenção dos monopólios e um "fôlego territorial interno" para os Estados. Devido a todas essas questões, a valorização futura apresentará uma dimensão bastante complexa, quando vista integrada à órbita do capital financeiro. Muitas vezes, o domínio da capacidade de exploração de uma dada reserva, será substantivado mais no plano da circulação financeira do que no da exploração, estrito senso. Por isso, o comércio de *papéis* referentes a certos produtos (o mercado de *commodities*) é bem mais intenso, nas principais praças do capitalismo, do que a troca dos produtos propriamente ditos. Eis aí uma prova cabal de que o capitalismo não é um modo de produção voltado para os valores de uso. Desse modo, a exploração de qualquer recurso ou território, estará condicionada às situações de mercado. O que nos interessa aqui, especificamente, é destacar que, mesmo assim, o seu valor futuro já está circulando de alguma forma.

Cabe analisar, ainda, como as diferentes formas assumidas pelo capital (mercantil, industrial e financeiro) se relacionam com o espaço. O capital mercantil (aplicado nas atividades agrícolas, comerciais e de serviços) define formas específicas de valorização do espaço. A colonização capitalista, por exemplo, assume crescentemente as características de um verdadeiro palco de valorização do capital. Ela não se restringe mais, necessariamente, ao processo de assentamento de "famílias" para a produção agrícola de subsistência ou de mercado local. Numa colonização desse tipo, aufere-se renda fundiária (com o comércio e a exploração de terras), ao mesmo tempo em que o grande capital atua sob forma de grandes empresas poliprodutoras, e

O Estado como alocador de infra-estrutura e de investimentos público-privados. É o próprio capital geral, em sua forma mercantil, valorizando o território e tudo o que ele contém. Por outro lado, enquanto capital mercantil geral, controla a "oferta" dos produtos agrícolas a nível nacional e até internacional, condicionando a viabilidade de exploração e de incorporação de terras ou de capital à produção. A nível mais específico, estende o seu controle sobre os processos de compra. Cada vez mais, a grande empresa controla monopolicamente determinadas frações estratégicas da produção agrícola, por exemplo. Impõe, com isto, também o controle sobre os preços em *sua origem*. Também o capital sob forma de meios de comércio em geral, interfere na forma de valorização. Articulado ao Estado e às outras formas de capital, ele controla o "pulsar" dos mercados em suas muitas escalas, ora expandindo-os, ora restringindo-os. O próprio crescimento da urbanização, enquanto face visível do processo geral de valorização, torna-se, para o capital mercantil, um *objeto e meio* de acumulação e investimento. Nesse sentido, a expansão do comércio não deixa de ser também uma expansão territorialmente circunscrita de meios materializados de circulação. Se não há mercadoria sem o seu substrato físico, também não haverá comércio sem o seu arcabouço material correspondente.

Quanto ao capital industrial (aquele aplicado especificamente na produção industrial) a sua relação com a valorização deve ser examinada em seu duplo caráter. Primeiro, enquanto capital aplicado às instalações, máquinas etc. (capital constante), ele representará o próprio fundamento do trabalho morto

fixado e, conseqüentemente, da valorização *in situ*. Em particular na sua etapa monopolista, o capital industrial representará uma enorme massa física de meios de produção, cujo impacto, particularmente no seio urbano, é cada vez maior. Entretanto, não reside aí a sua principal força no avanço da valorização. Sendo a produção industrial, antes de tudo, um modo avançado de criação de riquezas, a diversidade e a intensidade de relações que ela define entre todas as esferas da produção coloca-a em posição central nas valorizações dos espaços particulares. De imediato, observa-se a sua capacidade de gerar formas próprias de urbanização (as cidades-industriais, por exemplo). Além disso, os seus efeitos dinamizadores para toda a economia (incluindo aí o mercado de força de trabalho) agem como elemento multiplicador da urbanização em geral, logo, da valorização do espaço como um todo. Finalmente, o capital industrial tem o poder de articular os espaços de circulação e intensificar os fluxos. Em particular sob forma de grande indústria, exerce forte influência na magnitude das mercadorias envolvidas nessa atividade. Isto implica o desenvolvimento dos meios de produção para transporte e uma articulação complexa, que vai dos locais-origem das matérias-primas aos lugares diversificados de consumo. Por isso a grande indústria é agente poderoso de integração entre os espaços.

Finalmente, o capital financeiro, enquanto massa de dinheiro em circulação, condiciona os investimentos e, através destes, a valorização do espaço como um todo. Sendo a expressão do capital em forma de seu equivalente dinheiro, particularmente o denominado "capital bancário", ele tem o poder de

regular os fluxos necessários à produção global. Assim, ele avalia os custos e os "riscos", define prioridades, acelera ou retarda o desenvolvimento de certos setores específicos e, em última instância, determina até os níveis de lucratividade. Ao controlar os fluxos de investimentos numa atividade concreta, por exemplo, ele estará, agora *diretamente*, definindo o avanço do processo de valorização dos espaços envolvidos com esta ou aquela produção. A ilustração máxima de sua forma de atuação aparece, como já foi visto, no que denominamos valorização futura. Nos dias de hoje, dada a hegemonia do capital financeiro em geral sobre as outras formas de capital (diferente de uma simples articulação), o seu poder de comando no processo global de valorização do espaço tende a aumentar. Basta lembrar que, nos dias de hoje, é ele que orienta (está na base) a divisão internacional de trabalho. Entretanto, a sua essencialidade não reside na sua expressão física no espaço (os prédios dos bancos ou das bolsas, por exemplo) mas na espacialidade do circuito de trocas.

Passaremos agora à discussão de um tema essencial para a relação sociedade-espaço e a valorização do espaço sob o capitalismo. Trata-se do exame das contradições presentes nessa relação e nesse processo. De um lado, a espacialidade das contradições próprias do capitalismo; de outro, a contraditoriedade da valorização capitalista do espaço.

Em primeiro lugar destacaremos a existência de uma contradição histórico-universal presente no processo geral de humanização da superfície terrestre. Como já foi apontado, o espaço terrestre é um bem finito, uma condição geral de existência e produção que

possui uma extensão absoluta. Em oposição a essa realidade restritiva, a humanidade, ao contrário, tende a um crescimento permanente. Como o crescimento populacional envolve sempre, de forma intensiva ou extensiva, a ocupação e o "consumo" de novos espaços, define-se aí uma primeira contradição geral. Além disso, dada a diversidade dos meios naturais, nem toda a superfície da terra presta-se, de imediato, à existência humana. As áreas habitáveis possuem, assim, uma escassez relativa. É verdade que a história humana é também uma "história de expansão do ecúmeno". O desenvolvimento das forças produtivas, como já foi visto, pode transformar as condições primeiras dos espaços, dilatando as terras habitáveis. Quando adicionamos a essa contradição geral, aquelas decorrentes da propriedade privada do espaço, o quadro torna-se ainda mais complexo. Agora, não se trata mais de uma humanidade em geral frente a um espaço em geral: a propriedade impõe-se como mediação contraditória (restritiva). O acesso ao espaço não depende, agora, apenas da possibilidade de expansão do ecúmeno, mas principalmente da posse jurídica privada de porções desse ecúmeno. A manifestação mais eloqüente dessa contradição pode ser observada, por exemplo, na "coexistência" de grandes extensões de terras desabitadas e ociosas ao lado de populações numerosas sem acesso ao espaço necessário à sua vivência e produção.

Com o advento do capitalismo, e em particular em sua etapa monopolista, essas contradições se acentuam. Uma das contradições gerais do capitalismo é a decorrente de sua relação com a propriedade territorial ou rural. Esta preexiste a esse modo de produção e,

num primeiro momento, representa um "obstáculo" à plena expansão do capital, pois interessa-lhe, antes de tudo, a generalização de suas relações econômicas, além do que a renda fundiária (principalmente a absoluta), absorve parte da mais-valia que não é, assim, reinvestida na produção. Entretanto, apesar disto, e aí reside a contradição, esse modo de produção não pode "renegar" a sua principal base ideológica, qual seja a propriedade privada dos meios de produção. Por isso mesmo, ele não apenas reproduz a propriedade territorial privada, como promove uma expansão desmesurada desta ao longo dos espaços sob o seu domínio. Nos dias atuais, portanto, a privatização do solo é quase que integral no mundo capitalista, até mesmo a promovida, seja direta seja indiretamente, pelo Estado em sua política de terras. O domínio do grande capital, articulando os diferentes setores da economia, tende a superar essa contradição. Quando o grande proprietário torna-se "grande empresário agropecuário", por exemplo, ele passa a se apropriar de toda a mais-valia envolvida naquela produção. Agora, a propriedade da terra não se contrapõe mais ao capital. Por outro lado, isso resolve *apenas* os interesses do capital. O acesso ao espaço se restringe ainda mais, isto porque o domínio do grande capital, como já vimos, realiza-se através de intensos processos de concentração e centralização.

De todo modo, cabe ao capitalismo um papel fundamental na expansão do ecúmeno. O processo geral de privatização que ele promoveu, implicou a apropriação de espaços que à primeira vista seriam impróprios à vida humana e à produção. É preciso enfatizar que o capitalismo, mais do que qualquer outro

modo de produção anterior, produz *efetivamente* espaço. O desenvolvimento tecnológico que o caracteriza, permite-lhe o acesso, a apropriação, o domínio e a perenização da produção, de parcelas de espaço até então não humanizadas. Não há, portanto, *a priori*, um impedimento absoluto, de ordem natural, para a ocupação de uma área. O que determina a disposição ou não do capital em se instalar neste ou naquele espaço é, muito mais, como já vimos, a "viabilidade" econômica da produção que se pretende realizar ali. É nesse sentido também que o chamado progresso técnico promovido pelo capitalismo deve ser entendido no que tange à questão da humanização do Globo. É sabido que o capital tem condições (técnicas) de subverter o papel dos chamados obstáculos naturais à produção; contudo, o que vai definir se ele realizará ou não a valorização de determinados espaços é a sua possibilidade de autovalorizar-se. Isto porque os investimentos de transformação das condições ambientais requeridos serão avaliados segundo um critério de custos e retorno do capital aplicado.

Retomando a questão da concentração, cabe avaliar algumas de suas contradições inerentes. Já vimos que no capitalismo contemporâneo a expansão do capital sobre a órbita da produção agrícola implicou não apenas a privatização das terras, mas igualmente a mudança estrutural da produtividade do trabalho. Se num primeiro momento, o capitalismo foi responsável por um intenso "povoamento" e "sobrepovoamento" dos espaços sob seu domínio, o movimento posterior dar-se-á num sentido oposto. A produção agrícola especificamente capitalista, aquela que já apresenta um modo industrial de pro-

duzir na agricultura, repousa numa massa crescente de capital sob forma de insumos (tecnologia, máquinas, equipamentos etc.). Isto resulta na negação crescente do trabalho humano pelo próprio capital. Como tendência geral, assiste-se, no mundo capitalista, a um violento despovoamento das áreas rurais. Como se vê, o capital ampliou o ecúmeno, sem dúvida, mas, ao mesmo tempo, restringiu ainda mais o acesso ao espaço. Por isso é preciso não confundir expansão do capitalismo no campo com o povoamento. Mesmo nas terras novas, a "frente povoadora" que precede o capital, acaba sempre sendo, posteriormente, *expulsa* por ele. Assim, à expansão do ecúmeno, promovida pelo capitalismo, segue-se, cada vez mais, um movimento concentracionista de população. A urbanização acelerada e as metrópoles capitalistas são a melhor expressão desse processo. A metrópole em particular é um exemplo privilegiado das contradições desse modo de produção. No nível mais elementar, é evidente que a forma metropolitana de organizar o *habitat* humano, não é, certamente, a mais adequada para a saúde mental e física dos indivíduos. Sendo uma imposição do capital, sua existência e multiplicação não poderia ser mesmo um resultado da vontade coletiva dos homens, residindo aí todo o processo de alienação espacial do homem metropolitano. O *flâneur* de Walter Benjamin ilustra bem essa alienação, o indivíduo que "perambula" pelas ruas da cidade, inidentificado na multidão e perdido no turbilhão dos fluxos.

A forma de organização interna das cidades e particularmente das metrópoles capitalistas expressam, como não poderia deixar de ser, o antagonismo de classe reinante nesse modo

de produção. Esse antagonismo se reflete de maneira mais ou menos simples no uso do solo urbano. Em primeiro lugar, se contra-põem proprietários e não proprietários, o que define uma renda fundiária urbana. Em segundo, assiste-se a uma agregação seletiva de valor ao solo, gerando condições ambientais diferenciadas no interior da cidade. É óbvio que as melhores localizações serão apropriadas e consumidas pelo capital e pela burguesia. Como já disse Harvey, numa excelente metáfora, a cidade é um teatro e cada lote urbano uma poltrona; quem chega por último ocupa os piores lugares e o que define a ordem de chegada é a condição de classe. Como já dissemos, também o consumo dos chamados "equipamentos coletivos" ou capital social, é bastante discriminatório, pois a sua distribuição no espaço urbano é igualmente seletiva. Por todas essas contradições, a metrópole aparece no capitalismo contemporâneo como um palco privilegiado das lutas de classe. Estas se manifestam cotidianamente: nas invasões de terrenos urbanos e imóveis, nos movimentos populares de reivindicação de equipamentos de consumo coletivo, na luta por melhores condições ambientais e, enfim, no conjunto dos chamados "movimentos sociais urbanos". Por isso, o papel do Estado é aí bastante contraditório. Ele tem que exercer a sua política de gestão do espaço urbano, sempre premido ou "acossado", de um lado pelo capital que o encarrega de garantir as condições gerais de reprodução e, de outro, pelas necessidades e reivindicações dos habitantes. Por isso, ainda, a ação do Estado e do chamado planejamento urbano devem ser vistos, desde o início, em sua dimensão essencialmente política. O urbanis-

mo, portanto, deve ser também considerado como ideologia.

Outras contradições fazem-se presente na metrópole capitalista. Sabemos que um dos fundamentos da concentração urbana é a possibilidade de uma socialização capitalista das condições de produção, reduzindo relativamente os custos de produção. Entre outros fatores, pode-se destacar a proximidade do mercado (inclusive o da força de trabalho), o uso privado dos equipamentos urbanos e a possibilidade de manutenção de um exército industrial de reserva nas variadas subatividades urbanas. Entretanto, se a concentração é, de certo modo, uma necessidade do capital, no caso da metrópole ela pode se constituir em obstáculo a esse mesmo processo de concentração (de meios de produção). A contradição evidente, nesse caso, é bem lustrada pelo violento processo de cerceamento à expansão das fábricas (principalmente), movido pela massa de construções agregadas ao solo urbano, envolvendo grandes superfícies contínuas de urbanização. As recentes desconcentrações da atividade industrial, com o alargamento do espaço envolvido diretamente na produção imediata (verdadeiros anéis que se ampliam continuamente) representam tentativas do capital de "solucionar" a seu modo esta contradição. Além disso, o caráter inercial da gigantesca massa de trabalho acumulado, age no sentido de restringir a própria renovação urbana, dado o volume de investimentos necessários, tanto para destruir as velhas formas quanto para construir as novas. As grandes concentrações urbanas representam ainda, para o capital, obstáculos ao nível da circulação, isso apesar da relativa proximidade entre a produção e o consumo que elas

propiciam. Entre muitos transtornos, pode-se mencionar a dilapidação da força de trabalho (aumentando seu custo de reprodução) provocada pelo tempo gasto pelos trabalhadores entre os locais de moradia e trabalho. Além disso, para certas atividades produtivas, a metrópole deixa de ser um atrativo, enquanto mercado, e passa a se tornar um ambiente hostil a elas. Tais são os casos das indústrias de materiais poluentes ou mesmo aquelas que envolvem a manipulação de grandes volumes de matérias-primas, por exemplo. Como vemos, por tudo isso, a metrópole enquanto expressão espacial sintética da valorização capitalista do espaço, apresenta-se como objeto exemplar para a discussão das contradições desse modo de produção.

Como já foi discutido, o capitalismo tem representado um amplo movimento de desnaturalização do espaço sobre o qual se desenvolve. Este também é um movimento bastante contraditório. A humanização dos espaços comandada pelo capital, isto é, orientada segundo seus interesses, privilegia os espaços de produção, em detrimento dos espaços de vivência. O resultado mais visível aparece em duas contradições: a exaustão relativa dos recursos naturais e a degradação ambiental. No primeiro caso, como já foi apontado, tem-se a possibilidade de destruição total dos recursos não renováveis, dada a voracidade do capital. Assim, o desenvolvimento tecnológico, ao mesmo tempo em que promove uma ampliação do leque de recursos utilizáveis, intensifica a velocidade de seu consumo. Ocorre que essa escassez repercutirá fortemente sobre a lucratividade do próprio capital, seja por promover o encarecimento do produto, seja pela necessidade de inversão de capitais adicionais à

pesquisa e uso de matérias básicas cada vez mais industrializadas. Também na agricultura capitalista essa contradição aparece. O esgotamento do solo agrícola, como se sabe, acarreta a necessidade de uma maior inversão de capital sob forma de insumos, a fim de manter-se um nível mínimo de produtividade. Estes investimentos adicionais, representarão também aqui custos adicionais e até o encarecimento relativo dos preços agrícolas, o que, certamente, não interessará ao capital especificamente urbano-industrial, pois o custo do alimento afeta diretamente o custo de reprodução da força de trabalho e, assim, os salários.

A desnaturalização promovida pelo capitalismo, envolve, igualmente, uma outra contradição, cuja expressão empírica é a chamada degradação ambiental. Esta representa, de forma candente, aquilo que anteriormente denominamos de "negatividade da valorização do espaço". Ao nível do que chamamos de "substrato natural do espaço", não se conhece, certamente, uma ação mais devastadora quanto aquela empreendida pelo capital. A degradação, como aqui é entendida, supera em muito aquelas modificações superficiais promovidas pelas antigas formas de valorização. Com a industrialização em particular, assistiu-se a uma crescente interferência (profunda e direta) dos processos produtivos sobre esse substrato natural. As variadas transformações climáticas em diferentes escalas, decorrentes da urbanização acelerada, a destruição da cobertura vegetal, os gases e partículas sólidas lançados pelas indústrias e o envenenamento das águas em geral são as manifestações mais eloqüentes dessa contradição. É claro que não pretendemos ressus-

citar aqui a tese da unidade da Geografia. O que determina a poluição ambiental são processos econômicos próprios do estudo de uma Geografia da sociedade; entretanto, a análise interna de tais transformações tem tornado a moderna Geografia física cada vez mais uma "ciência do ambiente" que já apresenta resultados de alta relevância social, nos dias de hoje. Finalmente, o chamado "movimento ecológico", enquanto uma forma política de organização para a defesa da qualidade ambiental, revela a face política contemporânea dessa contradição. Mais uma vez a ação do Estado, agora nesse setor, deve ser considerada em sua contraditoriedade própria. É preciso não esquecer dos limites nos quais se dá esta ação, limites que, como sabemos, são impostos pelos interesses do capital, de um lado e pela pressão política dos habitantes, de outro.

Apresentamos, assim, as contradições mais universais da valorização capitalista do espaço. Verificá-las, ao nível de suas manifestações histórico-concretas, extrapola os limites desse volume, ficando como o objetivo principal da segunda parte desse trabalho dedicada à discussão específica dos processos de formação territorial.

A guisa de conclusão, frente ao que foi examinado, podemos afirmar que o processo capitalista de valorização do espaço é, fundamentalmente, um movimento permanente de afirmação-negação. Sua dialética expressa-se na afirmação que a sociedade capitalista faz de seu espaço, ao dominá-lo — utilizando-se dele, expandindo-se nele e reproduzindo-se nele —, mas simultaneamente na negação desse espaço por essa mesma sociedade, ao destruí-lo e reconstruí-lo sucessivamente, ao

fragmentá-lo e torná-lo desigual, ao servir-se dele como móvel de opressão, impregnando-o plenamente de suas próprias contradições.

É nessa simultaneidade de afirmação e negação que o movimento histórico da relação sociedade-espaço avança em direção ao futuro. A negação da negação dessa relação, necessariamente contraditória, será assim a sua permanente reafirmação como ser historicamente renovado, uma *outra coisa*, como diria Hegel, diferente em qualidade dos termos da oposição e do momento historicamente anterior. Porém, no limite, tal movimento expressar-se-ia na própria *superação* do capitalismo e da valorização capitalista do espaço.

BIBLIOGRAFIA COMENTADA

CAPÍTULO 1

Sobre a relação entre o desenvolvimento da ciência e as transformações sociais, ver: Irineu Ribeiro dos Santos — *Os fundamentos sociais da ciência*, Polis, São Paulo, 1979 e Jorge Dias de Deus (org.) — *A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência*, Zahar, Rio de Janeiro, 1974. Quanto à evolução do conhecimento científico, pode-se consultar: John D. Bernál — *História social de la ciencia*, 2 v., Península, Barcelona, 1973.

Sobre a dialética absoluto-relativo da verdade científica, ver: Georg Lukács — *Existencialismo ou marxismo*, cap. IV, "A teoria leninista do conhecimento e os problemas da filosofia moderna", Ciências Humanas, São Paulo, 1979.

Um panorama geral do desenvolvimento da ciência geográfica é apresentado em: Antônio Carlos Robert Moraes — *Geografia. Pequena história crítica*, Hucitec, São Paulo, 1982. Uma discussão mais detalhada da gênese e dos fundamentos sociais da Geografia moderna pode ser obtida em: Antônio Carlos Robert Moraes — *Contribuição para uma história crítica do pensamento geográfico: Alexandre von Humboldt, Karl Ritter e Friedrich Ratzel*. Dissertação do Mestrado, Dep. de Geografia, F.F.L.C.H.,

USP, 1983.

Sobre a diferenciação entre Geografia e pensamento geográfico, ver: Antônio Carlos Robert Moraes — “Epistemologia e geografia” in Armando Correa da Silva (org.) — *Filosofia e geografia*, Hucitec, São Paulo, a sair.

Sobre as concepções positivistas, ver: Leszek Kolakowski — *La filosofia del positivismo*, Roma-Bari, 1974. Pode-se consultar também: Irving Zeitlin — *Ideologia y teoría sociológica*, Amorrortu, Buenos Aires, 1974.

Sobre os perigos que rondam o movimento de renovação crítica da Geografia, ver: Milton Santos — “Alguns problemas atuais da contribuição marxista à Geografia”, in Milton Santos (org.) — *Novos rumos da geografia brasileira*, Hucitec, São Paulo, 1982.

CAPÍTULO 2

Sobre as concepções neopositivistas, pode-se consultar: Enrique E. Mari — *Neopositivismo e ideologia*, Universitaria, Buenos Aires, 1974. Uma crítica às posturas positivistas e sua incapacidade de captar as qualidades próprias da realidade social pode ser encontrada em: Antonio Gramsci — *El materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce*, Nueva Visión, Buenos Aires, 1971. Sobre tal tema seria interessante consultar também os artigos de Luís Sérgio Henriques — “Notas sobre a relação entre ciência e ontologia”, *Temas de ciencias humanas* n.º 4, São Paulo, 1978 e “Comte e a decadência ideológica”, *Temas de ciencias humanas* n.º 5, São Paulo, 1979.

Sobre o conceito de “concepção de mundo”, ver: Lucien Goldmann — *Dialética e cultura*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1967.

Uma avaliação, a nosso ver correta, da postura que se deve ter frente à obra dos clássicos pode ser observada em: Agnes Heller — “A crise do marxismo e o debate conter nporâneo”, in *Para mudar a*

vida. Felicidade, liberdade e democracia, Brasiliense, São Paulo, 1982.

CAPÍTULO 3

Sobre a gênese e o desenvolvimento do materialismo histórico e dialético, ver: Eric Hobsbawm (org.) — *História do marxismo*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982/1984, 3 vols. Sobre a diversidade do marxismo, pode-se consultar: Perry Anderson — *Considerações sobre o marxismo ocidental*, Afrontamento, Porto, 1976.

Quanto à inexistência de uma Geografia na obra de Marx, ver: Massimo Quaini — *Marxismo e geografia*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.

Algumas avaliações das formulações marxistas no âmbito da Geografia tradicional, podem ser observadas em: Jean-Pierre Nardy — “Levasseur, géographe”, in Paul Claval e J.-P. Nardy — *Pour le cinquantenaire de la mort de Paul Vidal de LaBlache*, Les Belles-Lettres, Paris, 1968; Pierre Bertoquy — *Sociogeografia*, América, México, 1974; e Lucien Febvre — *La tierra y la evolución humana*, Cervantes, Barcelona, 1925. Ver também: Jean Curet-Canale — “Géographe, marxiste”, in *Espaces Temps* n.º 18/19/20, Paris, 1981. Uma coletânea de textos críticos da Geografia francesa pode ser obtida em Jean Dresch e outros — *Reflexões sobre a geografia*, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, 1981.

Sobre os desvios positivistas do “marxismo oficial” soviético, pode-se consultar: George Lukács — “Carta sobre o stalinismo”, in *Temas de Ciências Humanas* n.º 1, São Paulo, 1977. Uma avaliação da filosofia conter nporânea soviética, à luz do neopositivismo, pode ser obtida em: Thomas Blakeley — *La escolástica soviética*, Alianza, Madri, 1969. Uma informação geral sobre o stalinismo pode ser encontrada em: José Paulo Netto — *O que é o stalinismo*, Brasiliense, São Paulo, 1981.

A crítica à postura liquidacionista está em: Yves Lacoste — *A geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra*, Iniciativas, Lisboa, 1976.

CAPÍTULO 4

Sobre o processo de conhecimento para o marxismo, pode-se consultar: Hans W. Holz e outros — *Conversando com Lukács*, Paz é Terra, Rio de Janeiro, 1969. Uma introdução à dialética pode ser obtida em: Leandro Konder — *O que é dialética*, Brasiliense, 1981. Uma evolução da dialética cotejada com a problemática da Geografia está em: Wanderley Messias da Costa — “A dialética e a sua introdução na Geografia”, in Armando Correa da Silva (org.) — *Filosofia e geografia*, op. cit.

Sobre a dialética do particular e do universal, ver: Georg Lukács — *Introdução a uma estética marxista*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1970. Sobre o corte ontológico, ver desse mesmo autor a *Ontologia do ser social*, Ciências Humanas, São Paulo, 1979, 2 vols. Sobre o método histórico, ver: Leo Kofler — *Historia y dialética*, Amorrortu, Buenos Aires, 1974.

Sobre a inexistência de uma ontologia da natureza na obra de Marx, ver: Alfred Schimidt — *El concepto de naturaleza en Marx*, Siglo Veintiuno, México, 1976. Sobre as formulações de Engels, ver: Rodolfo Rosdolsky — *F. Engels y el problema de los pueblos “sin historiu”*, Pasado y Presente, México, 1980. E também: Giuseppe Prestipino — *El pensamiento filosófico de Engels*, Siglo Veintiuno, México, 1977. Sobre as obras de Plekánov e Kautsky, ver os estudos de Andreucci, Salvadori e Haupt em: Eric Hobsbawm (org.) — *História do marxismo*, op. cit.

Sobre as formas de materialidade, ver Georg Lukács — “As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem”, in *Temas de Ciências Humanas* n.º 4, São Paulo, 1978; e *Trabalho e teleologia*, apostila CAEE-GV, São Paulo, 1978.

Uma discussão sobre o estudo do “espaço” pode ser encontrada em: Wanderley Messias da Costa — “O espaço como categoria”, *Revista do Departamento de Geografia*, F.F.L.C.H., USP, n.º 2, São Paulo, no prelo. Deve-se consultar também: Milton Santos — *Pensando o espaço do homem*, Hucitec, São Paulo, 1982.

CAPÍTULO 5

A categoria modo de produção aparece em muitas obras de Marx e Engels. Uma explicação mais detalhada de seus fundamentos pode ser obtida em Marx e Engels — *La ideología alemana*, Pueblos Unidos, Montevideu, 1959 (especialmente cap. I). Sobre modo de produção e sua relação com relações sociais de produção, ver também Marx — *Contribución a la crítica de la economía política*, Alberto Corazón Editor, Comunicación, Madri, 1970 (especialmente no Prefácio A La...).

Sobre a transição do feudalismo para o capitalismo, ver Maurice Dobb — *A evolução do capitalismo*, Zahar, Rio de Janeiro, 1971. Quanto à discussão sobre o contato entre relações capitalistas e relações não capitalistas de produção (principalmente no campo), ver José de Souza Martins — *O cativo da terra*, LECH, São Paulo, 1979 (especialmente a Primeira Parte).

O debate sobre a relação “base econômica” e “superestrutura”, pode iniciar-se pelas obras clássicas do marxismo (desde a *Ideologia alemã*, op. cit.) até obras contemporâneas, como, entre outras, Louis Althusser — *Ideologia y aparatos ideológicos de Estado*, Nueva Visión, Buenos Aires, 1974 e José Arthur Giannotti — *O ardil do trabalho*, Estudos Cebrap n.º 4, Brasiliense, São Paulo, 1973.

A discussão mais recente, no âmbito da “Geografia Crítica”, sobre a contradição natural-social presente no objeto geográfico, aparece em algumas obras.

Entre elas, destacaremos: Milton Santos — *Por uma geografia nova*, Hucitec, São Paulo, 1978 e “Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método”, in *Boletim Paulista de Geografia*, n.º 54, AGB-SP, 1977. Uma crítica à “velha Geografia”, quanto às suas concepções de “quadro natural” e “quadros humanos”, pode ser obtida, também, em Massimo Quaini — *Marxismo e geografia*, op. cit. (cap. I).

Sobre a discussão teórica a respeito do “espaço” no âmbito da Geografia, ver Wanderley Messias da Costa — “O espaço como categoria de análise”, in op. cit.; Ariovaldo Umbelino de Oliveira — “Espaço e tempo: compreensão materialista e dialética”, in *Novos rumos da geografia brasileira*, op. cit. e David Harvey — *A justiça social e a cidade*, Hucitec, São Paulo, 1980 (especialmente cap. I).

CAPÍTULO 6

A discussão sobre a relação homem-natureza, tendo como fundamento o processo de trabalho, encontra-se em K. Marx — *O capital*, Civilização Brasileira, São Paulo, 1971. Ver especialmente o cap. V (Processo de Trabalho e Processo de Produzir Mais-Valia) do livro 1, vol. 1. Essa questão também é explicitamente discutida em K. Marx — *Formações econômicas pré-capitalistas*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1975.

Ainda sobre o processo de trabalho e a sua evolução enquanto formas de sociabilidade, ver José Arthur Giannotti — *Trabalho e reflexão*, Brasiliense, São Paulo, 1983, especialmente caps. I e II.

Quanto à discussão sobre a relação território-Estado, no âmbito da Geografia, pode-se consultar Antonio Carlos Robert Moraes — *Contribuição para uma história crítica do pensamento geográfico: Alexandre von Humboldt, Karl Ritter e Friedrich Ratzel*, op. cit., que contém uma análise crítica do pensamento de Ratzel a respeito dessa questão.

Com relação a todos aqueles processos que antecederam o modo de produção especificamente capitalista, ver K. Marx — *O capital*, op. cit., livro 1, vol. 1, cap. XXIV. Consultar também a respeito, Maurice Dobb — *A evolução do capitalismo*, op. cit. Quanto à divisão do trabalho na manufatura, em sua fase inicial — as formas de cooperação e a produtividade do trabalho — o seu exame detalhado encontra-se em Marx — *O capital*, op. cit., nos caps. XI e XII. Essa questão, vista na indústria que já conta com a maquinaria, é tratada no cap. XIII.

Sobre o significado atual da urbanização capitalista e da metrópole em particular, tratados no âmbito da Geografia, ver David Harvey, *A justiça social e a cidade*, op. cit. Quanto ao conceito de “espaço relacional”, ver, nessa mesma obra, a discussão que aparece em sua “Introdução”.

Sobre o significado atual da urbanização capitalista e da metrópole em particular, tratados no âmbito da Geografia, ver David Harvey, *A justiça social e a cidade*, op. cit. Quanto ao conceito de “espaço relacional”, ver, nessa mesma obra, a discussão que aparece em sua “Introdução”.

CAPÍTULO 7

Boa parte da exposição contida neste capítulo baseou-se em duas obras principais: K. Marx — *Teorias de la plusvalia*, Alberto Corazón Editor, Série Comunicación, Madri, 1974 (em especial o vol. I) e Maurice Dobb — *Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith*, Presença/Martins Fontes, Lisboa, 1977 (especialmente do cap. 1 ao 6).

Um resumo das questões tratadas neste capítulo pode ser encontrado em Wanderley M. Costa e Antonio Carlos R. Moraes — “Valor, espaço e a questão do método”, op. cit. Entre outros autores que trataram da origem e a evolução do conceito de valor, destacamos o trabalho de Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo — *Um estudo sobre a crítica da economia política*, Campinas, Mimeo, 1975. Sobre Adam Smith, lembre-se da disponibilidade em língua portuguesa de sua principal obra — *Riqueza das nações*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1981. Esta disponibilidade também existe para David Ricardo — *Princípios de economia política e tributação* (Os Econo-

mistas), Abril, São Paulo, 1982 e François Quesnay — *Quadro econômico*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1978.

A concepção marxista de valor aparece, evidentemente, em praticamente toda a sua obra mais dedicada à Economia Política. Entretanto, em algumas passagens essa discussão se faz de forma mais detalhada e explícita, como é o caso do cap. I do livro 1, vol. 1, d'O *capital*, op. cit. No caso de sua obra *Teorias da mais-valia*, op. cit., as suas análises sobre valor e mais-valia estão dispersas ao longo de todo o trabalho, pois elas aparecem no bojo de seus comentários críticos sobre cada um dos autores por ele examinados. Também sobre a mais-valia há uma exposição explícita e detalhada nos caps. V a X, do livro 1, vol. 1 e nos caps. I a III, do livro 3, vol. 4, d'O *capital*, op. cit.

A concepção marxista de renda fundiária está exposta detalhadamente nos caps. XXXII a XLVII do livro 3, vol. 6, d'O *capital*. Dentre os clássicos marxistas que examinaram o problema da renda, ver também K. Kautsky — *A questão agrária*, Laemmert, Rio de Janeiro, 1968 (especialmente o cap. "O Caráter Capitalista da Agricultura Moderna") e V.I. Lênin — *O programa agrário da social-democracia na primeira revolução de 1905-1907*, Ciências Humanas, São Paulo, 1980 (especialmente o cap. III).

CAPÍTULO 8

Ao longo deste capítulo, procuramos realizar um esforço de teorização sobre o tema, tentando recuperar as questões levantadas nos capítulos anteriores. Essa teorização não se apóia, de forma explícita, neste ou naquele autor especificamente. De certa forma, contém as contribuições de todos os autores até aqui citados, além de desenvolver e aprofundar as discussões contidas em dois trabalhos anteriores de nossa autoria: "Valor, espaço e a questão do método", op.

cit. e "A geografia e o processo de valorização do espaço", op. cit.

Sobre o conceito e as teorizações sobre a "produção do espaço", ver Milton Santos — *Por uma geografia nova*, op. cit. (especialmente os caps. IX a XII). Sobre a discussão da urbanização capitalista do ponto de vista de uma teoria marxista sobre o valor e a renda, ver David Harvey — *A justiça social e a cidade*, op. cit. (especialmente o cap. 5). Com relação às formas de valorização "subjéctiva" do espaço, ver Paul Claval — *Principes de géographie sociale*, M.-Th. Génin, Paris, 1973 e Tonino Bettanini — *Espaço e ciências humanas*, Paz e Terra, 1982.

CAPÍTULO 9

As teorizações de Marx a respeito dos processos de concentração e centralização e sua relação com a tendência ao monopólio são encontradas nas seguintes passagens d'O *capital*, op. cit., livro 1, vol. 2, cap. XXIII; livro 3, vol. 4, cap. IV, XIII, XIV, XV e livro 3, vol. 5, cap. XXVII.

Ainda sobre monopólios e imperialismo, ver V.I. Lênin — *El imperialismo, fase superior del capitalismo* (Obras Escogidas), tomo V, Progreso, Moscou, 1976.

Um breve resumo sobre concentração, monopólio e indústria contemporânea pode ser obtido em Wanderley M. Costa — *O processo contemporâneo de industrialização*, ed. do autor (tese), São Paulo, 1982 (especialmente o cap. E da parte II).

Quanto às relações entre o capitalismo monopolista em geral e seu desdobramento contemporâneo no Brasil, ver Maria Conceição Tavares — *Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira*, ed. da autora (tese), Rio de Janeiro, 1978 (especialmente a parte I).

Sobre o chamado Capitalismo Monopolista de Estado, consultar Paul Boccara — *Estudos sobre o ca-*

pitalismo monopolista de Estado — sua crise e solução, Estampa, Lisboa, 1978.

Com relação à produção teórica contemporânea sobre o “valor”, pode-se consultar Isaak I. Rubin — *Ensayos sobre la teoría marxista del valor*, Cuadernos de Pasado y Presente, Córdoba, 1964; Maria Conceição Tavares, op. cit.; Paul Sweezy — *Teoria do desenvolvimento capitalista*, Zahar, Rio de Janeiro, 1962 e Paul Baran e Paul Sweezy — *Capitalismo monopolista*, Zahar, Rio de Janeiro, 1966; Luiz Gonzaga Belluzzo, op. cit.; Mário Luiz Possas — “Valor, preço e concorrência; não é preciso recomeçar tudo de novo”, in *Rev. de Economia Política*, vol. 2, n.º 4, Brasiliense, São Paulo, 1982; Michal Kalecki — *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*, Hucitec, São Paulo, 1977; Jorge Miglioli — *Acumulação de capital e demanda efetiva*, T.A. Queiroz, São Paulo, 1981, e Nelson Brissac Peixoto — *A sedução da barbárie. O marxismo na modernidade* (cap. 3), Brasiliense, São Paulo, 1982.

A discussão sobre a problemática do valor no capitalismo contemporâneo e sua relação com as formas de sociabilidade pode ser vista em José Arthur Giannotti — *Trabalho e reflexão*, op. cit. (especialmente cap. V) e numa *entrevista* que concedeu à *Revista Presença*, n.º 3, Caetés, São Paulo, 1984.

Sobre as contradições do capitalismo em sua relação com o espaço, ver David Harvey, op. cit., Rinaldo Forti (org.) — *Marxismo e urbanismo capitalista*, Ciências Humanas, São Paulo, 1979, Henri Lefebvre — *O pensamento marxista e a cidade*, Ulisséia, Póvoa de Varzim, 1972 e Milton Santos — *Pensando o espaço do homem*, op. cit. Sobre a possibilidade de uma interpretação dialética a respeito dessa contradição, ver Wanderley Messias da Costa — “A dialética e a sua introdução na Geografia”, in *Filosofia e geografia*, op. cit.

Temas a serem tratados em

Geografia Crítica

A FORMAÇÃO TERRITORIAL

(segundo volume desta obra)

- * Valorização do espaço e formação territorial
- * Um problema para a Geografia: região ou território?
- * Modo de produção e formação econômico-social
- * Processos sociais e formas espaciais
- * Universalidade, particularidade e singularidade
- * A herança espacial e a singularidade dos lugares
- * Capitalismo e expansão territorial
- * Vias de desenvolvimento capitalista e valorização do espaço
- * Padrões de acumulação e formação territorial
- * Capital e território
- * A divisão territorial do trabalho
- * Produção e “internalização” do excedente econômico
- * Uma ótica geográfica para a questão nacional
- * A formação territorial no capitalismo tardio